



REVISTA MAIÊUTICA

Curso de Geografia

Publicação de Divulgação Científica e Cultural do Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

UNIASSELVI 2014

Reitor da Uniasselvi
Prof. Hermínio Klock

Pró-Reitor de Ensino de Graduação a Distância
Profª. Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância
Prof. Hermínio Klock

Editor-Chefe
Prof. Evandro André de Souza

Editor da Revista Maiêutica
Prof. Luis Augusto Ebert

Editores de Seção
Ariido João de Souza
Debora Mabel Cristiano

Editoração e Diagramação
Letícia Vitorino Jorge

Capa
Cleo Schirmann

Revisão Final
Deise Stolf Krieser
Joice Nardelli

Publicação Online

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

Apresentação

A Revista Maiêutica de Licenciatura em Geografia, que apresentamos a você com grande satisfação, abrange um conjunto de artigos específicos da área de geografia e temas relacionados. Esses textos levam os processos educativos à instância da aprendizagem cooperativa, uma vez que fomentam a atuação conjunta de professores, tutores e acadêmicos que colaboraram e colaboram mutuamente, em prol de um objetivo comum: a formação do conhecimento.

O conhecimento construído aqui abrange um contexto educacional, melhoria da qualidade de vida, a preservação da natureza, o desenvolvimento sustentável e especialmente o conhecimento da utilização do espaço, objeto de estudo da Geografia. Compreende ainda o conhecimento de ações direcionadas à proteção e preservação dos recursos ambientais, programas de educação ambiental, entre outros.

De fato, o conhecimento gerado no conjunto destas ações, volta-se para o perfil profissional qualificado do licenciado em Geografia, que, de forma crítica e criativa, percebe a sociedade e o meio ambiente, com flexibilidade para adaptar-se a novas situações. Um educador habilitado a compreender, tomar decisões e propor soluções sobre os problemas da educação, aperfeiçoando a prática pedagógica em sala de aula.

Essa publicação evidencia a importância de pesquisar, aprofundar, socializar os resultados e trocar ideias e assim enriquecer o mundo acadêmico com diferentes conhecimentos. Afinal, o nome Maiêutica relembra o conceito socrático de que é preciso trazer as ideias à luz, fazer nascer o conhecimento, confirmando a dialética necessária da construção da sabedoria humana.

Convidamos você para a leitura dessa Revista, para assim aspirar a cada um dos ensinamentos apresentados e, deste modo, continuar o processo de enriquecimento intelectual.

Prof. Arildo João de Souza
Coordenador do curso de Licenciatura em Geografia

Prof^a. Francieli Stano Torres
Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância



SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE MARINGÁ-PR Cleyton Machado de Oliveira	7
OS LUGARES E AS PAISAGENS COM REFERÊNCIA NO COTIDIANO DO ALUNO – EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA DE ESTÁGIO II Juliana Dummer Tereza Ness Rodrigues	21
A EDUCAÇÃO FORMAL APÓS A LEI Nº 10.639/03 - A VALORIZAÇÃO DO AFRODESCENDENTE NA ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ Leonardo de Andrade Alves de Lima Adriane Iaroczinski	29
SIMPLESMENTE PAISAGEM: PAISAGEM URBANA Lorilene Falchetti Gilma Aparecida dos Santos	39
A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL OCORRIDO PELA SUPRESSÃO DAS MATAS CILIARES SIMPLESMENTE PAISAGEM Francieli de Fátima Pinto Juliano Adriane Iaroczinski	51
O LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NAS ESCOLAS William Robert da Veiga Alves Helena Maria Hunning Bom	65
AS FACES DO MEIO RURAL Taila Havemann Grudzinski Tereza Ness Rodrigues	71
POR UMA GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA Juliana Dummer Tereza Ness	83
SUSTENTABILIDADE Marcelo Altevir dos Passos Uziara Muniz	101

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE MARINGÁ-PR

Cleyton Machado de Oliveira¹

RESUMO

As ações antrópicas sobre os recursos naturais tornaram-se preocupantes após o século XVIII, principalmente com a Revolução Industrial e, conseqüentemente, o aumento do consumo. A partir desse momento histórico, o espaço geográfico sofreu intensa transformação, com o rápido crescimento urbano. Compreender a evolução do direito ambiental no Brasil, bem como, quais as contribuições do estudo de impacto de vizinhança para a organização do espaço geográfico e para o desenvolvimento sustentável da cidade de Maringá-PR é o que objetivou este estudo. As diversas referências bibliográficas analisadas e os relatórios de impactos de vizinhança propuseram bons argumentos para que este artigo amplie e estimule novas pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: Estudo de Impacto de Vizinhança. Direito Ambiental. Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A degradação ambiental teve maior ênfase com o advento da primeira Revolução Industrial. A partir dela iniciou-se um intenso processo de urbanização e o aumento do consumo de recursos naturais, principalmente, sem dar tempo para que a natureza consiga realizar o seu ciclo e recompor-se.

Conforme Silva (2012, p. 3):

A situação ambiental vem se agravando cada vez mais, e o planejar ambientalmente significa trazer quais são as alternativas para melhorar o equilíbrio entre social e ambiental, embora sejam integrados e juntos formam o ambiente. Mas o predomínio da ação antrópica vem sendo o principal desafio para a questão ambiental, pois o planejamento tem como um dos objetivos prever a participação de diversos setores da sociedade, levando em consideração a questão econômica, que nem sempre

está focada no mesmo objetivo. Por isto, o planejamento ambiental voltado ao interesse meramente econômico ainda precisa ser reavaliado.

Diante da necessidade de se organizar o espaço geográfico e proporcionar um ambiente mais equilibrado entre sociedade e natureza, nas últimas décadas surgiram diversos dispositivos legais a fim de regulamentar ou mitigar os problemas socioambientais. Os impactos decorrentes de ocupações urbanas também se tornaram desafios para a sociedade contemporânea, ou seja, se faz necessária a definição de regras para a implantação de empreendimentos ou atividades urbanas que possam alterar o espaço geográfico.

O termo Estudos de Impactos de Vizinhança foi criado com a aprovação do Estatuto da Cidade, a fim de descrever e possibilitar reflexões sobre os possíveis impactos socioambientais que possam ocorrer

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá; licenciado em Ciências Biológicas pela UNIASSELVI; pós-graduado em Gestão Pública Educacional; pós-graduado em Gestão e Educação Ambiental. Tutor externo dos cursos de Geografia e Ciências Biológicas da UNIASSELVI. E-mail: profcleyton31@hotmail.com

em áreas urbanas. Este estudo compreende a identificação, valoração e as análises dos impactos de vizinhança previstos numa determinada região, e deve ser elaborado de modo técnico e principalmente com a participação popular.

O presente artigo tem por objetivo identificar quais são os principais dispositivos legais presentes na recente história dos direitos ambientais brasileiros. Além disso, refletir sobre o que é o Estudo de Impacto Ambiental e quais são as suas aplicações, vislumbrando os fatores sociais e ambientais.

As discussões acerca da relação entre sociedade e meio ambiente por si só justificam a produção deste trabalho. Atualmente um dos grandes desafios da sociedade moderna e urbana é promover o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, compreender a importância da produção dos Estudos de Impactos de Vizinhança pode contribuir de modo positivo a todos os agentes urbanos.

O tema será desenvolvido com base numa minuciosa pesquisa bibliográfica em artigos e livros científicos, bem como, numa análise qualitativa e quantitativa de cinco relatórios e impactos ambientais do município de Maringá-PR.

2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: A EVOLUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL

O termo meio ambiente se refere à relação entre o homem e a natureza e foi utilizado pela primeira vez no século XIX. Entretanto, esse relacionamento foi harmonioso até a metade do século XVIII, quando as transformações socioeconômicas e culturais alteraram as formas de explorar os recursos naturais.

Ao utilizar o carvão mineral para produção de energia, o ser humano começou a causar muitos problemas à natureza. A poluição do ar e a degradação da camada de

ozônio e conseqüentemente o aquecimento global foram as primeiras manifestações. Por outro lado, no intervalo de 150 anos a população mundial cresceu de forma assustadora, aumentando o consumo e a captação dos recursos naturais.

As reflexões e os debates sociais em torno da situação do meio ambiente ganharam fortes adeptos no decorrer do século XX, principalmente após a década de 1960. As conferências mundiais e as pesquisas acadêmicas diagnosticaram inúmeros problemas, tais como: contaminação do lençol freático, poluição de diferentes origens, como, por exemplo, a água, a exploração desordenada de recursos naturais não renováveis.

Em resposta às desregradadas agressões em nível mundial, e dos estudos de ecologia, surge o Direito Ambiental, também denominado Direito do Ambiente, ou ainda, Direito Ecológico. Nesta linha de raciocínio, Dornelas (2006, p. 12) destaca que:

O Direito Ambiental, como ramo jurídico pertencente ao Direito Público (normas cogentes e inderrogáveis pela vontade das partes), possui princípios, normas, objeto e fins próprios, utilizando categorias de diversos ramos jurídicos, tendo características de transversalidade e de interdisciplinaridade, utilizando conceitos e institutos do Direito Administrativo, Civil, Penal, Internacional, da Sociologia, Ciência Política, Ecologia, entre outros, adequando-os à sua finalidade.

Vale ressaltar que o objeto de pesquisa e reflexão dessa área jurídica envolve uma série de conhecimentos das áreas físicas e humanas, buscando assegurar um ponto de equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente.

Ainda no que tange ao conceito de Direito Ambiental, a sua definição é tão complexa quanto os seus objetos de estudos. Não basta concluir que esse ramo está vinculado aos princípios, normas e

sanções às pessoas (físicas ou jurídicas) que intervêm de modo irregular no meio ambiente. Esse termo, na sociedade contemporânea, tem desdobramentos de caráter filosófico, histórico, social, cultural, ambiental e econômico.

A definição de Antunes (2004, p. 33) é muito interessante, pois:

[...] o Direito Ambiental pode ser definido como um direito que se desdobra em três vertentes fundamentais, que são constituídas pelo **direito ao meio ambiente, direito sobre o meio ambiente e direito do meio ambiente**, sendo que para o autor tais vertentes existem na medida em que o direito ambiental é um direito humano fundamental, que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais (**grifo nosso**).

Diante de diversos pontos de vista, Fiorillo (2004, p. 23) salienta que o Direito Ambiental seja considerado sob dois aspectos:

Direito Ambiental Objetivo, que seria o conjunto de normas jurídicas disciplinadoras da proteção da qualidade do meio ambiente; e Direito Ambiental como ciência, que busca o conhecimento sistematizado das normas e princípios ordenadores da qualidade do meio ambiente.

No Brasil, a evolução do Direito Ambiental está vinculada com as fases do desenvolvimento econômico. Muitos estudos indicam dois momentos importantes na construção histórica da legislação ambiental no país, entre as décadas de 1930 e 1970. Entretanto, a preocupação com os fatores ambientais data do período colonial, quando, por exemplo, as Ordenações Afonsinas e Manuelinas abordaram diferentes aspectos ambientais, tais como: proibição de caçar determinados animais, a proibição das colmeias de abelhas e a proibição do corte de árvores frutíferas.

Em termos históricos, o desenvolvimento das leis ambientais no Brasil após a década de 1930 pode ser dividido em três fases. A primeira fase compreende o intervalo entre 1930 até a década de 1970, quando foi regulamentada a utilização dos recursos naturais (água, flora, fauna, subsolo etc.). Neste período foram editadas as seguintes normas: Códigos Florestais; Código da Água: Medidas de proteção aos animais; Códigos da Pesca; Código da Mineração; Estatuto da Terra, entre outros. O professor Neto (2009, p. 27) destaca que:

A preocupação em regulamentar a utilização dos recursos naturais se deu em virtude do processo de industrialização brasileiro, que tomou corpo na década de 1930 e se intensificou significativamente na década de 1950. A regulamentação ambiental teve por objetivos: racionalizar a utilização dos recursos naturais, regulamentar as atividades extrativas e estabelecer áreas protegidas.

Os desdobramentos da segunda fase estiveram ligados aos acontecimentos em escala mundial, bem como às políticas internas. Os resultados das discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, influenciaram as regulamentações posteriores no país. Além disso, no que tange às políticas internas, neste período o Brasil estava em pleno desenvolvimento econômico, denominado de “Milagre Econômico”.

Entre os diversos dispositivos legais, a segunda fase foi marcada pela: Criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973); Criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico (1977); Planos de Proteção ao Solo e Combate à Erosão (1975); Política Nacional de Irrigação (1979); Diretrizes Básicas para o Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (1980), entre outras.

Esse período foi muito polêmico no Brasil, pois acirrou a dicotomia entre desenvolvimento econômico e a degradação ambiental. Medina

(2009, p. 42) faz uma importante observação sobre esse momento histórico:

[...] o Brasil defendeu o crescimento econômico a qualquer preço, como forma de superar o subdesenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos queriam frear o crescimento mundial, argumentando que àquela taxa de crescimento o planeta não suportaria por muitos anos a ação do homem. “A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está aberto à poluição, porque o que precisa é de dólares, desenvolvimento e empregos.

Infelizmente, nesse período, as políticas governamentais brasileiras viam o meio ambiente como obstáculo para o desenvolvimento econômico, ou seja, como um fator que restringia o direito de melhoria de vida da população.

A terceira fase da evolução do direito ambiental brasileiro foi caracterizada pela aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, em 1981. Segundo Neto (2009, p. 29), “a partir da Lei nº 6.938/1981 há uma expansão da regulamentação ambiental (leis, decretos, resoluções e portarias)”. Além desse importante dispositivo legal, outros três também são considerados fundamentais, a saber:

- a) A Lei n. 7.347/1985, que regulamenta a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.
- b) A Constituição Federal de 1988, com a inclusão de um capítulo específico sobre meio ambiente.
- c) Lei n. 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente tem diversos princípios norteadores, que prezam pela preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar plenas condições para o desenvolvimento socioeconômico. Para garantir tais princípios esta política destaca

alguns instrumentos, tais como: padrões de qualidade ambiental; zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamentos, sistemas de informações e cadastros.

No Brasil, as últimas décadas foram marcadas pelo intenso fluxo de pessoas que se deslocam das áreas rurais para os centros urbanos. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² divulgou uma estimativa segundo a qual 87% da população brasileira vive nas cidades; em contrapartida, 13% vivem nas áreas rurais.

O desenvolvimento econômico das cidades, em conjunto com o crescimento populacional, têm ocasionado incômodo e perturbação, geralmente relacionados aos efeitos diretamente exercidos pelo ruído de certas atividades, o que tem levado a “administração pública a adotar posturas preventivas, visando minimizar os impactos ambientais ocorridos”. (PEREIRA, 2007, p. 2)

Neste contexto, dois instrumentos avaliativos podem ser essenciais para garantir o pleno desenvolvimento das cidades: os estudos de impacto ambiental e o estudo de impacto de vizinhança. Os estudos de impacto ambiental estão previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981), elevada em nível constitucional no Art. 225, por ser um importante instrumento administrativo preventivo.

Em julho de 2001, com a aprovação da Lei n. 10.257, foi instituído o Estatuto da Cidade, que regulamenta o uso da propriedade urbana em favor do bem social coletivo, buscando garantir o direito às cidades sustentáveis. Entre as inúmeras regulamentações, destaca-se a obrigatoriedade de se produzir estudos de impacto de vizinhança para a concessão de licença ou autorização de construção, ampliação ou funcionamento de atividades que possam causar danos ao meio ambiente ou à comunidade.

10 ² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas de população para 1º de julho de 2012. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 21 mar. 2013.

3 OS ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

“A cidade é o resultado da transformação da natureza pelo ser humano para atender às suas necessidades, sem ser totalmente natural, nem totalmente artificial”. (SPIRN, 1995, p. 22). Durante muito tempo, os conceitos homem e natureza foram entendidos como situações separadas. Neste sentido, são poucas e raras as formas de urbanização que estabelecem uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza.

Segundo Higuera (2007, p. 44), o “processo urbano é resultado do constante processo evolutivo, que é impulsionado por fatores econômicos, políticos, demográficos e sociais”. Das interações destes fatores surgiu mais recentemente a expressão meio ambiente urbano, que concerne à análise das dimensões físicas, naturais e transformadas pelo ser humano.

O Brasil carece de políticas de desenvolvimento que orientem a atuação estatal “articulando as políticas ambientais e de desenvolvimento urbano, já que a dicotomia entre o ambiental e o urbano na formulação das políticas públicas ainda é constante” (GHIZZO, 2010, p. 70). Na intenção de reequilibrar os aspectos socioeconômicos e ambientais das cidades, nas últimas décadas foram desenvolvidos estudos e ações que minimizem tais disparidades.

Os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) surgiram como um importante instrumento para identificação, avaliação e análise dos impactos ocorridos no meio urbano. Estes estudos trouxeram inovações legais que contribuem diretamente para a gestão das cidades. Tais estudos foram criados com base nos princípios ambientais vinculados à prevenção e à precaução.

Do ponto de vista legal, o Art. 182 da Constituição Federal dispõe sobre a política

urbana, que tem como finalidade ordenar o pleno desenvolvimento da função social da propriedade e das funções das cidades, de forma a garantir o bem-estar de seus habitantes. Desta mesma regulamentação de que é estabelecido o Plano Diretor, conforme Vizzotto e Prestes (2009, p. 36), tais formulações de regras são necessárias para:

[...] ordenar a cidade, mas também garantir a preservação do ambiente urbano como um bem único e coletivo, não mais individual. As funções ambientais de participação democrática dos cidadãos, do desenvolvimento de ações para a implementação do direito à moradia, do aproveitamento adequado do solo urbano, entre outros, integram as funções sociais da cidade identificadas e que devem orientar a execução da política urbana.

Foi por meio da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade –, ao regulamentar os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, que foram estabelecidas as diretrizes gerais para as políticas urbanas. O artigo 2º, inciso I do Estatuto, estipula: “O direito às cidades sustentáveis compreende o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Para garantir tais direitos, o EIV possui grande relevância para a gestão do território. “O EIV compreende a identificação, valoração e análise dos impactos previstos para uma determinada proposta de ocupação urbana” (LOLLO; RÖHM, 2007, p. 101). Os artigos 36, 37 e 38 do Estatuto da Cidade instituem a regulamentação do EIV, conforme texto transcrito a seguir:

Seção XII
Do estudo de impacto de vizinhança
Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção,

ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - equipamentos urbanos e comunitários;

III - uso e ocupação do solo;

IV - valorização imobiliária;

V - geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - ventilação e iluminação;

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do poder público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental. (BRASIL, 2001)

Vale ressaltar que os estudos de impacto de vizinhança devem destacar os aspectos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade e, se possível, elencar ações que minimizem ou eliminem os impactos socioambientais e econômicos das cidades.

O EIV tem como finalidade o diagnóstico ambiental e socioeconômico, além de assegurar e instruir o poder público sobre a capacidade da instauração e a ampliação de empreendimentos diversos.

3.1 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Na visão de Moreira (1999, p. 25), “O Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) deve conter: caracterização do empreendimento, caracterização da vizinhança e avaliação do

impacto do empreendimento na vizinhança”. Os responsáveis técnicos pela produção deste relatório deverão, obrigatoriamente, abordar questões relacionadas ao adensamento populacional, aos equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego, ventilação e iluminação, bem como os estudos da paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

O adensamento populacional busca avaliar as possíveis interferências da população sobre o espaço geográfico. Segundo Higuera (2007, p. 23), “a avaliação acerca do adensamento populacional é de grande relevância, devido às suas possíveis repercussões no meio ambiente urbano”.

A densidade populacional interfere nas formas de mobilidade e no consumo energético. Portanto, os estudos vinculados a essa categoria devem destacar, além da mobilidade, as alterações de uma determinada localidade. Conforme Sant’Anna (2007, p. 179), “o objeto de análise do impacto de vizinhança se refere ao adensamento que gera sobrecarga à infraestrutura, mas também as suas movimentações e fluxos”.

A instalação ou a ampliação de atividades e empreendimentos não pode estar dissociada dos interesses coletivos no espaço urbano. Faz-se necessário que os estudos e ações considerem as especificidades de cada local, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável. Assim, conforme Ghizzo (2010, p. 102), “o estudo precisa avaliar a dinâmica populacional e os fatores que influenciam a atração e repulsão de populações, bem como as características dessas pessoas atraídas ou repelidas”.

Nesse contexto, o EIV deve analisar o adensamento populacional de modo quantitativo e qualitativo, considerando as características socioculturais da população local, bem como compreender se as

alterações repercutirão no suporte natural ou na infraestrutura existente.

Outra categoria importante na análise do EIV são os equipamentos urbanos e comunitários. Considera-se equipamentos urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem de águas pluviais, distribuição de energia e gás. Já os equipamentos comunitários estão relacionados ao atendimento da população vinculados à educação, saúde, cultura, lazer, segurança e similares.

Quanto à caracterização da vizinhança, os estudos devem elencar os equipamentos existentes no entorno e prever os acréscimos nas demandas e, principalmente, identificar os possíveis conflitos de utilização e os impactos ao meio urbano.

Além da identificação, os responsáveis técnicos pelo estudo devem estar atentos aos equipamentos comunitários, pois alguns empreendimentos ou atividades podem gerar impactos negativos sobre estes, por exemplo, empreendimentos que geram ruídos próximo de unidades de saúde ou educação. Ghizzo (2010, p. 123) salienta que também “deve ser identificada a utilização de parâmetros ecologicamente responsáveis no projeto, como o aproveitamento de águas pluviais e a utilização de formas alternativas de energia”.

Os estudos vinculados às transformações da malha urbana ao longo da história no local onde será implantado o empreendimento serão fundamentais. Para isso, os levantamentos devem seguir a caracterização do uso e ocupação do solo (passado e atual), bem como demonstrar as principais alterações com a implantação do empreendimento. De acordo com Maricato (1996, p. 24), a “avaliação, quanto ao uso e ocupação do solo, deve considerar, ainda, o cumprimento da função social da propriedade, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus reflexos sobre o

meio ambiente”.

Compreender a forma de interação entre o empreendimento e a dinâmica do espaço geográfico local é uma visão fundamental. Os responsáveis devem estar atentos às reestruturações socioambientais, proporcionando ou apresentando ações que amenizem os efeitos negativos no uso e ocupação do solo.

As mudanças no entorno dos empreendimentos e atividades impactantes são inevitáveis, não são diferentes quanto aos aspectos econômicos. Neste sentido, os estudos devem projetar a valorização ou a desvalorização imobiliária. Conforme o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF (2003, p. 23):

Além de avaliar o impacto econômico sobre o mercado imobiliário da localidade decorrente da implantação do empreendimento, isto é, as alterações no valor dos imóveis, aluguéis e impostos em sua vizinhança, o estudo deve considerar os impactos sociais de eventual valorização ou desvalorização imobiliária.

No geral, os aspectos econômicos são evidenciados neste tipo de estudo como um fator positivo, pois vão gerar mais receitas e circulação de capital na região. Entretanto, o EIV deve estar atento aos possíveis processos de exclusão social. Assim, devem ser projetadas ações que visem à justa distribuição dos benefícios para a sociedade. Um dos maiores desafios na gestão pública urbana, na atualidade, é combater a especulação imobiliária.

A geração de tráfego e o aumento da demanda por transporte público é outra questão que deve ser analisada no EIV. No primeiro momento, é necessário estudar o fluxo de veículos e os possíveis pontos de estrangulamento. Diante dos diagnósticos, também é necessário avaliar os investimentos públicos ou privados para manter adequado o sistema viário do entorno.

Vasconcellos (2006, p. 15) destaca as principais alterações neste quesito:

[...] acrescenta-se aos impactos ambientais mais evidentes relacionados ao uso do transporte (poluição sonora e atmosférica) os que se referem à interação das pessoas no ambiente construído, como a interrupção das relações sociais devido ao fluxo intenso, os acidentes de trânsito e os congestionamentos. Nesse sentido, é preciso avaliar a atual circulação de pedestres no entorno do empreendimento, considerando os principais eixos de acesso e a adequação às normas de acessibilidade, bem como identificar os principais obstáculos encontrados pelos pedestres durante o trajeto.

Os responsáveis pelo estudo devem elencar os impactos gerados pela sobrecarga do sistema viário, bem como os impactos ambientais diretos e indiretos, tais como: poluição sonora, poluição atmosférica, poluição visual, entre outros.

As transformações vinculadas à geração de tráfego e à estrutura do empreendimento ou da atividade podem ocasionar alterações na ventilação e iluminação do seu entorno. O fluxo de veículos e o volume de edificações são fatores que alteram drasticamente essas questões.

Os estudos relacionados à direção dos ventos e da incidência dos raios solares são essenciais para as construções. Mascaró (apud GHIZZO, 2010, p. 133) evidencia o quanto é importante esse estudo:

A arquitetura urbana reconhece a especificidade e identidade de um território e seu contexto histórico-geográfico e baseia-se no seu conhecimento e valorização, numa relação estabelecida e definida com ele. Fundamenta-se não na aplicação de modelos gerais, mas no trabalho a partir de diferenças significativas, transformando-se numa operação de reflexão, de reconhecimento e de reelaboração do constitutivo de

cada lugar, morfológica, funcional e ambientalmente.

O ambiente urbano pode ser analisado conforme seus aspectos naturais, paisagísticos e urbanísticos e as transformações realizadas pelo ser humano. Segundo Moreira (1999, p. 3), “o ambiente urbano pode ser descrito como o conjunto de relações dos homens com o espaço construído e com a natureza”.

A paisagem urbana reflete os valores culturais, ambientais e sociais da população que a compõem. Por tudo isso, esses fatores são objetos de estudo do EIV. Diante desse conceito, a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural são objetos de estudo do EIV. Conforme Ghizzo (2010, p. 144):

O estudo deve apresentar todas as informações do projeto necessárias à análise do eventual impacto na paisagem urbana, como, por exemplo, planta de situação, implantação, elevações, técnicas construtivas, materiais, cores e estudos volumétricos. As simulações gráficas, a partir de várias vistas e eixos visuais, buscam verificar a ocorrência de obstruções totais ou parciais de elementos de composição da paisagem, naturais ou construídos e a eventual interferência com marcos visuais e bens culturais.

Portanto, os estudos devem prever situações em que as transformações não interfiram nos valores culturais locais, procurando evitar a inserção de elementos desarmônicos.

4 MARINGÁ: O RIV COMO INSTRUMENTO PARA MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 10 de maio de 1947 foi fundada a cidade de Maringá. Segundo as informações de Costa (2002, p. 13), “o município situa-se em uma zona de altitude compreendida entre as cotas 500 e 600 metros em relação ao nível do mar. É cortado pelo Trópico de Capricórnio, com longitude de 51°57" W e

latitude de 23°25" S".

Planejada sistematicamente para alcançar 200 mil habitantes em 50 anos, seu projeto foi idealizado em função do futuro traçado da estrada de ferro, vinculado ao prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo.

Marcado por um ambicioso projeto urbano, conforme Bovo e Amorim (2011, p. 4):

O conceito de cidade-jardim de Ebenezer Howard foi seguido de forma detalhada por Jorge Macedo Vieira no traçado de Maringá, no qual buscava uma organicidade, a adequação do espaço urbano através das características da paisagem local e da presença de extensos parques e lugares públicos amplos e abertos, buscando o respeito às imposições da topografia local e a proteção dos mananciais. Isso se verifica pelos três parques, com um sistema viário de muito pouca declividade e bastante amplo, constituído de notável arborização, o que acabou conferindo à cidade uma originalidade única dentro do contexto urbanístico brasileiro.

Apesar dos dispositivos legais, com o passar dos anos, o modelo urbano proposto por especialistas foi descaracterizado. "Hoje Maringá, através da sua evolução e expansão territorial, assumiu um monótono traçado ortogonal... reduzindo muito sua organicidade e funcionalidade e o padrão de qualidade ambiental" (BOVO; AMORIM, 2011, p. 12). "Desde a sua fundação, Maringá obedeceu a um plano urbanístico estabelecido onde ruas, praças e parques foram demarcados considerando-se ao máximo as características topográficas do sítio, o que revela a lúdica preocupação ambiental do urbanista Jorge Macedo Vieira" (COSTA, 2002, p. 33).

As questões ambientais e urbanísticas da cidade de Maringá sempre foram alvo de intensas discussões entre os poderes de classes. Ao longo de sua história foram aprovados diversos dispositivos legais municipais, dos quais foram elencados alguns que estão vinculados com os aspectos urbanísticos, na tabela a seguir:

Entre as alterações mais recentes, a Lei Complementar Municipal nº 632, de 2006, foi a mais significativa em relação aos

TABELA 1: LISTA DE DISPOSITIVOS LEGAIS QUE TRATAM DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ ATÉ 2000

Nº da Lei	Ano	Trata-se
Lei n. 34	1959	Dispõe sobre o Código de Obras.
Lei n. 621	1968	Institui o Plano Diretor.
Lei n. 624	1968	Dispõe sobre o Zoneamento de Maringá - Delimitação do Perímetro Urbano.
Lei n.1.736	1983	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo.
Lei n. 001	1991	Institui o Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento de Maringá.
Decreto n. 035	1998	Regula o licenciamento de atividade industrial, comercial e de prestação de serviços.
Lei n. 334	1999	Dispõe sobre o parcelamento do solo no município de Maringá e dá outras providências.
Lei Complementar n. 335	1999	Dispõe sobre o projeto, a execução e as características das edificações no município de Maringá.
Lei n. 4.780	1999	Dispõe sobre a ordenação dos elementos presentes na paisagem do município.

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Disponível em: <www.maringa.pr.gov.br/site/>. Acesso em: 16 jun. 2013.

estudos dos impactos urbanos na cidade de Maringá. Por meio desta lei foi criado o mais recente Plano Diretor do Município, fundamentado nos artigos 36 e 37 da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Portanto, além das previsões legais do Estatuto da Cidade, o Estudo de Impacto de Vizinhança regulamentou quais são os empreendimentos passíveis de estudos, bem como os critérios ou categorias que devem ser abordados na produção do relatório final.

Conforme o artigo 94 da Lei Complementar nº 632/2006 do município de Maringá:

Os empreendimentos de impacto são aqueles que podem causar danos e/ou alteração no ambiente socioeconômico, natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica, quer sejam construções públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais. (MARINGÁ, 2006).

Ainda no que tange a essa regulamentação, a lei apresenta alguns empreendimentos e as atividades que devem ser estudadas a fim de mitigar os seus reais impactos. Ainda de acordo com os artigos 95 e 96 da Lei Complementar nº 632/2006 de Maringá, são considerados empreendimentos de impacto “as edificações não residenciais com área construída total ou superior a 5.000 m²; edificações residenciais com mais de 100 (cem) unidades; os loteamentos fechados; edificações destinadas a templos religiosos”. Complementando, além dos empreendimentos, as atividades que devem apresentar os estudos de impactos (indiferente do empreendimento) são:

I - shopping center; II - centrais de carga; III - centrais de abastecimento; IV - estações de tratamento de água e de efluentes; V - terminais de transporte; VI - transportadora; VII - garagem de veículos de transporte de passageiros; VIII - cemitérios e crematórios; IX - presídios; X - postos de serviço, com

venda de combustível; XI - depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP); XII - supermercados e hipermercados; XIII - estações de rádio-base; XIV - depósitos e fábricas de material explosivo; XVI - aterro sanitário; XVII - aterro de resíduos tóxicos e perigosos; XVIII - usinas de compostagem e reciclagem de resíduos sólidos urbanos; XIX - emissários de esgoto; XX - incineradores: a) de produtos tóxicos e perigosos; b) de resíduos de serviços de saúde; XXI - linhas de transmissão de mais de 230 KW; XXII - usinas termoelétricas e termonucleares; XXIII - estações de transmissão de energia elétrica e subestações de transformação; XXIV - rodovias primárias e autoestrada; XXV - polos e distritos industriais; XXVI - instalações de armazenagem de produtos perigosos; XXVII - extração mineral, nela compreendidos: pedra de brita, pedra de bloco, carvão mineral, chumbo, calcário, petróleo e gás natural, amianto, xisto, entre outros causadores de danos à saúde; XXVIII - estabelecimentos de ensino; XXIX - casas noturnas. (MARINGÁ, 2006).

Vale destacar que outras atividades que não foram listadas, dependendo do grau de transformações socioambientais no espaço urbano, também podem ser solicitadas ao EIV. A aprovação dos empreendimentos ou atividades está condicionada a prévio parecer do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (CMGT).

A apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) ao CMGT deve atender aos requisitos básicos. De acordo com as instruções propostas pela Secretaria Municipal de Planejamento, contemplada na Lei Municipal Complementar nº 632/2006 de Maringá, PR (MARINGÁ, 2006), o RIV deve conter:

a) **Caracterização do empreendimento** (dados da empresa, do(s) proprietário(s), histórico do empreendimento, porte, atividades a serem desenvolvidas,

objetivos socioeconômicos da empresa, localização geográfica); b) **Impactos do Empreendimento** sobre a área de influência (impactos no meio físico, meio biológico e no meio antrópico); c) **Impactos na Estrutura Urbana Instalada** (equipamentos urbanos e comunitários); d) **Impactos na Morfologia e Rede Urbana** (volumetria das edificações, bens tombados e paisagem urbana); e) **Impactos sobre o Sistema Viário**; f) **Impactos durante a fase de instalações ou reformas**; g) **Proposições Mitigatórias ou Compensatórias**; h) **Equipe técnica responsável** (grifo nosso).

Além dos pontos ressaltados, todos os relatórios devem ser elaborados e assinados por profissionais com registros em seus respectivos conselhos (engenheiro, arquiteto, geógrafo, biólogo etc.). Para se ter uma visão integrada das áreas em estudo, deverão, num raio de 1.000 metros, serem produzidos mapas temáticos e relatório fotográfico, conforme demonstra a Figura 1, a seguir:

Atualmente são notáveis os interesses particulares na gestão do território e do planejamento urbano no município de Maringá. Por tudo isso é que o EIV é um instrumento importante na manutenção do desenvolvimento sustentável, ou seja, pautado na busca pelo equilíbrio econômico, social e ambiental.

Apesar das boas contribuições do EIV, vale ressaltar que após analisar alguns relatórios aprovados, observaram-se alguns pontos negligenciados, que devem ser mais explorados pelos responsáveis, como, por exemplo, os impactos físicos e também a participação popular (consulta populacional do entorno).

Neste contexto é que a análise dos impactos de vizinhança deve ser realizada de forma criteriosa e não como mero estudo para atender às exigências do poder público, considerando cuidadosamente as

FIGURA 1: MAPA TEMÁTICO E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA ÁREA DE VIZINHANÇA EM ESTUDO



FONTE: Oliveira, C. M. et al., 2009

peculiaridades de cada empreendimento.

estabelecer uma relação harmônica entre o homem e a natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre ser humano e os recursos naturais foi se transformando ao longo da história. Por um longo período o homem se restringiu à produção de subsistência e pouco alterou o espaço geográfico. Entretanto, a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, essas mudanças foram muito mais intensas.

Uma das consequências da sociedade moderna na segunda metade do século XX foi a rápida transição da população do campo para as cidades. A aglomeração urbana provocou sérias transformações sociais, econômicas e ambientais na paisagem, deixando profundas marcas para as atuais e futuras gerações.

Após a década de 1970, as reflexões sobre as questões socioambientais foram debatidas em diversas escalas (local, nacional e mundial). Entre as inovações, os aspectos legais ganharam notabilidade, buscando encontrar um equilíbrio entre os interesses privados e públicos para a gestão urbana.

O Estatuto da Cidade aprovado pela Lei nº 10.257/2001 é um importante documento que pode auxiliar o poder público e as entidades privadas na construção e na transformação do espaço geográfico urbano. Através da imposição da elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, os órgãos públicos e os cidadãos podem se posicionar de modo criterioso sobre os possíveis impactos ao meio ambiente urbano.

Diante das informações citadas sobre EIV, observou-se que este relatório tem a finalidade de expor de modo articulado e sistematizado os impactos positivos e negativos das transformações no ambiente urbano. Tais estudos buscam despertar a consciência individual e coletiva dos cidadãos, valorizando

Apesar dos avanços técnicos e normativos, é notável que o EIV ainda é um documento em pleno processo de construção social. Neste sentido, diversos especialistas evidenciam o fato de que muitas informações são ocultadas a fim de beneficiar os fatores econômicos em detrimento dos aspectos sociais e ambientais, inclusive a definição de medidas mitigatórias ou compensatórias.

De fato, um dos grandes desafios na produção do RIV na atualidade é tornar tal documento uma construção coletiva que atenda aos diversos interesses, de modo imparcial, como, transformar os dados quantitativos (área, população, volumetria, impactos) em transformações qualitativas para a sociedade.

No caso específico do município de Maringá, o EIV surge como mais um instrumento normativo para valorizar e reconstruir as ideias iniciais dos planejadores da cidade. A preocupação entre a originalidade e a funcionalidade sempre esteve no centro dos debates nos espaços sociais.

Seguindo a tendência geral, no município também é preciso assegurar que tais estudos forneçam informações técnicas necessárias para a devida mensuração dos impactos a serem ocasionados pelos empreendimentos. Dessa maneira, novas exigências devem ser acrescentadas na elaboração do EIV, para garantir a qualidade de vida da cidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos

de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial de República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1981.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. C. T. **Maringá: uma (re)leitura da imagem da cidade verde**. 2011. Disponível em: <www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2013.

COSTA, L. F. S. **Os promotores imobiliários no processo de verticalização das cidades de Maringá, Cianorte e Umuarama**. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

DORNELAS, H. L. **Direito ambiental e o princípio da precaução: sua aplicação e concretização no contexto de uma sociedade de risco**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

FIORILLO, C. A. P. **Princípios do processo ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GHIZZO, R. F. **Estudos de impacto de vizinhança: a avaliação de sua aplicação em Florianópolis**. 2010. 242 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HIGUERAS, E. **Urbanismo bioclimático**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2007.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Termo de referência n. 001/03. **Diretrizes para realização dos estudos de impacto de vizinhança**. Florianópolis, 2003.

LOLLO, J. A.; RÖHM, S. A. **Aspectos negligenciados em estudo de impacto de vizinhança**. 2007. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/geografia/revista.html>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINGÁ. **Lei Complementar n. 632, de 6 de outubro de 2006**. Cria o Plano Diretor do Município de Maringá. 2006. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/plandir.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

MEDINA, N. M. **Dados históricos da educação ambiental no Brasil**. 2009. Disponível em: <www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/material_didatico.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MOREIRA, A. C. M. L. **Conteúdo e tipologia de planos diretores**. São Paulo: Fundação Faria de Lima, 1999.

NETO, N. C. **Legislação ambiental e unidades de conservação**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

OLIVEIRA, C. M. et al. **Relatório de Impacto de Vizinhança - Transportadora Andrade**. Maringá, 2009

PEREIRA, A. P. M. S. **Uma abordagem acerca do impacto de vizinhança e do estudo prévio de impacto ambiental como instrumentos de defesa do meio ambiente urbano**. 2007. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/arquivos>. Acesso em: 25 mar. 2013.

SANT'ANA, M. S. **Estudo de impacto de**

vizinhança: instrumento de garantia da qualidade de vida dos cidadãos urbanos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SILVA, I. O. R. **A relação sociedade-natureza e alguns aspectos sobre planejamento e gestão ambiental no Brasil.** 2012. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito:** a natureza do desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, 1995.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte e meio ambiente:** conceitos e informações para análise de impactos. São Paulo: Editora do Autor, 2006.

VIZZOTTO, A. T; PRESTES, V. B. **Direito urbanístico.** Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.

OS LUGARES E AS PAISAGENS COM REFERÊNCIA NO COTIDIANO DO ALUNO – EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA DE ESTÁGIO II

Juliana Dummer

Tutora Externa: Tereza Ness Rodrigues

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Geografia (GED0082) – Estágio II

11/06/2013

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência do Estágio II do curso de licenciatura em Geografia, realizado com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Alaídes Schumacher Pinheiro, localizada no Município de Chувиска, RS. Enquanto educadores, nós necessitamos repensar, qualificar e desenvolver novas reflexões e ações pensando em metodologias de ensino que promovam a análise geográfica e que possibilitem fazer desta uma disciplina atraente. Foram escolhidas como área de concentração as Metodologias de Ensino e Aprendizagem de Geografia, e como tema a “Aprendizagem com referência no lugar do aluno”. Para tanto, as aulas desenvolvidas neste estágio trataram do conteúdo “O lugar e as paisagens – as transformações e a construção da identidade local e do espaço geográfico”, enfocando métodos de aprendizagem com referência ao lugar e à paisagem de vivência do aluno. A prática do Estágio II foi bastante satisfatória e empolgante, gerou resultados que mostraram ganhos cognitivos, mudanças de valores, além de um significativo envolvimento dos alunos com cada aula. Na busca pelo ir além, as atividades práticas, como a saída de campo, possibilitaram ainda desenvolver a capacidade de associação com fatos cotidianos, da comparação e compreensão do espaço além do concreto, ou seja, a compreensão do espaço real e do imaginável.

Palavras-chave: Lugar. Paisagem. Cotidiano do aluno.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da ideia de que a Geografia é uma ciência que tem por objetivo entender a sociedade através do espaço por ela produzido, entende-se ser importante que o educador desenvolva seu raciocínio geográfico partindo de uma análise do lugar onde o aluno está inserido. A metodologia de ensino voltada para a realidade possibilita compreender o mundo e suas relações, indo além da simples transmissão de conteúdos. Permite pensar e investigar o espaço e nele organizar-se.

Para William Vesentini (2004), o estudo do meio se insere como algo importantíssimo para evidenciar as relações da teoria com o real e, também, como contraponto à tentativa atual dos jovens de se voltarem mais para o monitor, para o computador, o vídeo e os jogos, que idealizam ou recriam a realidade. Segundo Castrogiovanni et al. (2012), em um tempo quando se fala tanto em globalização, a questão do lugar assume contornos importantes, pois é em lugares determinados, específicos, que esse processo se concretiza. Apesar da tendência de homogeneização de

todos os espaços devido ao movimento de globalização, temos grupos sociais, pessoas, que reagem de formas diferentes, fazendo com que cada lugar tenha marcas que lhe permitem construir a sua identidade, por isso a prática do ensino a partir do lugar se faz necessária. A necessidade de aproximar o ensino da realidade é tão premente na atualidade que, no Japão, as escolas são obrigadas por lei a realizar no mínimo um trabalho de campo – um estudo do meio, uma excursão, visita a fábricas etc., por semana (VESENTINI, 2004).

Para Braun (2005), a instituição escolar e o ensino de Geografia em pleno processo de globalização não podem descuidar do estudo do lugar de vivência do educando e realizar raciocínios geográficos que permitam entender a dinâmica da natureza e a expressão social do espaço global e local. Vesentini (1996) afirma ainda que o ensino de Geografia do século XXI deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza. Deve realizar constantemente estudos do meio (para que os conteúdos não sejam meramente teóricos e “livrescos” e sim reais, ligados à vida cotidiana das pessoas) e deve levar o educando a interpretar textos, mapas e paisagens. Nesta perspectiva, entende-se que deve haver uma reflexão não apenas da prática de sala de aula, mas também por parte da instituição escolar, no que diz respeito ao Projeto Político-Pedagógico, dos instrumentos didáticos e dos valores presentes na sociedade atual.

Cabe realçar que ao referendar o espaço local é necessário criar correlações globais de forma a não criar uma alienação do educando apenas ao seu espaço cotidiano. Na verdade, segundo Medeiros (2008), quando se fala em referências no lugar, está-se conjecturando que a educação tenha um significado maior para o educando ali inserido, que permita uma reflexão maior de sua realidade e possibilite a construção de novas estratégias para esta realidade,

e também permita que ele seja um cidadão deste lugar e do mundo onde este lugar está inserido. Pois segundo Freire (1999), todo o aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo aluno.

Assim, o presente trabalho relata a experiência prática do Estágio II, de acordo com a área de concentração e tema expostos no item 2, organizado para melhor compreensão em três encontros, nos quais se realizaram as cinco horas-aula, que estão relatadas no item 3. O item 4, por sua vez, traz algumas impressões a partir da experiência deste estágio.

2 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A área de concentração escolhida para o Estágio II foram as Metodologias de Ensino e Aprendizagem de Geografia, cujo tema é “Aprendizagem com referência no lugar do aluno”, definido com base nas observações da turma e do professor e na consulta de livros e artigos, tais como: FREIRE, (1999), BRAUN (2005), VESENTINI (2004), PIRES (2006), MEDEIROS (2008), CASTROGIOVANNI et al. (2012), VERDUM et al. (2012), entre outros.

Enquanto professores, devemos estar preocupados com que nossos alunos recebam um conjunto de informações específicas e, assim, possam lidar com o conhecimento de maneira “aceitável” e cativante. Portanto, como educadores, necessitamos repensar, qualificar e desenvolver novas reflexões e ações, pensando em metodologias de ensino que promovam a análise geográfica e que possibilitem fazer desta uma disciplina atraente.

Segundo Castrogiovanni et al. (2012), muitas vezes sabemos coisas do mundo, admiramos paisagens de cidades distantes, mas não sabemos o que existe e o que está

acontecendo no lugar em que vivemos. Além disso, compreender o lugar, em Geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive, é uma possibilidade de se saber tanto o local quanto o global, pois segundo Castrogiovanni et al. (2012), ao mesmo tempo que o mundo é global, as coisas da vida e as relações sociais se concretizam nos lugares específicos.

Com base no que foi exposto, as aulas desenvolvidas neste estágio trataram do conteúdo “O lugar e as paisagens – as transformações e a construção da identidade local e do espaço geográfico”, enfocando métodos de aprendizagem com referência no lugar e na paisagem de vivência do aluno.

3 VIVÊNCIA DO ESTÁGIO

A prática de Estágio II foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Alaídes Schumacher Pinheiro, localizada no município de Chувиска, Rio Grande do Sul, com a turma de 6º ano do Ensino Fundamental. As cinco aulas de estágio II desenvolveram-se em três encontros consecutivos, totalizando cinco horas-aula.

No primeiro encontro, foram desenvolvidas duas aulas. A primeira teve como objetivo geral entender que cada lugar da superfície terrestre possui uma paisagem com características particulares, formada pela combinação dos diferentes elementos naturais e/ou culturais. Para tanto, o primeiro momento da aula iniciou com uma breve apresentação seguida de uma dinâmica na qual cada aluno deveria dizer um lugar do município que considera importante e/ou bonito, e um lugar do mundo que gostaria de conhecer. Os alunos deveriam dizer o porquê da escolha e a partir das escolhas alguns alunos foram convidados a localizar estes lugares no globo terrestre e/ou no mapa do município de Chувиска (FIGURAS 1 e 2). A atividade proposta com o fim de “quebra gelo” e introdução ao tema da aula foi bastante

positiva, uma vez que tanto aqueles alunos que se mostraram num primeiro momento reprimidos, como aqueles um tanto dispersos e agitados, foram conquistados a partir da atividade e curiosos com o tema, ou seja, se mantiveram envolvidos com a aula. No segundo momento da aula, com apoio de figuras de diferentes lugares do município, região e do mundo, utilizou-se uma estratégia proposta por Dias (1993), que é a discussão em classe, instigando a contribuição informal de cada aluno, encorajando-os a desenvolver as habilidades de expressão oral e autoconfiança. Esta estratégia, além de proporcionar o envolvimento do aluno com o tema da aula, permite que o professor obtenha um diagnóstico preliminar do nível de conhecimento do aluno sobre o tema da aula. A primeira aula encerrou com a cópia de um texto e o encaminhamento de uma atividade extraclasse na qual o aluno deveria descrever e desenhar a paisagem do lugar do município, escolhida na dinâmica realizada no primeiro momento da aula.

FIGURA 1: ALUNA APONTANDO NO GLOBO TERRESTRE O LUGAR DO MUNDO QUE GOSTARIA DE CONHECER



FONTE: A autora

FIGURA 2: ALUNO APONTANDO NO MAPA DO MUNICÍPIO DE CHUVISCA O LUGAR QUE MAIS GOSTA NO MUNICÍPIO



FONTE: A autora

A segunda aula, que teve como objetivo geral compreender as transformações da paisagem por processos e fenômenos naturais, identificando o que são agentes naturais internos e externos, iniciou em seu primeiro momento com uma abertura e problematização do conteúdo com uma imagem de uma voçoroca de cerca de 140 metros, localizada em São Braz Alto, no município de Chuvisca, e do Grande Canyon, no Colorado – EUA. A partir das imagens, promoveu-se o desenvolvimento do conteúdo sobre a ação da natureza na criação de outras paisagens, no primeiro caso, da ação de um agente externo, a erosão pluvial, sem, é claro, entrar, neste momento, no mérito da ação social local, na aceleração deste processo. Esta atividade comprovou mais uma vez que o ensino que parte do lugar do aluno torna-se um potencializador da aprendizagem, um instrumento de interesse na realidade cotidiana dele e que potencializa o seu aprendizado, isto é, muitos conheciam o local mostrado na foto, mas desconheciam a razão pela qual a erosão existia. Outros moravam próximo, mas não haviam percebido a paisagem. A curiosidade dada pela proximidade da aula à realidade local mostrou uma aprendizagem mais eficaz, comprovada posteriormente nas atividades avaliativas. No segundo momento da aula, foi feita a observação de figuras exemplificativas

e a cópia de um texto sobre os agentes naturais internos e externos, bem como a realização de uma atividade complementar sobre o *Monument Valley*, baseada em Pires (2006, p. 42).

No segundo encontro, foram recolhidas as atividades da primeira e segunda aulas e desenvolvidos os planos de aula três e quatro. A terceira aula teve como objetivo geral compreender que ação da(s) sociedade(s) humana(s) transforma(m) as paisagens terrestres e atua(m) na construção do espaço geográfico, verificando que os seres humanos ocupam, praticamente, quase todas as paisagens existentes na superfície terrestre. O primeiro momento desta aula foi composto pela abertura e problematização do conteúdo com a letra da música “Sobradinho”, da dupla Sá e Guarabyra, de 1977, que fala sobre o avanço das construções das hidrelétricas sobre o Sertão e, assim, das várias cidades que estão sumindo com o avanço das águas represadas. A partir da visualização do vídeo da música “Sobradinho” foi realizada a discussão, a partir das seguintes questões: qual é o problema retratado pela música “Sobradinho”? O que os autores da música querem dizer quando cantam “adeus Remanso, Pilão Arcado, Serro Sé, [...] o Sertão que vai virar mar, dá no coração o medo de que algum dia o mar também vire sertão”? Você acha que isso pode acontecer em Chuvisca? Você conhece uma barragem próxima a Chuvisca? Quem sabe dar um exemplo de modificação da paisagem pela sociedade no nosso município?

Este primeiro momento da aula se encerrou com a cópia de um texto e explicações como recurso, de figuras em slides sobre o papel do trabalho e dos avanços da técnica no processo de construção do espaço geográfico, de paisagem cada vez mais alterada pela ação social, resultando no fato de existirem cada vez menos paisagens com dinâmicas que poderiam ser concebidas como naturais. Cabe destacar aqui a intervenção de uma aluna durante a

aula:

“Professora, um dia desses chegou uns caras na minha casa,... o carro deles tinha placa da Bahia e eles tinham GPS. Eles pediram para o meu pai para instalar uma torre de energia no meio de uma das nossas lavouras de fumo. O meu pai aceitou, nós ganhamos um dinheiro, mas perdemos a lavoura. Tivemos que tirar o fumo da lavoura,... eles já cavaram muitos, muito longe para dentro do chão”.

A partir desta intervenção, pode-se mediar uma reflexão sobre os avanços da técnica, benéficos à sociedade, mas que também podem agredir o ambiente. Questões como: o que aconteceria se esta empresa de energia passasse a instalar várias torres pelo município todo? O que tem a ver o grande número de paisagens modificadas por este tipo de intervenção social, com os avanços da tecnologia? De que forma a introdução de novos elementos nas paisagens pode descaracterizar a identidade do lugar?

No segundo momento da terceira aula, foi feita a aplicação de uma atividade sobre o papel da técnica na transformação das paisagens do meu lugar. Para tanto, fez-se o uso de imagens relacionadas à realidade local. Utilizaram-se na atividade figuras retratando o preparo do solo para o cultivo de forma manual e com maquinário. Chувиска é um município essencialmente rural, do total de 4.994 habitantes, somente 273 são residentes na área urbana, e 4.671 na área rural. Além disso, a principal atividade econômica é o cultivo de tabaco, seguido do milho (DUMMER, 2011).

A quarta aula teve como objetivo geral verificar que o modo de vida dos povos pode ser identificado pelas paisagens, compreendendo o que é identidade cultural do lugar a partir da paisagem desse município. No primeiro momento desta aula, foram feitas algumas explicações a partir da visualização de imagens que retratam as marcas da técnica

e das culturas dos povos nas paisagens, e a identificação dos elementos que mais se destacam, procurando determinar a identidade do lugar. No segundo momento da aula, foi realizada uma saída de campo próximo à escola, em um ponto alto do relevo que dá vista para toda a área urbana do município, possibilitando trabalhar algumas questões, como: Quais são os elementos mais frequentes na paisagem da minha cidade? Qual é a identidade de Chувиска? Quais são as marcas de transformações na paisagem da minha cidade? Essas transformações são naturais ou culturais? Quais seriam os exemplos de modificações da paisagem feitas pela sociedade local no meu lugar (município de Chувиска)? Você consegue identificar um elemento desta paisagem que exemplifique o avanço da técnica e a transformação das paisagens? Nesta atividade, alguns alunos destacaram como exemplo dos avanços das técnicas e a modificação da paisagem uma casa construída recentemente e em altos padrões, diferente da maioria das demais casas no município (FIGURAS 3 e 4).

FIGURA 3: ALUNOS A CAMINHO DE UM PONTO ALTO DENTRO DA SEDE DO MUNICÍPIO PARA ANALISAR A PAISAGEM EM PRÁTICA DE CAMPO



FONTE: A autora

FIGURA 4: FOTO COM TODOS OS ALUNOS DO 6º ANO DURANTE A PRÁTICA DE CAMPO



FONTE: A autora

O terceiro e último encontro do estágio compreendeu a realização do quinto plano de aula, que teve como objetivo verificar o aprendizado dos alunos a partir de prova dissertativa individual com consulta, abrangendo questões centrais do que foi trabalhado nas quatro aulas anteriores. A prova foi composta, principalmente, por questões a partir de textos sobre modificações na paisagem local, como a duplicação da BR-116 e questões dissertativas que incentivassem os alunos a descreverem e refletirem sobre modificações nas paisagens do município de Chувиска.

4 IMPRESSÕES DO ESTÁGIO

A prática do Estágio II foi bastante satisfatória e empolgante, tanto para mim enquanto professora, como para os alunos. Houve um grande sucesso e aceitação unânime dos alunos quanto às atividades desenvolvidas nas cinco aulas. Os resultados obtidos nas avaliações feitas no decorrer das aulas mostraram ganhos cognitivos, mudanças de valores, além de um significativo envolvimento dos alunos com cada aula. Mais uma vez, confirma-se que o desafio do professor de Geografia é possibilitar condições para que seus alunos construam conhecimento, não forçá-los a reproduzir conhecimento e conceitos prontos. Reafirma-se a ineficácia de se ensinar apenas transmitindo conceitos definidos do livro ou

elaborados pelo próprio professor, como sendo a base no processo de aprendizagem. Os conteúdos da área do conhecimento são fundamentais, mas eles são potencializados pelas problemáticas e análises construídas no decorrer do cotidiano dos alunos.

Finalmente, na busca pelo ir além, propiciando situações estimuladoras, fazendo uso de atividades práticas, como a saída de campo, conseguiu-se desenvolver a capacidade de associação com fatos cotidianos, da comparação e compreensão do espaço além do concreto, ou seja, a compreensão do espaço real e do imaginável. Isto é, transformar a prática de campo em uma atividade onde a metodologia de incorporação de conhecimento é elaborada na busca de valorizar o lugar de vivência do aluno, ou seja, do seu cotidiano. Cabe destacar que houve uma proposta construída, estrategicamente, na busca de relacionar as atividades que foram formuladas com uma articulação entre si, de modo que, em conjunto, se integrassem para a execução dos objetivos de cada aula.

REFERÊNCIAS

- BRAUN, Ana Maria Swarowsky. **Rompendo os muros da sala de aula: o trabalho de campo como uma linguagem no ensino de geografia.** 161f. 2005. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas.** 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.
- DUMMER, J. **Voçorocas no meio rural: Um diagnóstico de processos erosivos**

no Município de Chuvisca-RS. (2011)
Monografia de Conclusão de Curso.
Universidade Federal de Pelotas. Pelotas-
RS. 112p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MEDEIROS, Cristiane Vieira.
Aprendizagem com referência no lugar: reflexões sobre a prática pedagógica nas escolas do meio rural de São Sebastião do Caí. 196f. 2008. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PIRES, Valquíria. **Construindo consciências:** geografia. 2 ed. São Paulo: Scipicione, 2006.

SÁ, Luis Carlos. **Sobradinho**. Indies Records, 1999, faixa 4. Disponível em: <<http://letras.mus.br/sa-guarabyra/356676/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

VERDUM, Roberto et al. **Paisagem:** leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VESENTINI, J. W. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI, J. W. (Org.). **O Ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

_____. O Novo papel da Escola e do Ensino de Geografia na época da Terceira Revolução Industrial. **Revista Terra Livre** – AGB, São Paulo, n. 11-12, p.209-224, 1996.

A EDUCAÇÃO FORMAL APÓS A LEI Nº 10.639/03 - A VALORIZAÇÃO DO AFRODESCENDENTE NA ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Leonardo de Andrade Alves de Lima

Tutora Externa: Adriane Iaroczinski

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Geografia (GED0139/1) – Prática do Módulo I

10/04/2013

RESUMO

O artigo discute as questões referentes à implantação da Lei nº 10.639/03, que trata das ações afirmativas de resgate das questões referentes à História e Cultura Afro-brasileira na educação de Ensino Fundamental e Médio. O objetivo deste artigo foi verificar o nível de implantação na rede estadual e especificamente na rede municipal de ensino básico, respectivamente no Estado do Paraná e Município de Curitiba. Uma amostragem dos livros didáticos adotados pela rede municipal para o ano letivo de 2013 foi feita com o intuito de identificar o conteúdo de História e Cultura Afro-brasileira permeando as matérias, conforme exige a legislação. Após as pesquisas realizadas pôde-se constatar que as ações tratadas neste artigo ainda estão sendo implantadas. A amostragem realizada nos livros didáticos também apontou na mesma direção, ficando evidente que ainda não existe uma integração no processo de execução exigido pela legislação específica do tema, visto que os livros didáticos, em sua maioria da amostra correspondendo a 83%, ainda não foram adequados à realidade. Os resultados apontaram que 58% dos livros não atendem à legislação, 25% atendem parcialmente, deixando boa distância do que seria adequado, e apenas 16% deles atenderam ao exigido. Desta forma, evidencia-se a lenta implantação da política em torno do tema. A metodologia utilizada para realizar este trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Educação fundamental. Étnico-racial. Afrodescendentes. Cidadania. Inclusão Social. Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa bibliográfica serão analisadas as questões relacionadas à implantação da Lei nº 10.639/03, que trata do resgate histórico de justiça social à Cultura e História Afro-brasileira no ensino básico. Este tipo de legislação é chamado juridicamente de ações afirmativas, ou seja, são ações com o objetivo de beneficiar algum segmento da sociedade por ter sofrido algum tipo de discriminação ou injustiça histórica. Os temas

serão abordados com foco no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Detalhando melhor o que são ações afirmativas, em seu artigo, Piovesan (2005, p. 49) destaca:

Nesse sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, situam-se as ações afirmativas. Elas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o

processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos.

Então a nossa história é clara quanto à agressão sofrida por diferentes populações étnicas, os nativos (índios) e os negros traficados da África.

A construção de nosso país ocorre durante o período de exploração/colonização, ou seja, não houve de fato a construção e sim a criação de estruturas sociais, políticas e culturais temporárias que suportassem o período necessário para que esta rica terra pudesse ser saqueada à necessidade do colonizador. Neste contexto, havia a necessidade de muita mão de obra para extração de recursos naturais que estavam sendo descobertos e, mais tarde, também cultivados nas terras americanas de Portugal. Os nativos, chamados de “índios” por terem sido confundidos com os habitantes da Índia, ao pensar de Colombo que havia chegado ao continente indiano. Os índios resistiram pela luta, matando centenas de exploradores, e também foram mortos. A rebeldia no labor escravo desestimulou o uso da mão de obra deles (quando por vezes eram escravizados e não trabalhavam, forçando os escravizadores a dispensar a mão de obra escrava do indígena, chamado de “preguiçoso” por recusar trabalhar para o invasor de suas terras), reforçando a necessidade de adquirirem outra mão de obra escrava. Com esse cenário de muita abundância de recursos a extrair da colônia e ausência de mão de obra, o tráfico do ser humano, na época “os mercadores de escravos”, iniciaram o fornecimento de “seu produto”. Grupos de pessoas foram sequestrados em países africanos e vendidos para o trabalho escravo na nova terra cheia de riquezas.

Apenas como um lugar a ser explorado até seu limite e depois abandonado, o Brasil do início da colonização era “uma terra de

bárbaros”, onde não havia regras e as leis eram feitas pelos exploradores, conforme ocorreu em 1532, com o início das Capitanias Hereditárias, segundo relata D’Albuquerque (1848, p. 47) sobre o período: “os senhores *Donatários gosavão* de jurisdição civil e criminal, e *tambem* todos os direitos de regalia”. Um cenário de caos e violência aonde chegavam os traficados para o trabalho escravo. Nesta época a pessoa de etnia africana, a pessoa negra em geral (independente da região geográfica), não era reconhecida como ser humano, e sim, mercadoria com valor estabelecido pelo seu potencial de produtividade. Desta forma, no modelo de exploração, para fornecimento de Portugal, o Brasil estava sendo construído de forma acidental, ao acaso, e não planejada, para ser uma nação, um país. Então, como já mencionado, as estruturas sociais, políticas e culturais “temporárias” estavam, querendo ou não, sendo moldadas para a futura sociedade a ser formada nesta terra Pindorama, cheia de vícios, crueldades e corrompida.

O povo africano escravizado, neste contexto foi massacrado e classificado como coisa, usurpado do direito e do ser, suas gerações foram crescendo e na maior parte das vezes aceitando sua posição, fruto da cultura imposta.

Apenas em 1808, com a chegada da Casa de Bragança (nome da família real), a infraestrutura e o contexto sociopolítico do Brasil foram significativamente redirecionados no sentido de planejar um novo reino português. Em 1822, a independência é o brado do Príncipe Dom Pedro. Na segunda metade deste século (XIX), surgiu o movimento abolicionista e, finalmente, as conquistas do povo afro-brasileiro começaram a ganhar espaço. Lei do Ventre Livre aprovada no Senado em 1871, Lei dos Sexagenários em 1885 e, finalmente, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel no ano de 1888. A Proclamação da República veio na sequência, 1889, e o Brasil avançava; porém, apesar de parecer que havia uma

inclusão do afro-brasileiro na sociedade, isso não aconteceu de fato. O pensamento da sociedade permaneceu discriminatório como era antes da abolição, onde as leis restringiam o acesso do afro-brasileiro, conforme destaca a apresentação feita pelo SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal) no Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 7):

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Com a evolução da história brasileira e interação dos diferentes povos, nativos, portugueses, africanos e os imigrantes criaram uma mistura genética, a miscigenação, que resultou no “povo brasileiro” com cultura e costumes próprios e apenas resquícios das raízes culturais. Tornando-se natural a cultura brasileira em detrimento das culturas originais do povo aqui miscigenado. Pode-se falar principalmente do povo africano e, atualmente, afrodescendentes, que nesse processo tiveram sua cultura apagada pela força da sociedade escravocrata e até por leis e costumes elitistas que proibiam as manifestações culturais africanas.

Temos como resultado desse processo de violência, escravismo, conquistas sociais, a continuação do processo de desigualdade, onde os afro-brasileiros foram forçados a

aceitar que a justiça social já estaria feita.

Podemos entender que com esse contexto viu-se na atualidade a necessidade de realizar uma reforma social com o objetivo de fazer justiça à memória do povo ora usurpado e de seus descendentes. Assim, quando entramos na seara da educação, temos uma série de reformas no ensino focado à justiça étnico-racial do ensino primário ao superior.

Em 2002, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996 – LDB) estava sendo alterada com o objetivo de realizar mais uma reforma, incluindo no processo de resgate e valorização da história a cultura africana. Em 9 de janeiro de 2003, foi assinada pelo presidente da República a Lei nº 10.639, alterando a LDB, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A agenda política e a sociedade estão mobilizadas na implantação de políticas que resgatam e fazem a justiça social. O Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 3) destaca que:

A Lei 10.639, o Parecer do CNE 03/2004 e a Resolução 01/2004 são instrumentos legais que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto a suas atribuições. No entanto, considerando que sua adoção ainda não se universalizou nos sistemas de ensino, há o entendimento de que é necessário fortalecer e institucionalizar essas orientações, objetivos desse documento.

Como parte do processo formal, jurídico e administrativo, o Conselho Nacional de Educação – CNE edita o Parecer CNE/CP 003/2004, fundamentando toda a questão legislada. Pode ser destacado que o texto cria os “princípios” que conduzirão as ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos

de ensino e os professores, entre outros, na realização desta ação afirmativa. Os princípios relacionados no parecer são:

- Consciência política e histórica da diversidade.
- Fortalecimento de identidades e de direitos.
- Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

O parecer também inclui a divulgação de imagens positivas sobre o grupo étnico, inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.

Em conjunto com o Parecer 003/2004, a Resolução nº 1, de 2004, estabelece os detalhes técnicos que deverão ser executados com base na legislação principal, acima referida e no parecer. Esta resolução destaca em seu artigo segundo a meta segundo a qual esta ação afirmativa tem que promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática. Vale destacar também o objetivo estabelecido, que consta na sequência deste artigo em seu parágrafo segundo: o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

2 A INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A inclusão da temática étnico-racial na educação brasileira surgiu inicialmente de forma oficial pela Lei nº 10.639, que foi um marco em 2003, porém, em 2008, outra

lei, a de nº 11.645, promoveu uma alteração na LDB (Lei 9.394/96) em seu artigo 26-A, o mesmo artigo criado pela Lei 10.639. Essa complementou, ampliou a temática étnico-racial que abrangia o povo afro-brasileiro, para incluir também o povo indígena.

Segundo estes requisitos legais, o conteúdo programático e o currículo deverão estar de acordo com as novas exigências, que são destacadas na sequência, na íntegra, o que está em vigência hoje com a Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008):

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fica claro, com o texto legal, onde e de que forma deve ser incluída a temática em seus diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos. Ainda ficam itemizados os cinco tópicos mais importantes e obrigatórios a serem incluídos ao conteúdo programático:

- Estudo da história da África e dos

africanos.

- A luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.
- A cultura negra e indígena brasileira.
- O negro e o índio na formação da sociedade nacional.
- O resgate das contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Está estabelecido no § 2º, da lei acima referida, que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar. Dando ênfase em especial às matérias Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Ou seja, é imprescindível encontrar no material didático e nas práticas pedagógicas, no mínimo, os cinco tópicos obrigatórios estabelecidos.

Sabendo que há foco na implantação da temática étnico-racial na educação fundamental e média, pública e privada, esta pesquisa verificou a educação fundamental¹ do ensino público no Paraná e especificamente no Município de Curitiba. Um levantamento da inclusão do conteúdo no material didático como parte do processo pedagógico exigido (“todo o currículo escolar e conteúdo programático”) será verificado através de uma pequena amostragem dos livros didáticos adotados na rede municipal de ensino para o ano letivo de 2013.

Esta temática vem sendo cada vez mais trabalhada em nível acadêmico, porém a pesquisa bibliográfica é escassa para a educação infantil. Falando-se especificamente no Estado do Paraná, torna-se ainda mais escasso o material acadêmico, como fica claro no artigo de Silva e Souza (2013, p. 37):

Em 2011 realizamos uma busca que tentou ser exaustiva sobre escritos científicos que versavam sobre educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil. Apesar dos procedimentos que buscaram ser sistemáticos e, o quanto possível, exaurindo as alternativas, os

resultados podem ser qualificados como “modestos”. Com relação ao objeto específico que buscamos, escritos sobre relações étnico-raciais em Educação Infantil, foram localizados, publicados a partir de 2003, somente 4 artigos, 1 livro, 5 capítulos de livro, uma tese e 14 dissertações. Escalonando as publicações pelos anos de 2003 a 2011, observa-se uma tendência a ligeiro aumento no decorrer dos anos. Os 4 artigos localizados foram publicados 2 em 2006 e 2 em 2010. A única tese identificada foi publicada em 2007 e gerou outras publicações nos anos posteriores, 1 capítulo de livro em 2008 e 1 artigo em 2010. As dissertações foram o único formato permanentemente presente, que teve maior concentração em 2007 e 2008 (três publicações em cada ano). Ou seja, além de uma publicação de pequena monta, a concentração está na realização de trabalhos de pesquisadores em formação.

2.1 A APLICAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ DO REQUISITO LEGAL APLICÁVEL, LEI Nº 10.639/03

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no seu sítio eletrônico, afirma que ainda está no processo de implantação da temática “História e Cultura Afro-brasileira”:

A Secretaria de Estado da Educação trabalha para mostrar a participação ativa da população negra na construção econômica, tecnológica, cultural e social do Estado do Paraná. Está ao lado dos movimentos sociais na busca dessa valorização, e participa efetivamente do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná e na implantação das políticas públicas para igualdade racial. No currículo oficial da rede de educação do Paraná a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e seus desencadeamentos, tem efetivado ações para a formação das equipes multidisciplinares nos núcleos regionais de educação e nas escolas. A medida é um dos objetivos para valorizar a história da população negra no Estado do Paraná e orientar a comunidade escolar

¹ Daqui em diante referida apenas como Educação Básica

para o enfrentamento do preconceito, da discriminação do racismo. “O Paraná marca assim um novo processo de mobilização e articulação entre movimentos sociais e instituições que buscam a afirmação da dignidade e o reconhecimento da população negra”, afirma a diretora do Departamento da Diversidade da SEED, Marli Peron. <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4256>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Na nota dada em abril de 2013 ainda se fala de implantação e esse tema é obrigatório desde 2003 e está incluso à temática indígena em 2008. Portanto, o termo implantação de algo que há cerca de dez anos é obrigatório evidencia que, ao invés de ter uma implementação² madura do tema, ao contrário, ainda se estuda e implanta o conteúdo e uma nova postura na cultura escolar e pedagógica do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná conta com um conjunto de cerca de quatro requisitos legais específicos para o tema étnico-racial a partir da Lei nº 10.639/03: a Deliberação nº 4/06; a Instrução nº 17/06; Instrução nº 10/2010 e Resolução nº 3399/10.

2.2 A SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Com relação ao Município de Curitiba pôde ser constatado, pelos fatos apresentados neste capítulo, que a rede municipal ainda está em fase de implantação das obrigatoriedades legais, da mesma forma como o Estado do Paraná. No sítio eletrônico da rede municipal de ensino, em sua coluna de tópicos, existe o tema “Projetos”, e neste tema pode-se acessar o projeto referente a “Étnico-Racial e Gênero”, que não possui conteúdo, pesquisa ou material detalhado sobre implantação ou implementação do conteúdo político e pedagógico na rede municipal. É possível acessar a legislação específica já mencionada, não havendo legislação de

ordem municipal complementando o tema.

Uma amostragem do material didático adotado pela rede municipal para o ano corrente de ensino foi realizada com o objetivo de verificar o quão permeia os conteúdos de cada matéria analisada a temática étnico-racial, conforme exigência legal. Cabe resaltar que não só o artigo 26-A da LDB exige um conteúdo programático específico e o projeto pedagógico, direcionado ao tema, mas, como especifica o Art. 2º da Resolução nº 1/2004:

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

Ou seja, o material didático e bibliográfico aplicado para educação deverá atingir os objetivos e metas estabelecidos, incluindo o conteúdo étnico-racial já relacionado no parágrafo primeiro do artigo 26-A da LDB. Também “os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004”, conforme estabelece o artigo sétimo da Resolução 01/2004.

Foram verificados os livros didáticos da alfabetização (1º ano), 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano, das seguintes matérias: História, Geografia, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, Letramento e Alfabetização, de editoras variadas, conforme a Tabela 1.

O critério adotado para avaliação consiste em *Título, Matéria, Ano Escolar, Editora / Ano, Conteúdo Étnico-racial, Significância do Conteúdo Étnico-racial*. O critério específico adotado para avaliação do item “*Conteúdo Étnico-racial*” será:

- SIM: quando o conteúdo contemplar o mínimo obrigatório (cinco tópicos) conforme

artigo 26-A, parágrafo 1º da LDB (redação pela Lei nº 11.645/08).

- PARCIALMENTE: quando o conteúdo contemplar pelo menos dois dos cinco tópicos obrigatórios, conforme artigo 26-A, parágrafo 1º da LDB (redação pela Lei nº 11.645/08).

- NÃO: quando o conteúdo não contemplar o mínimo obrigatório conforme artigo 26-A, parágrafo 1º da LDB (redação pela Lei nº 11.645/08).

TABELA 1 – AMOSTRAGEM MATERIAL DIDÁTICO

TÍTULO	MATÉRIA	A N O ESCOLAR	EDITOR A / ANO	CONTEÚDO ÉTNICO-RACIAL	SIGNIFICÂNCIA DO CONTEÚDO ÉTNICO-RACIAL
A Escola é nossa	Alfabetização	1º ano	Scipione / 2012	NÃO	MUITO LEVE (desenho e foto de crianças afrodescendentes, folclore “Saci-Pererê” e parte da Declaração Universal dos Direitos das Crianças-UNICEF).
A Aventura do Saber	Matemática	4º ano	Leya / 2011	NÃO	MUITO LEVE (desenho e foto de crianças e pessoas afrodescendentes).
L í n g u a Portuguesa	Português	5º ano	IBEP / 2011	NÃO	MUITO LEVE (desenho e foto de crianças e pessoas afrodescendentes, indicação de dois livros, apenas um texto isolado para tratar do tema racial).
Ciências	Ciências	5º ano	Ed. PD / 2011	NÃO	MUITO LEVE (poucos desenhos e fotos de crianças e pessoas afrodescendentes).
A Aventura do Saber	Geografia	2º ano	Leya / 2011	NÃO	LEVE (apresentação das diversidades étnicas, Declaração Universal dos Direitos Humanos ONU).
A Aventura do Saber	Geografia	3º ano	Leya / 2011	NÃO	MUITO LEVE (raros desenhos de crianças afrodescendentes).
H o j e é d i a d e Geografia	Geografia	4º ano	Positivo / 2011	NÃO	MUITO LEVE (raros desenhos de crianças afrodescendentes).
Geografia	Geografia	5º ano	Saraiva / 2011	PARCIAL-MENTE	MODERADO (História afro e indígena, miscigenação dos povos, povos africanos, povos indígenas).
Interagindo com a História	História	2º ano	Ed. do Brasil / 2011	PARCIAL-MENTE	MEDERADO (diversidade étnico-racial na variedade de imagens, desenhos e fotos de pessoas, textos sobre diversidade racial).
A Escola é Nossa	História	3º ano	Scipione / 2012	PARCIAL-MENTE	LEVE (texto sobre crianças indígenas e povos africanos, cultura da África do Sul).
História	História	4º ano	IBEP / 2011	SIM	SIGNIFICANTE (História africana e indígena, luta dos povos, cultura dos povos, formação da sociedade pelos povos).

A Escola é Nossa	História	5º ano	Scipione / 2010	SIM	SIGNIFICANTE (História africana e indígena, luta dos povos, cultura dos povos, formação da sociedade pelos povos).
------------------	----------	--------	-----------------	-----	--

FONTE: O autor

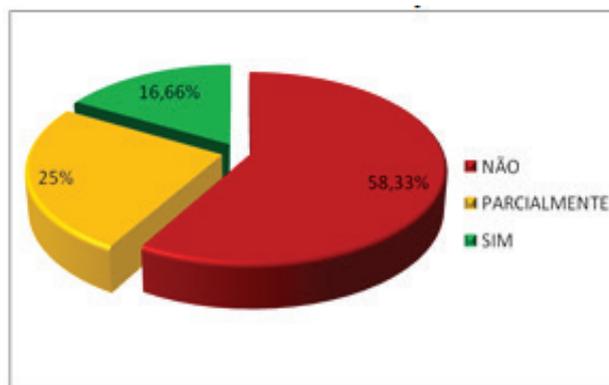
Fica evidente, nesta pequena amostragem, que ainda não existe uma integração no processo de execução do exigido para o tema, visto que os livros didáticos, em sua maioria da amostra (83%), ainda não foram adequados à realidade. Mesmo depois de terem passado cerca de dez anos desde a publicação da Lei nº 10.639/03, as realizações práticas ainda estão na plataforma dos estudos, pesquisas, e bem pouco na implantação real.

Outra questão evidente que a inclusão do conteúdo étnico-racial exige fica de acordo com o ano de ensino do livro. Entre os livros de História, cujo conteúdo é apontado como “especialmente” obrigatório pela lei, apenas os 4º e 5º anos apresentam conteúdo significativo de acordo com o exigido. Ou seja, a análise apenas dos livros demonstra que cada faixa etária do aprendizado tem seu conteúdo específico, em determinado período pouco aparece, quando outro conteúdo é específico para a faixa etária. Podemos entender que, excetuando os livros, os processos pedagógicos da escola e do professor em particular, estarão completando o conteúdo para os alunos, fazendo cumprir o que a legislação impõe, “no âmbito de todo o currículo escolar”.

Realizando uma análise de percentuais de adequação aos critérios de atendimento à legislação, vemos que foram 12 livros verificados, sendo que 7 deles não atendem ao exigido, correspondendo a 58% da amostragem. Atendem parcialmente 3 livros, ou seja, 25% da amostragem, e apenas 2 livros atendem à legislação, o que corresponde a 16% da amostra, conforme mostra o Gráfico 1. Considerando o critério “Parcialmente” e o “Não”, o total de livros que não atendem aos requisitos legais sobe para

83%, igual a 10 livros.

GRÁFICO 1 – ATENDIMENTO AO REQUISITO LIVROS DIDÁTICOS



FONTE: O autor

2.3 A VALORIZAÇÃO DOS ALUNOS ABRANGIDOS PELA LEGISLAÇÃO NO ESTADO E LOCALIDADE ESTUDADA

Dependendo do ponto de vista, existem dois pontos a serem observados quando falamos sobre a “valorização dos alunos”, nas redes municipal e estadual, no ensino básico.

Primeiro ponto analisado é a criação pelo Estado da legislação que executa a política étnico-racial estabelecida pelas alterações da LDB, no artigo 26 (Leis 10.639/03 e 11.645/08), estabelecendo no Estado as Diretrizes Curriculares e criação de equipe multidisciplinar, uma valorização da população escolar do grupo étnico abrangido.

Segundo ponto analisado é a ausência do cumprimento de parte das ações exigidas pelo conjunto legal já relacionado no texto, como a ausência do conteúdo no material didático adotado. Este material é uma desvalorização dos alunos que parte não da rede municipal, mas da integração das entidades públicas envolvidas (e

definidas na legislação) para inclusão da temática nos livros didáticos. Cabe ratificar o Art. 7º da Resolução nº 1/2004 (BRASIL, 2004): “os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de um processo de ação afirmativa é o cumprimento das questões definidas como fundamentais para alcançar o resultado, ou seja, que a igualdade esteja estabelecida entre o grupo étnico e a sociedade que um dia discriminou e injustiçou este grupo. O que se pode afirmar é que esse resultado ainda está muito longe de ser alcançado.

A pesquisa bibliográfica revelou que o Brasil ainda está em fase de implantação, ou seja, inicial, mesmo depois de cerca de dez anos da Lei nº 10.639, que em 2003 alterou a LDB começando o processo de Ação Afirmativa Étnico-racial na educação nacional. Os requisitos legais existem e são satisfatórios quanto ao seu conteúdo. O Estado do Paraná possui seus requisitos ainda limitados à fase de implantação e o Município de Curitiba não possui requisito legal, apoiando-se totalmente na legislação estadual. A dificuldade principal para verificação do nível de implantação real deste processo foi a limitação da pesquisa bibliográfica, sendo necessária a pesquisa de campo para exaurir a temática.

Os resultados da amostragem realizada nos livros didáticos adotados pela rede municipal de ensino para o ano letivo de 2013, para verificação do quanto os livros possuem o conteúdo exigido pela legislação sobre o tema, revelaram que, dos 12 livros verificados, 7 deles “não atendem” (58%), 3 livros atendem “parcialmente” (25%) e apenas 2 livros “atendem” à legislação, o que corresponde a 16% da amostra, conforme mostra o Gráfico 1. Considerando o critério

“Parcialmente” e “Não”, o total de livros que não atendem aos requisitos legais sobe para 83%, igual a 10 livros. Fica evidente que estes resultados possuem influência não só da fase inicial do processo, como também do planejamento pedagógico que apresenta determinado conteúdo para cada ano escolar. O 4º e 5º, por exemplo, possuem o conteúdo. Quanto aos anos anteriores, quase não há a presença do conteúdo, ficando a cargo dos processos pedagógicos adotados por cada escola, ou cada planejamento dos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 27 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 27 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

D'ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. **Resumo da história do Brasil**. Recife: Tipografia Imparcial, 1848.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução n. 017/2006 – SUED**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA. **Diversidade Étnico-racial e gênero**. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?portal=4&PHPSESSID=f9480342b4734ffe2f45f755b3692a00>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PR. **Respeito pela diversidade étnico-racial nas escolas**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4256>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; SOUZA Gisele da. **Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil**. Curitiba: Educar em Revista, UFPR, 2013.

SIMPLESMENTE PAISAGEM: paisagem urbana

Lorilene Falchetti

Tutora Externa: Gilma Aparecida dos Santos

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Licenciatura em Geografia (GED 0084) – Trabalho de Graduação
25/07/2013

RESUMO

A oportunidade de nós nos aprofundarmos nos conceitos e significados numa simples expressão, mas de grande magnitude como “paisagens” vem a nos retratar o passado e o presente sobre a história de um povo e sua cultura, e as suas transformações paisagísticas de cada local, lugar ou cidade. As transformações são imagens de desenvolvimento para que cada cidade se molde às suas necessidades, e que, com o advento da modernidade e crescimento, precisam se adequar às novas normas de trafegabilidade, ou seja, mobilidade e acessibilidade urbana. Dentro das paisagens urbanas, temos as mais diversas formas de entendimento, temos as áreas centrais com suas estruturas verticais e em anexo os condomínios de luxo, nos arredores, ou seja, periferia (favelas), o verdadeiro caos, infraestrutura nenhuma, moradores vivendo em casebres amontoados nos morros e barrancos à beira de rios e córregos de lama e esgoto, sem benefícios à saúde, educação, segurança, lazer, enfim, sem nada. E como protagonistas destes contrastes, políticas públicas que nunca chegam a lugar nenhum. Em parte, são fortes indícios da desagregação urbana o grande contingente de migrantes que se deslocou das zonas rurais em direção às cidades em busca de emprego e moradia, em consequência dos avanços tecnológicos do campo. Os resultados não poderiam ser outros: desemprego, miséria, fome e inacessibilidade aos serviços públicos. Estas são as paisagens urbanas das cidades de hoje.

Palavras-chave: Concepção paisagística urbana. Cidade. Lugar. Contrastes periféricos.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem guarda consigo o sentido de estar associada ao olhar, a um conjunto de formas criadas pela natureza e ações antrópicas, sendo assim, paisagens naturais ou transformadas, temos a noção e visibilidade das mudanças. O compreender geográfico nos leva a diversos e talvez remotos caminhos, cada qual possui sua própria interpretação, no olhar de um cidadão comum vê uma simples paisagem diante de seus olhos, naturais ou transformadas. Já por outro lado, no olhar do conhecedor do assunto, sua análise passa a ser interpretativa, podendo vir a sorrir ou a chorar com um simples olhar. Planejadas ou

simplesmente paisagens, cidades, lugares ou espaços como nós os conhecemos, mudam e se transformam constantemente, o ser humano como autor principal modifica para fins de melhorias ou simplesmente para mudar.

As paisagens urbanas nos retratam em sua natureza os mais diversos contrastes. Por um lado, temos uma ampla e bonita cidade na sua magnitude e esplendor, e por outro, os contrastes das periferias e suas adversidades. A princípio têm a concepção e visão dos desenhos escolares, resultado de uma produção histórica: ruas, casas comerciais e residenciais, altos prédios,

áreas de lazer, monumentos históricos, periferias e seu caos social.

As contradições paisagísticas dos centros urbanos com as periferias (favelas) são imensas. Nas periferias, as paisagens são deformadas em função dos locais inadequados para a moradia, que vem a transformar em função das suas necessidades humanas, e em consequência, a própria indiferença dos gestores administrativos, que nada fazem, e quando pouco fazem, os serviços são de péssima qualidade.

As diferentes formas paisagísticas, expostas diante dos olhos de todos, nos dão a condição de avaliarmos quão importante seria se tudo fosse diferente, se realmente tivéssemos políticas públicas de qualidade, como: educação, saúde, segurança, saneamento básico, lazer, enfim qualidade de vida, e que aquele lugar ou espaço fosse digno de cada cidadão, mas que este também em contrapartida, fizesse a sua parte e destruísse menos os rios, solos, ou seja, na própria natureza tudo poderia ser perfeito, poderíamos viver como humanos de verdade.

2 DESENVOLVIMENTO

As paisagens e suas modificações, suas moldagens verticais e horizontais dos centros urbanos, e o emaranhado de casebres e palafitas nas periferias (favelas) diferem na configuração visual e na qualidade social de vida das pessoas. Paisagens são ações acumuladas através dos tempos, mas também a realidade presente e imediata. O homem transforma tudo o que está a sua volta, seja para moradia, para alimentação, para lazer ou simplesmente para modificar, a paisagem transformada se constitui em função dessas ações ou da própria natureza, a princípio por ações e atitudes humanas que vem a modificar e transformar todo um espaço antes natural em construções de comércio, moradias, indústrias, ruas e avenidas, visual e atmosférico, transformam também as ações climáticas, ora muito seco, ora muita chuva

(enchentes), como consequência das ações desmedidas do ser humano, a natureza reage destruindo por vezes tudo que encontra pela frente, e como diz o “dito” popular “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco” e quem vem a sofrer as consequências são as pessoas desfavorecidas, que moram em lugares impróprios e de difícil acesso com risco de alagamentos e desmoronamento.

No começo da história do homem, a configuração era simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p. 62).

As paisagens expostas dos centros urbanos, principalmente das grandes cidades, nos revelam o quanto as políticas públicas são “pobres”, precisam evoluir, deslanchar, se fazer presentes e que deixem de ser insuficientes, inviáveis, sem qualidade nenhuma, nos deparamos com os mais diversos lados e vemos o nada sendo construído, espaços totalmente deformados de uma sociedade de exclusão e insignificância perante os olhos de nossos gestores. É necessário e urgente a reversão concreta deste quadro, transformando cidadãos de bem em cidadãos dignos de sobrevivência, e para que possam vir a ter uma moradia decente, emprego digno, saúde, educação, transporte, lazer, enfim, a morfologia da paisagem, a paisagem de dignidade humana.

A transformação das paisagens é simplesmente a personalidade do grupo social que ali vive, por vezes fatos passados passam a impregnar certos lugares de significados individuais ou coletivos que são fortemente ligados ao desenvolvimento da consciência cultural. Percebemos, então, que

somos e fazemos parte dela, na perspectiva de sobreviventes, através do ar, do alimento, da água, do solo, dos agentes sociais, da comunidade em si, ou seja, do simples emaranhado de informações, ao conjunto paisagístico físico, político, socioeconômico daquele local. Segundo Milton Santos, em seu livro a 'Natureza do Espaço' (2006, p. 67):

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto dos elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente.

No início do século XX, a paisagem era capaz de fornecer boa carga de informação sobre a organização social nela compreendida, e sobre outra fase, com o desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação e circulação de mercadorias e capitais. O homem, com sua cultura, modifica a natureza com seus núcleos de povoamento, com seus tipos de arquitetura, sistemas agrícolas e até mesmo o modo e uso da terra.

O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim. A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS 2006, p. 109).

Paisagem é uma palavra de uso cotidiano, e cada um a utiliza a seu modo. Quando nos referimos a paisagens, estamos,

de certa forma, contextualizando os vários sentidos, ou seja, de forma generalizada, pois seria negligente da nossa parte conceituarmos somente as transformações físicas e químicas, não que isso não seja importante e significativo, mas destacamos a existência e infinidade de paisagens urbanas que temos expostas, para que possamos ver e analisar.

Contudo, aprendemos, na caminhada acadêmica, a ter o discernimento da busca pelo conhecimento e a conceituar as informações, pesquisando e dando-nos o direito a valorizar e a sermos críticos nas mais diversas formas da paisagem, principalmente a transformada, onde encontramos os diferentes contrastes econômicos, sociais, educacionais e culturais. Temos a oportunidade de acompanhar as mudanças paisagísticas que ocorreram durante todos esses anos em nossa cidade. Por mais de trinta anos a cidade cresceu e se desenvolveu, e há necessidade de se readaptar às novas transformações urbanas. Vimos, então, que as cidades de hoje precisam ser sustentáveis e inteligentes, necessitam refazer-se e modificar-se, ou seja, modernizar-se em consonância com os novos tempos.

FIGURA 1 – AV. MARECHAL RONDON - COLÍDER, MT, EM 1980



FONTE: Disponível em: <<http://www.colider.mt.gov.br/Fotos-Historicas/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

FIGURA 2 – AV. MARECHAL RONDON – COLÍDER, MT, EM 2013



FONTE: Disponível em: <<http://www.colidernews.net/>>. Acesso em: 31 out. 2013.

As cidades de hoje precisam se adequar aos novos tempos, precisam se reformular, e se não o fizerem, estas nos levarão a um verdadeiro caos urbano. A legislação deve acompanhar a realidade, mas ao mesmo tempo deve preservar os direitos básicos da cidadania.

Os avanços científicos e tecnológicos têm proporcionado amplo conhecimento relacionado às transformações da natureza e suas consequências para a espécie humana, assim como para todos os seres vivos do planeta. Ao abordarmos o tema “Simplesmente Paisagem”, sentimos necessidade de nos aprofundarmos mais neste conteúdo, vimos ser este um assunto interessante e amplo. Propomo-nos, então, a conhecer e a buscar este leque de informações, que é passível de absorção e conhecimento, através da pesquisa e da prática diária e de como tudo começa e se transforma a partir do advento histórico, social e humano.

De forma específica, conceituamos a “paisagem da política educacional”, lembrando que nem todos têm a oportunidade de frequentar escolas. Não estamos nos referindo a escolas de qualidade, simplesmente a escolas, na oportunidade da construção do conhecimento, em dimensões de qualidade e crescimento pessoal. Neste contexto desfigurado, o educador, como protagonista desta história, com o pouco da

sua transformação mensal, transmite e insere a informação e o conhecimento que teve a oportunidade de se apropriar. Por outro lado, temos o ser humano propriamente constituído pela informação educacional, sendo que transforma, modifica, constrói, reconstrói até que seja viável, de certa maneira, por vezes até pessoal, transformar aquilo que lhe dá a sobrevivência de vida, ignorando por completo qualquer consequência desmedida. Ele transforma, assim, uma sociedade deficiente por falta de políticas públicas adequadas. Pequenas ações levam a transformações de pequenos espaços naturais, deformando ou transformando o contexto das paisagens das cidades.

Neste contexto, apesar dos inúmeros problemas ambientais e sociais, as cidades de hoje procuram se reinventar com as mais diversas obras de mobilidade urbana, habitação, urbanização e saneamento, e estas melhorias advindas das intervenções, beneficiam toda uma comunidade social. Os projetos de melhoria urbana que vemos constantemente nas cidades são geralmente nas áreas centrais, inclusive no nosso próprio município isso é fato, tende-se a dar mais acessibilidade e mobilidade, ou seja, vem a transformar o cenário urbano com reflexo direto na vida das pessoas. As pessoas que aqui residem há mais de trinta anos, veem hoje as transformações e (re)transformações da paisagem urbana. Por outro lado, temos contrastes paisagísticos, bairros distantes do centro que necessitam de quase tudo, principalmente de atendimento básico, como: saneamento básico, posto de saúde, escolas de qualidade, segurança, asfalto, coleta de lixo, lazer e espaços verdes, enfim, tudo.

A cidade encontra-se em processo de construção asfáltica em algumas ruas próximas às áreas centrais, desejamos que estes projetos de mobilidade urbana não fiquem só no asfalto, mas que também as calçadas sejam acessíveis aos pedestres com suas construções e acessos.

2.1 REFORMA URBANA

Por meio do Plano Diretor, é possível saber até onde uma cidade pode crescer e até que ponto seus recursos podem ser usados de forma racional e sustentável, quais as áreas mais carentes de segurança, saneamento, atendimento de saúde e serviços, é preciso que a reforma urbana tão necessária esteja ligada à transformação urbana. Essa forma integrada é um modelo que surge muito forte no século XXI. É necessário buscar soluções para problemas relacionados a aspectos de âmbito social, econômico, democrático, habitacional, cultural e ambiental.

2.2 MOBILIDADE

É necessário restringir o uso do automóvel, para que tenhamos espaço para melhorar a vida de pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo. Assim, estas modalidades se tornarão mais atrativas, inclusive, para aquelas pessoas que usam o automóvel.

2.3 A FORMAÇÃO URBANA

Em contexto real, as transformações são constantes, as paisagens apresentam-se simultaneamente nas mais diversas dimensões, podendo ser morfológicas, funcionais, históricas, espaciais e simbólicas. O progresso e o desenvolvimento são fatores de ecologia, engajamento e transformação no processo da formação central urbana, com suas ruas, avenidas e arranha-céus imponentes, em oposição aos contrastantes paisagísticos periféricos, o sobe e desce dos morros, a labuta diária de trabalhadores a caminho do seu trabalho e sustento mensal, a imensidão de cabos energéticos que se cruzam sem segurança e estrutura nenhuma, nos faz ver uma comunidade que ali se constituiu, o seu hábitat, sem condições dignas, mas seu único meio de moradia.

A sociedade constituída fornecida de meios investe em grandes centros

econômicos e áreas de moradia, separam assim os donos do poder e o proletariado. Na realidade, dentro de um contexto urbano, temos uma diversidade grande de pessoas e de diferentes camadas sociais, necessidade de investimentos e políticas públicas de qualidade. Este é um dos fatores primordiais necessários para que se chegue a um consenso mínimo de igualdade cidadã. Por outro lado, nota-se pouco esforço administrativo para que se mude um pouco essa realidade devastadora.

2.4 IMPERMEABILIDADE DO SOLO, FATOR DE CONTRASTES

FIGURA 3 – IMPERMEABILIDADE DO SOLO



FONTE: Disponível em: <http://estatico.primeiraedicao.com.br/_CACHE/images/adaptative/600_600/aW1hZ2Vucy8xMzAyOTA4NzA3ZHNjMDM3MzcuanBn.jpg>. Acesso em: 28 maio 2014.

As paisagens se transformam e se (re)transformam com as invasões humanas, a princípio meras construções, mas com o advento do crescimento e o prosperar econômico, estes solos vão sendo impermeabilizados e o inchaço das grandes construções modificam todo o espaço, transformando, assim, numa outra paisagem, totalmente infiltrável, desenvolvendo fatores climáticos, como ilhas de calor, inversões térmicas, altas temperaturas, fortes chuvas acima do normal, alagamentos, enxurradas, que arrastam tudo que vem pela frente, elevação dos níveis dos rios e córregos e entupimento das bocas de lobo com lixo doméstico. O resultado não seria pior, grande número de moradores desabrigados e com

suas casas submersas. Isso tudo são fatores de contribuição resultado das ações antrópicas impensadas e desumanas com o nosso solo, que nos dá água para beber do seu aconchego subterrâneo, o espaço para construirmos nossas moradias e termos nosso acalento e descanso, o alimento para nos alimentarmos e termos vida, enfim, ele nos dá todos os meios para que possamos viver.

2.5 ÁREAS DE LAZER E URBANIZAÇÃO

As cidades se transformam por qualidade de vida e embelezamento urbano, investem em áreas de lazer e arborização, não só trazem qualidade como também valorizam o ambiente e os espaços em si. Os imóveis próximos a essas áreas são mais valorizados e possuem um diferencial imobiliário em relação aos demais, as pessoas que ali residem têm qualidade de vida melhor e também o privilégio do embelezamento próximo às suas residências, com seus contrastes, cores e odores.

FIGURA 4 – ÁREAS DE LAZER E URBANIZAÇÃO



FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Curitiba_From_Barigui_Park.jpg>. Acesso em: 28 maio 2014.

2.6 PERIFERIAS DAS CIDADES

É grande o número de pessoas que vivem aglomeradas em casas umas sobre as outras, em favelas, vilas, encostas de rios e morros, locais insalubres, entre outros, sem condição e infraestrutura nenhuma. As condições de moradia geralmente são indignas para qualquer cidadão, mas estes cidadãos não têm outro local para residir,

vivem em total abandono, não são citados nos projetos de governo e suas políticas públicas governamentais, não têm atendidas suas necessidades básicas que todo cidadão deveria ter, e que lhes foram asseguradas pela nossa carta maior, a Constituição.

FIGURA 5 - FAVELAS



FONTE: Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/07/pesquisa-revela-que-classe-media-virou-maioria-em-favelas-brasileiras.html>>. Acesso em: 28 maio 2014.

FIGURA 6 - SANEAMENTO



FONTE: Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cidade/qualidade-de-vida-favela-urbanizacao-saneamento-493951.shtml>>. Acesso em: 28 maio 2014.

FIGURA 7 - QUALIDADE DE VIDA: ACESSO À FAVELA FUBÁ-CAMPINHO, NO RIO DE JANEIRO, ANTES E DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAVELA-BAIRRO NO RIO DE JANEIRO RECONSTRUÇÃO TOTAL



FONTE: Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cidade/qualidade-de-vida-favela-urbanizacao-saneamento-493951.shtml>>. Acesso em: 28 maio 2014.

Os direitos básicos assegurados a todo cidadão, como a educação, saúde, segurança, saneamento básico não existem nesses locais e o pouco que é feito é de total precariedade, nenhuma condição humana. O fato é que essas pessoas não escolheram viver ali, ao contrário, se viram obrigadas, e tudo isso é resultado e consequência de políticas públicas ignoradas por nossos gestores públicos, que simplesmente fecham seus olhos para estes locais, como se ali não fosse de sua responsabilidade gerir políticas de melhoria e investimentos para estes cidadãos que vivem em condições contraditórias com a dignidade humana. Por outro lado, o desenvolvimento e o avanço tecnológico no campo, levou o trabalhador rural ao desemprego, e este, por sua vez, veio a imigrar para os grandes centros em busca de emprego e moradia. As consequências não poderiam ser outras: inchaço urbano, falta de moradia e recurso financeiro, fizeram com que estes cidadãos viessem a se abrigar em lugares impróprios, como morros, barrancos, beira de córregos e rios. A tecnologia nos trouxe desenvolvimento e prosperidade, mas também desemprego e grande número de favelas.

O grande contingente populacional que vive em moradias impróprias é assustador. Na realidade, torna-se uma cascata sem fim. Acreditamos que recursos públicos existem para estes fins, mas que na realidade nunca chegam a lugar nenhum, e quando chegam, infelizmente são desviados. País rico, e ao mesmo tempo pobre, de miséria e de injustiças sociais, para poucos tudo e para muitos nada. A propósito, será que algum dia conseguiremos um mínimo de dignidade e igualdade para com estes cidadãos? As atuais políticas públicas que temos hoje são deficientes, e nunca chegam a lugar nenhum, são só projetos no papel que não resolvem problemas, precisamos das que levam ao concreto e que realmente sejam executadas, para que estes cidadãos saiam da pobreza. Para que isso aconteça, no entanto, precisamos de ações.

É fato, vivemos num país de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, com riquezas naturais abundantes, nos mais diversos contextos, e ao oposto temos uma diversidade histórica, social e econômica totalmente desigual. As sociedades dominantes e seus egocentrismos transformam e criam grupos diferenciados, transformam, assim o modo de viver e principalmente as suas moradias, paisagens urbanas estas que formam cenários de incluídos e excluídos.

2.7 INCHAÇO URBANO

A imensa concentração de pessoas num mesmo lugar provoca poluição no solo, na água e no ar. A poluição do solo ocorre principalmente nos lixões, que, além de poluir o solo, atingem também o lençol freático. A água é poluída através de esgotos sem tratamento e resíduos de produtos químicos descartados pelas indústrias. O ar sofre alterações provenientes da emissão de gases de veículos com combustíveis fósseis (carros, ônibus e caminhões) e emitidos também por atividades industriais.

FIGURA 8 – INCHAÇO URBANO



FONTE: Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/arquivos/2009/04/95791.jpg>>. Acesso em: 28 maio 2014.

2.8 TIPOS DE DOENÇAS POR TRANSFORMAÇÕES HUMANAS DA PAISAGEM

Diversas são as poluições por influência humana e podem provocar doenças, como a hepatite, leptospirose e doenças respiratórias, que são comuns nos períodos de baixa umidade.

2.9 IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO – ENCHENTES E DESLIZAMENTOS

Os centros urbanos convivem com vários inconvenientes e, entre eles, podemos destacar enchentes e deslizamentos de terra, que ocorrem em função das mudanças e/ou alterações humanas contra a natureza. O ser humano com o seu instinto de modificar para construir acaba destruindo a si próprio, as enchentes ocorrem em função da impermeabilização do solo, por causa das construções (asfaltos, calçadas, edificações) e a falta de áreas verdes que permitam a absorção da água da chuva pelo solo. Quanto aos deslizamentos, suas causas estão ligadas à falta de vegetação e à ocupação urbana em locais com relevos impróprios. Como não existe cobertura vegetal para reter a água, o solo absorve até um nível de saturação e é neste momento que ocorre o deslizamento, pois a terra não consegue suportar e arrasta tudo o que encontra pela frente.

FIGURA 9 - ENCHENTE



FONTE: Disponível em: <http://nhomoraes.blog.uol.com.br/arch2009-09-13_2009-09-19.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

FIGURA 10 - DESLIZAMENTOS



FONTE: Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/38876_ELES+NAO+DEVERIAM+ESTAR+AQUI>. Acesso em: 28 maio 2014.

O que se conclui é que os nossos gestores agem em defesa de seus próprios interesses ou de bases políticas, sendo que os discursos não são exercidos com responsabilidade coletiva. Vemos, então, por todo o planeta, desequilíbrio hídrico e desertificação dos solos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisamos de forma exploratória e nos propomos, então, ao método do pesquisar, analisar, observar o que fosse necessário e sólido para o desenvolvimento da pesquisa. Como instrumento de pesquisa, nos voltamos a observações *in loco* e às leituras das mais diversas formas de paisagens, pesquisamos na internet, livros, periódicos, informações da mídia escrita e falada e usamos como instrumento de trabalho o computador, máquina fotográfica, entre outras. Tivemos então os esclarecimentos necessários aos nossos objetivos. A paisagem como leitura dinâmica e criteriosa nos levou a deciframos as mais variadas formas de paisagem e a conceituarmos diferenças. Foram importantes os conhecimentos absorvidos com a pesquisa, a leitura concomitante às informações nos levou à compreensão de que é possível obter resultados quando nos esforçamos e almejamos algo. Acreditar sempre no seu potencial é um dos principais objetivos para o crescimento pessoal. Assim, obtemos aprendizado e conquista, quando as buscas são diversificadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal objetivo foi decifrar as diversas formas e conceitos de paisagens urbanas, suas transformações e (re) transformações. Como leigos no assunto, nos deparávamos e tínhamos a concepção de uma casa, um rio, uma montanha etc. Percebemos, então, que paisagem é tudo isso e muito mais, ou seja, é tudo o que está ao alcance dos nossos olhos.

A pesquisa nos levou a conceitos que até então nos eram ignorados. Passamos a decifrar os **elementos naturais** (*relevo, hidrografia, vegetação etc.*), **culturais** (*casas, ruas, pontes, prédios etc.*), **as paisagens naturais** (*quando a intervenção é pequena ou inexistente*), **paisagens geográficas** (*quando há elementos culturais e a intervenção humana é grande*) e **paisagens transformadas** (*quando o homem transforma uma paisagem natural para dar lugar às suas necessidades*), principalmente a urbana, pois pode vir a provocar sérios danos ao meio ambiente, como: destruição da vegetação, exploração do solo, utilização dos rios - para gerar energia elétrica e irrigar plantações, assim como a mudança dos cursos da água para favorecer a ocupação humana. Os resultados são desastrosos, se analisarmos com precisão de detalhes o quanto o homem transformou e vem transformando tudo isso no decorrer destes anos todos. É necessário que o ser humano tenha mais cautela com estas paisagens, pois, caso contrário, sofreremos graves consequências.

E, para tanto, é preciso acreditar e empenhar-se na busca constante na certeza dos propósitos em relação aos objetivos. Acreditamos no possível e em pontos positivos, pois a certeza virá e nos levará ao aprendizado consciente, fruto este que não acontece por mero acaso ou coincidência, mas através de empenho.

5 CONCLUSÃO

Todas as buscas e informações foram benéficas, finalizamos a pesquisa e nos deparamos com resultados que até então nos eram ignorados. Vimos que a informação e o aprendizado são frutos do crescimento pessoal e ambos caminham juntos. As paisagens urbanas nos levam às mais diferentes formas de compreensão e interpretação e estão em todos os lugares, para que todos possam ver, analisar e interpretar quanto à sua natureza, transformação e resultado, resultado este relacionado às ações dos agentes sociais e suas modificações. Por outro lado, as transformações e o bem-estar de todo um espaço dependem de sua formação e organização consciente, em que haja capacidade de discernir de forma clara as ações dos seres humanos e da própria natureza, levando em conta como aprendizado o crescimento e bem-estar, mas que, para tanto, sejam capazes de usufruí-la de forma tranquila e digna.

Há paisagens de todas as naturezas, vivenciadas por todas as raças e cores, que possam vir a viver, cada um ao seu jeito e a sua forma, formando assim um todo de diferenças espetaculares.

Esta pesquisa nos proporcionou conhecimento e aprendizado, e por isso somos agradecidos e congratulados com tais merecimentos. A cada etapa, é necessário agradecer uma vitória, vitória esta do aprender ao qual nos propomos, de como tudo isso nos foi importante, e como avaliamos as constâncias em vários sentidos.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: 4ª ed. Edusp, 2006.

APÊNDICE

IMAGENS DO INÍCIO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO: PAISAGEM POPULACIONAL URBANA DE COLIDER MT.

FIGURA 11 - DESFILE NA AV. MARECHAL RONDON, EM COMEMORAÇÃO AOS 7 ANOS DE FUNDAÇÃO, EM 1981



FONTE: Foto do acervo particular de Gema Ighes P. Barbiero (1ª Dama de Colider)

FIGURA 12 - DESFILE NA AV. MARECHAL RONDON EM COMEMORAÇÃO AOS 7 ANOS DE FUNDAÇÃO, EM 1981



FONTE: Foto do acervo particular de Gema Ighes P. Barbiero (1ª Dama de Colider)

ATUAL IMAGEM DA PAISAGEM DE COLIDER MT

FIGURA 13 – AV. MARECHAL RONDON – COLIDER MT, EM 31/10/2013



FONTE: Disponível em: <<http://www.colider.mt.gov.br/Fotos-Historicas/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

FIGURA 14 – AV. MARECHAL RONDON – COLIDER MT, EM 31/10/2013



FONTE: Disponível em: <<http://www.colider.mt.gov.br/Fotos-Historicas/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL OCORRIDO PELA SUPRESSÃO DAS MATAS CILIARES

Francieli de Fátima Pinto Juliano

Tutora Externa: Adriane Iaroczinski

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Geografia (GED-0109/6) – Estágio

07/12/2013

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade explorar a percepção dos alunos quanto ao impacto ambiental ocorrido mediante o desmatamento das matas ciliares. A mata ciliar é a formação vegetal mais importante para preservação da natureza, o próprio nome já indica isso: assim como os cílios protegem nossos olhos, a mata ciliar serve de proteção aos rios e córregos, retendo as impurezas e preservando a integridade das águas. De maneira mais específica, pretende-se identificar a compreensão dos alunos sobre o processo de degradação ambiental, em especial no Rio Mascate, com ênfase na retirada da mata ciliar para dar lugar às construções e, a partir disso, realizar um debate com os alunos para estimular a conscientização dos mesmos, sobre a importância de preservar o meio ambiente e a importância da manutenção das matas ciliares. Como metodologia, utilizou-se a aplicação de um questionário fechado contendo 5 questões, as quais forneceram subsídios para a realização do debate. De modo geral, observou-se que o nível de conhecimento dos alunos não era tão aprofundado, porém, com o debate, pode-se melhorar esta compreensão, atingindo desta forma os objetivos propostos.

Palavras-chave: Percepção. Mata ciliar. Preservação ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A degradação ambiental que afeta toda humanidade tem uma amplitude mundial. Tricart (1977) afirma que não existe nenhum ecossistema na terra que não tenha sofrido influência humana. Desta forma, o homem é considerado o principal responsável pelas modificações no meio ambiente.

A crescente urbanização da humanidade, conforme destaca Lombardo (1985), constitui uma preocupação de todos os profissionais e segmentos ligados à

questão do meio ambiente, pois as cidades avançam e apresentam um crescimento rápido e sem planejamento adequado, o que contribui para uma maior deterioração do espaço.

Apesar de atingir o ambiente como um todo, esse impacto ocasionado ao meio ambiente reflete de maneira mais acentuada nas áreas de preservação permanente, as APP, as quais possuem influência direta sob os aspectos dos recursos hídricos que cortam as cidades. A ocupação antrópica inadequada dessas áreas gera uma cadeia

de impactos ambientais, que passa pela impermeabilização do solo, alterações na topografia, erosão das margens e assoreamento dos cursos d'água, perda das matas ciliares, diminuição da biodiversidade, aumento do escoamento superficial etc.

As APP - Áreas de Preservação Permanente - são áreas cobertas ou não por vegetação nativa e estão localizadas ao longo das margens dos rios, córregos, lagos, lagoas, represas e nascentes. Elas têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Uma vez que as APP possuem enorme importância para a preservação da vida e da natureza, observou-se durante o estágio a falta de conhecimento e conscientização dos alunos com relação ao assunto, dessa forma, o objetivo desse trabalho é identificar a compreensão dos alunos sobre o processo de degradação ambiental, em especial no Rio Mascate, com ênfase na retirada da mata ciliar para dar lugar às construções. Além disso, pretende-se, através desse levantamento, realizar um debate com os alunos para estimular a conscientização dos mesmos sobre a importância de preservar o meio ambiente e, neste caso, especificamente a importância da manutenção das matas ciliares.

Como metodologia, o levantamento de dados se deu através de pesquisa quantitativa, com a utilização de uma base teórica, estruturada a partir da pesquisa bibliográfica em livros, revistas e internet.

2 FUNÇÕES DAS MATAS CILIARES

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (2004), a mata ciliar é a formação vegetal mais importante para preservação da natureza, o próprio nome já indica isso: assim como os cílios protegem nossos olhos, a mata ciliar serve de proteção aos

rios e córregos, retendo as impurezas e preservando a integridade das águas. No entanto, a mata ciliar é mais que isso, ela forma uma comunidade de plantas, animais e outros organismos vivos que interage com outros componentes não vivos, como os rios. A mata ciliar protege a vida dos rios e consequentemente protege a vida e todos que dependem dele. Essa interação é benéfica a todos. Ou seja, é parte fundamental de um ecossistema.

Define-se como mata ciliar aquela vegetação característica de margens ou áreas adjacentes a corpos d'água, podendo ser considerada um ecossistema ripário (LIMA, 1989). A partir destas considerações, é possível afirmar que a mata ciliar é o conjunto de árvores, arbustos e capins que crescem às margens dos rios, lagos, córregos e nascentes. Ela é considerada área de preservação permanente, uma obrigatoriedade prevista em lei. Para Santos (1975, p. 484), a mata ciliar “possui várias denominações: floresta beira rio, ribeirinha, ripária, ripícula, floresta de galeria e ciliar”.

As matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ecológico, oferecendo proteção para as águas e o solo, reduzindo o assoreamento de rios, lagos e represas e impedindo o aporte de poluentes para o meio aquático.

FIGURA 1 - RIO COM MATA CILIAR PRESERVADA



FONTE: A autora.

As matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ecológico, oferecendo proteção para as águas e o solo, reduzindo o assoreamento de rios, lagos e represas e impedindo o aporte de poluentes para o meio aquático. Formam, além disso, corredores que contribuem para a conservação da biodiversidade; fornecem alimento e abrigo para a fauna; constituem barreiras naturais contra a disseminação de pragas e doenças da agricultura; e durante seu crescimento absorvem e fixam dióxido de carbono, um dos principais gases responsáveis pelas mudanças climáticas que afetam o planeta.

2.1 AS CONSEQUÊNCIAS DA DEGRADAÇÃO DAS MATAS CILIARES

As dimensões continentais do país trazem à população a noção de recursos naturais inesgotáveis, estimulando a expansão da fronteira agrícola sem a preocupação com o aumento ou, pelo menos, com uma manutenção da produtividade das áreas já cultivadas. Assim, o processo de fragmentação florestal é intenso nas regiões economicamente mais desenvolvidas, ficando a vegetação arbórea nativa representada, principalmente, por florestas secundárias, em variado estado de degradação, salvo algumas reservas de florestas bem conservadas. Este processo de eliminação das florestas resultou num conjunto de problemas ambientais, como a extinção de várias espécies da fauna e da flora, as mudanças climáticas locais, a erosão dos solos e o desmatamento de matas ciliares (MARTINS, 2002, apud BOZZA, 2005).

Estimulados pelo paradigma da sustentabilidade, a paisagem mundial, cada vez mais, tem proporcionado discussões e propostas que viabilizem ações educacionais a respeito do meio ambiente. Vive-se, nos dias atuais, um ambiente totalmente diferenciado com as novas tecnologias. O grande crescimento das indústrias e da população tem transformado o ambiente natural em um ambiente incerto. A intervenção humana em área de mata ciliar, além de ser

proibida pela legislação federal, causa uma série de danos ambientais.

A importância da mata ciliar justifica-se por sua ação conservadora, fazendo com que haja o controle da erosão nas margens dos cursos d'água. Sua presença reduz de forma significativa a possibilidade de contaminação dos cursos d'água, atuando como uma barreira, retendo os sedimentos trazidos pelo escoamento superficial, dizem Santos et al. (2003), e acrescentam que, desse modo, a redução ou eliminação das matas ciliares pode ocasionar a escassez de água; a falta desta vegetação fará com que a precipitação chegue ao solo com mais intensidade, a água irá escoar superficialmente, levando consigo sedimentos; estes serão transportados até as nascentes, córregos, rios e riachos, reduzindo a sua capacidade de vazão.

Santos et al. (2003) mencionam que a erosão fluvial provoca um grande desgaste nas encostas dos rios e remove porções de solo das suas margens e poderá causar desmoronamento de barrancos, bem como poderá ocasionar a mudança do curso do rio. Assim, no início da erosão, devido à grande declividade do terreno, irá acontecer com mais intensidade. Na fase mais avançada, acontece transporte de sedimentos, e posteriormente haverá o processo de acumulação de tais sedimentos. O assoreamento acontece quando as matas ciliares são destruídas e a erosão leva sedimentos, areia ou lixo, fazendo que o rio fique raso, podendo secar, leva a terra das margens para dentro do rio, dificultando a entrada de luz solar para a sobrevivência de seres dentro da água. Conforme Figura 2.

FIGURA 2- PROCESSO DE ASSOREAMENTO



FONTE: Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geologia/assoreamento/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Dessa maneira, faz-se necessário que seja compreendida a relação entre conhecimento socioecológico e as respostas que levam às mudanças ambientais, considerando o uso e manejo sustentável dos recursos, a diversidade biológica e os ecossistemas.

2.2 CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO X MATAS CILIARES

O desenvolvimento urbano se acelerou com a concentração da população em espaço reduzido, produzindo grande competição pelos mesmos dos recursos naturais (solo e água), destruindo parte da biodiversidade natural. O meio formado pelo ambiente natural e pela população (socioeconômico urbano) é um ser vivo e dinâmico que gera um conjunto de efeitos interligados, que sem controle pode levar a cidade ao caos. (TUCCI, 2008, p. 97).

Devido ao crescimento demográfico, a população avançou para as áreas de APPs da cidade, (FIGURA 3) gerando a retirada da vegetação, e com toda essa situação, foram ocasionados diversos agravantes relacionados à degradação do meio ambiente.

FIGURA 3 - RESIDÊNCIAS SITUADAS DENTRO DA ÁREA DE APP



FONTE: Disponível em: <<http://fundamentalgeosv.blogspot.com.br/2010/09/pesquisa-de-campo-analise-de-rio.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

O avanço da população nas APPs está causando o rompimento do equilíbrio ecológico, juntamente à intensificação da poluição das águas, bem como nas suas margens, uma vez que o lixo depositado ao seu redor é acarretado para os rios através da chuva; a poluição se insere como um dos mais graves problemas ambientais enfrentados pelas cidades. Pode ser observada a existência de resíduos não biodegradáveis que contribuem significativamente para a diminuição de oxigênio nas águas, prejudicando a fauna e a flora fluvial, e esse agravante está diretamente ligado à ocupação irregular da população nessas áreas.

FIGURA 4 - POLUIÇÃO DOMÉSTICA NO RIO IGUAÇU



FONTE: Disponível em: <<http://www.fcnoticias.com.br/os-rios-mais-poluidos-do-brasil-e-do-mundo/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

A partir das consequências do desaparecimento das matas ciliares, torna-se clara a necessidade da existência de uma gestão socioambiental, Tucci (2008) diz que a gestão do meio ambiente urbano é realizada por entidades municipais, estaduais ou federais; e envolve a avaliação e aprovação de projetos, monitoramento, fiscalização e pesquisa para que o desenvolvimento urbano seja socioambiental e sustentável, uma vez que:

O desenvolvimento sustentável urbano tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e a conservação ambiental. E também é essencialmente integrador na medida em que a qualidade de vida somente é possível com um ambiente conservado que atenda às necessidades da população, garantindo harmonia do homem e da natureza. (TUCCI, 2008, p. 97).

Forman (1995) afirma que um dos maiores desafios do planejamento do uso da terra é o que se refere ao uso sustentável do ambiente, que se baseia em uma dinâmica de transformação com igual ênfase nas dimensões ambientais e humanas da paisagem e na consideração de intervalo temporal que abranja diferentes gerações humanas.

O levantamento feito pelo Projeto HSBC - Águas do Amanhã, com base em dados da Comec e do Águas Paraná, mostra que quanto maior o adensamento populacional, menos mata ciliar há ao redor dos rios urbanos - 30 metros de cada lado, considerando o que manda o Código Florestal para rios de pequeno porte. Este cenário pode ser observado na Figura 5.

FIGURA 5 - MAPA DAS MATAS CILIARES DO PARANÁ

SEM COBERTURA
 Exceto Balsa Nova, Lapa, Palmeira e Porto Amazonas, que não possuem dados sobre o tema, as demais cidades do Alto Iguaçu suprimiram a maior parte da mata ciliar. Curitiba lidera o ranking da devastação.

■ Rios sem mata ciliar
 ■ Rios em situação normal

Fonte: ÁguasParaná (2002) / Comec (2004).

Mata remanescente na área que deveria ter vegetação	
Almirante Tamandaré	48,4%
Araucária	45,2%
Balsa Nova	sem dados
Campina Grande do Sul	38,0%
Campo Largo	46,0%
Campo Magro	45,2%
Colombo	38,9%
Contenda	42,3%
Curitiba	21,0%
Fazenda Rio Grande	39,4%
Lapa	sem dados
Mandirituba	45,2%
Palmeira	sem dados
Pinhais	24,9%
Piraquara	44,6%
Porto Amazonas	sem dados
Quatro Barras	49,1%
São José dos Pinhais	47,3%



FONTE: HSBC. Projeto Águas do Amanhã.

De acordo com o Código Florestal (Lei nº 4.777/65) no artigo 2º desta lei, a largura da faixa de mata ciliar a ser preservada está relacionada com a largura do curso d'água. A Tabela 1, a seguir, apresenta as dimensões das faixas de mata ciliar em relação à largura dos rios, lagos etc.

TABELA 1 - DIMENSÕES DAS FAIXAS DE MATA CILIAR EM RELAÇÃO À LARGURA DOS RIOS, LAGOS

Situação	Largura Mínima da Faixa
Rios com menos de 10 m de largura	30 m em cada margem
Rios com 10 a 50 m de largura	50 m em cada margem
Rios com 50 a 200 m de largura	100 m em cada margem
Rios com 200 a 600 m de largura	200 m em cada margem
Rios com largura superior a 600 m	500 m em cada margem
Nascentes	Raio de 50 m
Lagos ou reservatórios em áreas urbanas	30 m ao redor do espelho d'água
Lagos ou reservatórios em zona rural, com área menor que 20 ha	50 m ao redor do espelho d'água
Lagos ou reservatórios em zona rural, com área igual ou superior a 20 ha	100 m ao redor do espelho d'água
Represas de hidrelétricas	100 m ao redor do espelho d'água

FONTE: Árvores Brasil - Recuperação de Matas Ciliares. Disponível em: <http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=reflorestamento_mata_ciliar>. Acesso em: 28 maio 2014.

Para que tal situação não permaneça assim, será necessário o esforço de todas as instituições sociais, trabalhando juntas, para aliviar o impacto do homem no mundo natural durante as próximas décadas. A escola é fundamental entre essas instituições sociais, pois é a atual geração que provavelmente será a mais atingida pelas rápidas mudanças ambientais, sobretudo pela má conservação das matas ciliares. Por isso, cabe a esta geração a responsabilidade pela preservação da fauna e flora brasileira e principalmente o bem mais precioso da humanidade, a água. Além das instituições de ensino, cabe um esforço também por parte do poder público, principalmente o legislativo, com auxílio da secretaria de Meio Ambiente e planejamento urbano, intervindo com a criação de leis e punindo àqueles que não as cumprirem.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi a bibliográfica, que tem por intuito auxiliar

a gerar uma discussão entre pesquisador e autor, onde o pesquisador pode entrar em contato com aquilo que já foi produzido sobre o seu tema de pesquisa. Faz também com que o pesquisador possa conhecer melhor as teorias já produzidas, servindo como base para fundamentar os objetivos da pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Além da pesquisa bibliográfica, visando obter uma percepção e interação maior com o objeto deste estudo, optou-se

pela aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas.

observar o seguinte:

Conforme Marconi e Lakatos (2003), “O questionário é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (...)”. Ainda segundo as mesmas autoras, uma outra modalidade das técnicas de pesquisa refere-se à entrevista semiestruturada. Para elas, essa modalidade “(...) é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”.

Com relação ao conhecimento dos alunos sobre o que é mata ciliar, constatou-se que 84% dos alunos entrevistados responderam que se refere à mata que protege os rios, conforme se pode observar no Gráfico 1.

O questionário foi aplicado a 50 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, estudantes do Colégio Estadual Desembargador Cunha Pereira, localizado no Município de Fazenda Rio Grande.

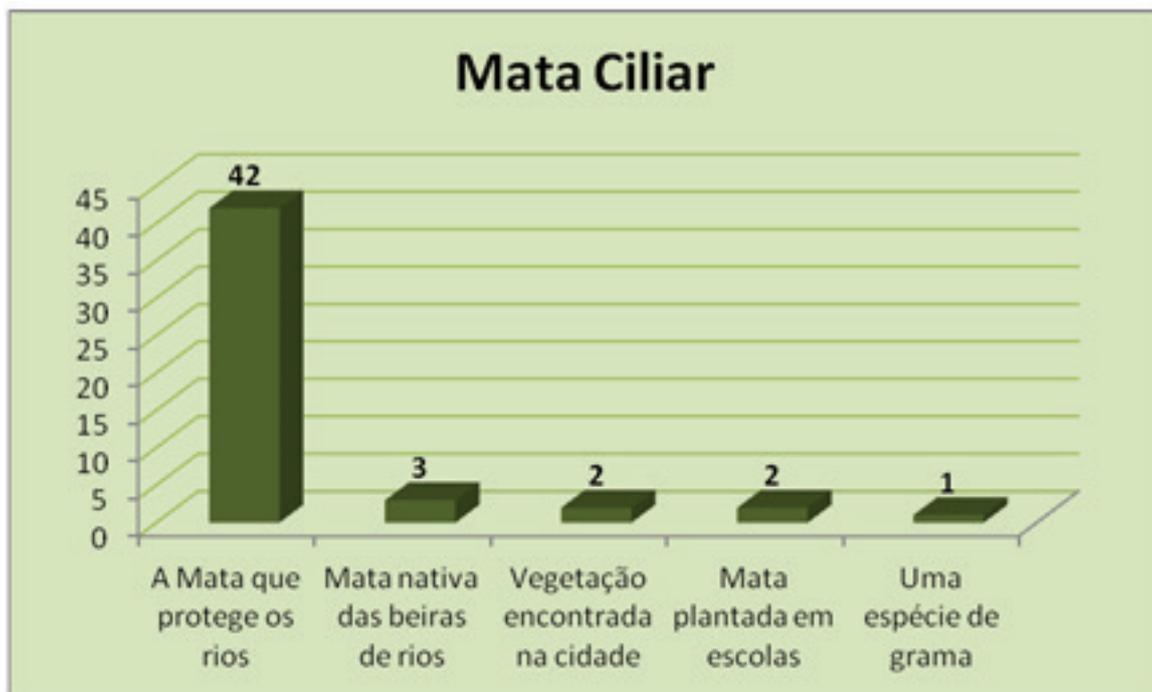
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa realizada, pode-se verificar, na prática, através dos questionários aplicados aos alunos, o nível de conhecimento deles sobre o que é mata ciliar e as consequências para o meio ambiente se estas forem desmatadas.

Conforme já foi citado, o objetivo desse trabalho é identificar a compreensão dos alunos sobre o processo de degradação ambiental, em especial no Rio Mascate, com ênfase na retirada da mata ciliar para dar lugar às construções e, além disso, realizar um debate com os alunos para estimular a conscientização dos mesmos, sobre a importância de preservar o meio ambiente e, neste caso, especificamente a importância da manutenção das matas ciliares.

Buscando explorar os objetivos propostos, utilizou-se como metodologia a aplicação de um questionário contendo 5 (cinco) perguntas de múltipla escolha, e, a partir das respostas dos alunos, pode-se

GRÁFICO 1 – O QUE É MATA CILIAR



FONTE: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado no gráfico, percebe-se que os alunos, de modo geral, têm a concepção de que mata ciliar é apenas aquela que protege os rios. Não é algo ruim, mas demonstra certa limitação quanto à conceituação, uma vez que apenas 6% responderam que é a mata nativa localizada no leito dos rios. Pode-se constatar também que dentre os entrevistados há aqueles que não têm nenhuma noção sobre o conceito correto de mata ciliar, pois 2% afirmam ser uma espécie de grama e 4% dizem ser a mata plantada em escolas.

Quando se fala nas consequências que as construções nas margens dos rios podem causar, observa-se maior equilíbrio nas respostas, em que 28% (14 alunos) dizem que é poluição dos rios, 24% (12 alunos) desmoronamentos, 18% (9 alunos) retenção das águas, conforme se pode observar no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – CONSEQUÊNCIAS DAS CONSTRUÇÕES NAS MARGENS DOS RIOS



FONTE: Dados da pesquisa.

Observa-se, nesta questão, que os alunos entrevistados possuem conhecimento mais detalhado do assunto, tendo em vista que a maioria respondeu de acordo com o esperado, ou seja, responderam de forma coerente, apontando as reais consequências das habitações irregulares nas margens dos rios.

Com relação às causas da erosão na margem do rio, 72% dos entrevistados responderam que a principal causa é o desmatamento, 10% dizem que a erosão é causada pelas correntezas e marés; 6% dizem que falta de revitalização e 6% pescaria com explosivos, conforme se pode observar no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CAUSAS DA EROSÃO NA MARGEM DO RIO



FONTE: Dados da pesquisa.

Observa-se nesta questão que há maior compreensão dos alunos no que se refere às principais causas de erosão. Dos 50 alunos entrevistados, mais da metade apontaram que a principal causa da erosão é o desmatamento, isso demonstra que estes alunos, por mais que estejam no Ensino Fundamental já possuem uma percepção sobre os males do desmatamento.

Já com relação à manutenção da vegetação nas margens dos rios, 48% responderam que esta manutenção protege a margem contra a erosão, 27% dizem que não se deve destruir a natureza e 11% respondem que embeleza a paisagem, conforme se pode observar no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA VEGETAÇÃO NA MARGEM DO RIO



FONTE: Dados da pesquisa.

Este trabalho também procurou explorar a opinião dos alunos no que se refere ao apontamento de soluções para os problemas oriundos do desmatamento, 54% dizem que reflorestar é a melhor alternativa, 16% acreditam que reciclar o lixo pode auxiliar e 14% apostam na revitalização do rio. Isso pode ser observado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 - SOLUÇÕES APONTADAS PELOS ALUNOS



Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos, percebe-se que ter conhecimento sobre proteção ambiental, neste caso, mais especificamente, sobre as matas na beira dos rios, é algo necessário e imprescindível para que a preservação aconteça de fato.

De acordo com o questionário aplicado, percebe-se que os alunos desmonstraram que tinham um conhecimento prévio do assunto, pois conseguiram responder praticamente todo o questionário, mesmo que de forma não tão coerente com o que era perguntado. Entretanto, os alunos entrevistados conseguiram externalizar o pouco conhecimento que tinham sobre o assunto em questão.

De modo geral, observou-se que o nível de conhecimento dos alunos não era tão aprofundado, porém com o debate realizado em sala de aula, pode-se melhorar esta compreensão, atingindo desta forma os objetivos propostos.

Por muito tempo, a sociedade aceitou a degradação das matas ciliares e, hoje, estamos colhendo os frutos dessas ações irresponsáveis. Os governos, através de programas e projetos, incentivavam a derrubada das matas e o plantio em várzea. E é nosso dever enquanto professores e futuros professores desenvolver em nossos alunos um pensamento crítico e reflexivo sobre nosso futuro.

REFERÊNCIAS

- BOZZA, A. N. **Conscientização sobre a importância da mata ciliar realizada com alunos do ensino fundamental da escola sistema educacional Realidade**. 2005. Disponível em: <http://www.enapet.ufsc.br/anais/conscientizacao_sobre_a_importancia_da_mata_ciliar_realizada_com_alunos_do_ensino_fundamental_da_escola_sistema_educacional_realidade_campinas-sp.pdf> Acesso em: 15 jun. 2008.
- FORMAN, R. T. T. **Land Mosaic: The Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HSBS - Projeto Águas do Amanhã. Disponível em: <<http://www2.gazetadopovo.com.br/aguasdoamanha>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- IAP - Instituto Ambiental Do Paraná. **Mata Ciliar**. Paraná, 2004. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- LIMA, W.P. Função hidrológica da mata ciliar. In: Simpósio Sobre Mata Ciliar, 1., 1989, Campinas. **Anais**. Campinas: Fundação Cargil, 1989. p 25-42.
- LOMBARDO, M. A. **Ilha de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4^a.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- SANTOS, L. B. dos. Floresta de Galeria. In: **Tipos e Aspectos do Brasil**. 10^a ed. Fund. Inst. Bras. Geog. Estat. (IBGE), 1975.
- SANTOS, Silvia Aparecida Martins dos; SCHIAVETTI, Alexandre; DEBERDT, André Jean. **O estudo de bacias hidrográficas: uma estratégia para educação ambiental**. 2. ed. São Carlos: Rima, 2003.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE - SUPREN, 1977.
- TUCCI, Carlos E. M. **Águas urbanas**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2008.

AXEXO 1 – Questionário Aplicado aos alunos

1. O que é mata ciliar

- A mata que protege os rios
- Vegetação encontrada na cidade
- Uma espécie de grama
- Não sabe
- Tipo de árvore nativa do sul
- Mapa que representa os rios
- Mata nativa das beiras de rios
- Mata plantada em escolas

- Liberar as moradias;
- Reflorestar;
- Nenhuma;
- Reciclar o lixo;
- Revitalização do rio;
- Não sabe;
- Conscientização da comunidade;
- Reservar essa área para a agricultura.

2. Consequências das construções nas margens do rio

- Retenção da água;
- Diminuição dos peixes;
- Ausência de enchente;
- Desmoronamentos;
- Impedimento da piracema;
- Enchentes;
- Prejuízos à navegação;
- Poluição dos rios;

3. Causas da erosão na margem do rio

- Desmatamento;
- Falta de enchente/barragens;
- Correnteza/ maré;
- Vento;
- Mudança do curso do rio;
- Falta de revitalização;
- Pescaria com explosivos;
- Não sabe.

4. Razões para manutenção da vegetação na margem do rio:

- Libera oxigênio;
- Embeleza a paisagem;
- Faz chover;
- Não se deve destruir a natureza;
- Não sabe;
- Protege a margem contra a erosão;
- Protege os peixes;
- Fornece alimento e sombra para pescadores e peixes.

5. Soluções apontadas pelos alunos

O LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NAS ESCOLAS

William Robert da Veiga Alves

Tutora Externa: Helena Maria Hunning Bom

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Geografia (GED 0080) – Trabalho de Graduação

09/11/2013

RESUMO

Eis um dos recursos mais importantes de apoio e guia pedagógico para os professores: o livro didático. Saber quais modelos de livros didáticos de Geografia adotados é uma tarefa de grande importância para um acadêmico e futuro docente em seu término de curso. Na escola moderna, muitos acreditam que a prática do uso do livro didático é ultrapassada, mas sabendo utilizar o teórico com o prático, o lúdico com o real, não atrelando-se somente ao livro em si, podem-se obter ótimos resultados na construção do saber. Então, o objetivo desse trabalho é procurar descrever as opções feitas pelos professores e o uso desse recurso em seus trabalhos pedagógicos, com uma explicação objetiva sobre o que os motivou a fazer tal escolha.

Palavras-chave: Docente. Pedagógico. Didático.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático é uma ferramenta de grande utilidade no ensino pedagógico, busca guiar o professor em suas aulas durante o ano letivo. A cada três anos novos exemplares são disponibilizados para a escola com o objetivo de ser escolhido um novo manual didático para os professores.

Esse trabalho tem como foco principal conhecer o tipo de livro didático escolhido pelo professor para ser trabalhado em aula com os alunos do Ensino Médio durante o ano. Os métodos aplicados como base foram pesquisas e entrevistas feitas em escolas da rede pública de educação. Através de um pequeno questionário, os profissionais da educação responderam a opção de livro didático que estão utilizando, assim como a editora de suas obras. Esse questionário apresentava uma solicitação de justificativa para que uma breve explicação fosse feita para essa escolha. Trata-se de um trabalho

quantitativo.

A compreensão de quais materiais e livros didáticos os professores utilizam em suas aulas de geografia é de grande importância para uma breve percepção de quais prioridades e critérios são colocados em pauta na hora em que é feita a escolha dos recursos pedagógicos para o Ensino Médio, tanto a respeito do conteúdo, quanto dos autores que fazem parte da montagem dos livros. O professor, ao escolher um livro didático, não pode fazê-lo de forma aleatória, pois alguma reflexão necessita ser realizada se o mestre tiver a consciência de que o alvo é, no presente caso, o aprendizado geográfico (PONTSCHKA et al, 2009). É necessário ter em mente o que se deseja trabalhar em aula durante o ano para que essa escolha não tenha consequências indesejáveis. Essa seleção é muito importante, pois auxilia o andamento do trabalho em aula durante o ano.

O livro é o principal guia do professor nos trabalhos em sala de aula de forma norteadora, sendo assim, a necessidade de se fazer uma escolha eficaz torna-se essencial, tendo em vista uma boa análise do material para não haver prejuízos posteriores. O livro didático deve apresentar conteúdos e atividades que permitam a interação professor-aluno, a compreensão dos significados e a construção do conhecimento escolar vinculado à prática social (HESPANHOL; SPOSITO, 2006). A análise minuciosa do material a ser tido por opção de uso não pode ser descartada, todos os critérios tidos como prioridade se fazem necessários perante essa escolha.

2 A SELEÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

O processo de qualquer ensino dentro de um ambiente escolar é baseado em manual que possa nortear e guiar o trabalho do professor, manual onde autores fazem o uso de linguagens e ilustrações variadas de acordo com seu conceito: os livros didáticos.

Anualmente, o livro didático é utilizado pelo professor como guia de conteúdos, e são utilizados durante um período de três anos consecutivos, daí a importância de se fazer uma boa escolha, para que no decorrer desse tempo, não aconteçam prejuízos no uso desse material, juntamente com os planos de

aula. A ideia é saber quais livros de Geografia são adotados pelos professores para serem trabalhados no Ensino Médio durante o ano.

Sobre o professor tem recaído, de uma forma ou de outra, a responsabilidade de selecionar o livro a ser adquirido e que terá a função de auxiliar o desempenho pedagógico. Como instrumento de ensino, o livro didático serve a um fim, às intenções do plano de trabalho previamente elaborado. Por essa razão importa, sobretudo, que o professor tenha clareza quanto a seus objetivos, antes de fazer a escolha de um título. Mas é necessário, também, que ele disponha de informações sobre livro didático num contexto amplo, de forma a apoiar uma análise crítica que permita uma adequada comparação e seleção do material a ser utilizado em aula (CASTROGIOVANNI, 2003, p. 137).

Através de uma pesquisa desencadeada em várias escolas públicas escolhidas aleatoriamente, desenvolveu-se a base para a construção do trabalho. Foi solicitado quais livros didáticos de Geografia foram escolhidos para o trabalho anual no Ensino Médio e o que os motivou a essa escolha.

Cada escola teve um representante que, nesse caso, foram os professores atuantes na área de Geografia. O resultado da pesquisa foi a seguinte:

TABELA 1: RESULTADO DAS PESQUISAS REALIZADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

POSIÇÃO	OBRAS / EDITORAS
1°	Fronteiras da Globalização / Editora Ática S/A
2°	Geografia em construção / Editora Ática S/A
3°	Ser Protagonista Geografia / Edições SM LTDA

FONTE: Dados da pesquisa.

Conforme apresentação da tabela, dentre todas as opções descritas na enquete, apenas três foram marcadas como opções de uso e entre os três, o livro de maior escolha foi *Fronteiras da Globalização*, dos autores Lúcia Marina e Tércio. Os argumentos empregados

pelos docentes para a escolha dessa obra são os seguintes: um livro completo, de fácil compreensão e bem atualizado.

O cuidado com a linguagem que o livro aborda, assim como as ilustrações,

se torna primordial, sendo feita uma boa análise do material disponível antes de escolher qual será trabalhado, para que não haja comprometimento no desenvolvimento do aprendizado e da compreensão dos conteúdos pelos educandos, levando em consideração alguns dos critérios que o professor prioriza com relação a suas aulas. Um livro didático de geografia deve, primeiro, preparar o aluno para atuar num mundo complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado, e, segundo, desenvolver seu espírito crítico, que implica a capacidade de problematizar a realidade, propor soluções e reconhecer sua complexidade (HESPANHOL; SPOSITO, 2006).

Todo o trabalho diferenciado necessita de base sustentadora que possibilite conquistas positivas, principalmente se tratando de sala de aula. Todo docente busca sucesso em suas ações dentro da sala de aula. Dessa forma, a preocupação com os recursos usados no trabalho em aula se torna cada vez maior. Analisando os fatos, entendemos que a escolha do material, o principal guia de recurso durante o ano letivo, se torna a questão primordial para o trabalho pedagógico.

O entendimento facilitado do conteúdo a ser aprendido, tem que ser levado em consideração quando se faz um trabalho em sala de aula, para que cada conteúdo estudado durante o ano não se torne chato ou mesmo maçante. Faz-se necessária a escolha de um bom recurso incentivador, ou seja, um livro didático com linguagens e ilustrações de fácil compreensão.

Prioritariamente e de acordo com a maturidade dos alunos, devem ser estimulados processos cognitivos como compreensão, memorização, análise, síntese, interpretação, observação, identificação, comparação, criatividade, problematização e criticidade para formar um indivíduo com capacidade de resolver problemas, enfrentar situações

complexas e expor as suas ideias (HESPANHOL; SPOSITO, 2006, p. 78).

Essa questão tem que ser visada antes de qualquer trabalho a ser feito em sala, assim como a escolha do livro didático a ser trabalhado.

2.1 CONTROVÉRSIAS

O Ensino Médio é uma etapa de estudos importantíssima para os discentes, pois trata exatamente de preparar o jovem para o mercado de trabalho e principalmente de dar prosseguimento aos estudos no Ensino Superior, daí a grande importância de se fazer uma boa escolha de obras para serem trabalhadas durante o ano, sem muitos prejuízos e alterações no foco desse processo.

Antes da avaliação do professor por qual livro didático optar, deve ser levado em consideração o que a etapa do ensino exige, assim como as particularidades dos educandos. Ao escolher os livros didáticos para o Ensino Médio, é importante que o professor identifique, nos textos das resenhas das obras, indicativos que se coadunem com os estabelecidos acima, visando estabelecer uma aproximação o mais efetiva possível entre o livro didático e o projeto político-pedagógico da escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O estudo da geografia no Ensino Médio é uma recapitulação dos conteúdos já vistos no Ensino Fundamental, ou seja, torna-se uma revisão de tudo o que já havia sido estudado nos anos finais do Ensino Fundamental. E como rever todos os conteúdos sem que comprometam o processo de ensino, de forma que nenhum assunto fique esquecido?

Alguns professores que participaram da pesquisa afirmaram que a utilização do livro didático nos trabalhos pedagógicos é

de grande valia, porém admitiram que nem sempre fazem o uso dele, alguns preferem montar seus próprios textos baseados em obras e conceitos variados de outros autores, fazendo uma mistura de obras. Mas não descartam a hipótese da utilização desse material em seus trabalhos.

A grande maioria dos professores pesquisados reconheceu a importância do uso dos livros didáticos na sala de aula e admitiu que se vale dele com frequência, mas fez questão de declarar que ele não orienta a organização do trabalho pedagógico, não se constitui no único instrumento mobilizado e que tampouco determina o ritmo das atividades cotidianas. Assim, foi comum a afirmação de que os textos e as ilustrações são mobilizados apenas mediante seleção, sendo os conteúdos determinados pelo professor e não pelo livro. Em relação às atividades propostas, apenas uma parte, previamente selecionada, é efetivamente realizada, ainda que os motivos apresentados variassem bastante: falta de tempo de realizar todas as sugestões contidas no livro; inadequação das mesmas, consideradas difíceis para os alunos; interesse em introduzir outras propostas elaboradas pelo professor e retiradas de outros materiais didáticos (HESPANHOL; SPOSITO, 2006, p. 112).

Esse fato foi comprovado nas pesquisas realizadas.

Por conta própria, fiz a seguinte pergunta que não constava no questionário: Você faz uso frequente do livro didático em seus trabalhos de docência? A maioria para quem fiz essa pergunta respondeu que faz uso infrequente, alternando o livro didático de sua escolha com outros recursos opcionais, porém outros declaram que não usaram o livro em nenhum momento do ano, apenas fizeram a escolha conforme o procedimento da escola, fazem uso de artigos e obras de autores de sua própria escolha, assim como realizam trabalhos dinâmicos sem o uso do

livro didático, utilizando outros materiais e recursos que acham mais pertinentes aos critérios que priorizam em seus trabalhos.

Fica claro, então, que nem todos os profissionais da educação usam esse material de apoio disponibilizado a alunos e professores pela escola, apesar de ser considerado pela maioria um manual-guia para os trabalhos pedagógicos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Todo o Trabalho de Graduação foi baseado em uma enquete feita em Escolas Públicas do Estado. A enquete abordou duas questões importantes relacionadas ao livro didático, questões breves que não tomaram muito tempo para cada resposta. As questões buscavam respostas relacionadas ao tipo de livros didáticos usados pelos professores de geografia, mais precisamente da rede pública de ensino atuantes no Ensino Médio e o porquê de optarem pelas obras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram os seguintes:

TABELA 2: RESULTADO DAS PESQUISAS REALIZADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

POSIÇÃO	OBRAS / EDITORAS
1º	Fronteiras da Globalização / Editora Ática S/A
2º	Geografia em construção / Editora Ática S/A
3º	Ser Protagonista Geografia / Edições SM LTDA

FONTE: Dados da pesquisa.

Como demonstra a tabela, a obra de maior escolha foi *Fronteiras da Globalização*, sendo atribuído pelo fato de obter linguagens e ilustrações de fácil compreensão, os temas que a obra aborda encaixam-se perfeitamente com as propostas do currículo escolar, entre outros adeptos, argumentos ditos pelos professores do Ensino Médio, da Rede Pública de Educação do Estado.

5 CONCLUSÃO

O uso do livro didático nas escolas é primordial para um bom trabalho pedagógico, então saber qual livro didático de geografia está sendo utilizado nas escolas estaduais de Ensino Médio e o porquê da escolha dessa obra foi o assunto que o trabalho de graduação procurou descrever com o objetivo de tornar mais claro quais exemplares estão sendo trabalhados no Ensino Médio esse ano.

A pesquisa desenvolvida durante o semestre, que está situada dentro desse trabalho, teve como foco principal retratar qual livro didático é o mais conceituado na visão dos professores, assim como procurar saber o porquê da escolha de seu uso nas instituições.

Analisando todo o trabalho desempenhado no decorrer dos dias, ficou claro o quanto se faz necessário o uso desse material nos trabalhos docentes. Porém, foi esclarecido também que nem todos os professores fazem o uso direto, muitos com os quais foram feitas as pesquisas fizeram a escolha do material didático, mas não fazem uso direto dele e outros nem ao menos usaram esse recurso ainda durante o ano.

De uma forma geral, o livro didático é a base sintetizada no desenvolver de atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem. A geografia necessita de um guia para desenvolver seus conteúdos, porém não pode ser o instrumento único a ser trabalhado no ano letivo. Como futura docente, vejo que um ensino-aprendizagem diferenciado e com muitas alternativas para desenvolver um trabalho promissor em aula é possível, seja dentro da sala de aula ou fora dela, tomando o livro didático como base ou não.

REFERÊNCIAS

- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.) [et al]; CALLAI, Helena Copetti; SHÄFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. **Geografia em sala de aula: prática e reflexões**. Associações dos Geógrafos Brasileiros. 4. Ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.
- HESPANHOL, Antônio Nivaldo; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) [et al]. **Livro didático de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SEB; FNDE. **Guia de livros didáticos PNLD 2012: Apresentação**. Brasília, 2011.
- PONTSCHKA, Nídia Naab; PAGONELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AS FACES DO MEIO RURAL

Taila Havemann Grudzinki

Tereza Ness Rodrigues

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI
Licenciatura em Geografia (GED 0082) – Trabalho de Graduação
03/12/2013

RESUMO

A região rural foi local onde o homem formou seus primeiros vínculos com a terra, aproveitando ao máximo os benefícios causados por esta relação de maneira nômade ou fixando território mais tarde. A terra sempre foi motivo de sustento para a humanidade, pois é nela que sempre existiu a possibilidade da criação e do cultivo. A divisão das regiões do nosso país também foi fortemente influenciada pela agricultura e pelos ciclos enfrentados desde o descobrimento do Brasil, de forma mais ou menos intensa. Com a Revolução Industrial, o meio rural perdeu um grande contingente populacional, atraído pelas ofertas de emprego nos grandes centros urbanos. Apesar de a grande maioria das pessoas viverem em áreas urbanas na atualidade, lembramos a importância da ruralidade em termos de produtividade, mas também de produção cultural. Isto nos faz levar em consideração a construção de conceitos sob análise de diferentes perspectivas, sendo possível o reconhecimento de que existem diferenças no processo construtivo e reconstrutivo do espaço regional rural.

Palavras-chave: Região. Agricultura. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Nunca houve uma necessidade tão grande de se olhar de maneira profunda e significativa os espaços e regiões rurais brasileiras como nas últimas décadas, visto serem estas grandes provedoras de cultura e de matéria-prima para uma população crescente.

A humanidade acostumou-se a viver em grupos e, assim como todos os animais livres, buscam agir na natureza a fim de obter abrigo, proteção e principalmente alimento, satisfazendo suas necessidades orgânicas. A vantagem dos humanos é que podem usufruir da sua capacidade de pensar, planejar e refletir sobre suas ações.

Nos primórdios dos tempos, os humanos modificavam a natureza de maneira moderada, já que eram nômades e viviam em

busca de condições naturais de sobrevivência de um lugar para outro.

A modificação de forma mais agressiva iniciou-se quando o homem passou a fixar território, pois precisava apropriar-se da natureza para diversos interesses ligados à agricultura e à pecuária. A organização do espaço e das regiões sempre teve e continua tendo uma forte influência política, que, com o passar dos anos, foi adquirindo novos pensamentos, influenciando assim ações de planejamento diferenciadas em cada região.

Para conhecermos melhor essas influências, principalmente no que diz respeito ao meio rural, precisamos pesquisar fatos significativos que nos possibilitem conhecer e reconhecer as diferenças existentes ao longo do processo de construção e reconstrução dos espaços regionais. A seguir, veremos um pouco mais sobre o meio rural e suas

diferentes faces.

2 REGIÃO

Para estabelecermos uma real compreensão do mundo rural, faz-se necessário, num primeiro momento, compreender o que é uma região. Desde muito cedo e por muitas vezes, ouvimos a expressão “região” referindo-se a diversos locais, sejam eles próximos ou distantes de nós, além de ser usada cientificamente por diversos autores. Para nós do senso comum realmente região pode ser apenas um local no espaço rural ou urbano, mas geograficamente vai muito além disso. Para Correa (1991, p. 22), é: “O fundamental de diferenciação de área, quer dizer, a aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.”

No entanto, estudar região não é uma simples tarefa, visto que envolve conceitos e métodos de análise, provindos de diferentes pensamentos geográficos. Silveira (2003, p. 409) enfatiza que:

Hoje mais do que em épocas anteriores, existe a necessidade de entender o significado do período em cada região, as transformações, o uso atual do território, para que as regiões possam ser de um lado, interlocutoras, mas, de outro lado e sobretudo, produtoras de condições aptas para o trabalho e a vida da população nos lugares.

Assim, humanamente falando, a região seja ela rural ou urbana, baseia-se antes de mais nada numa construção cultural de uma sociedade ou grupo que ocupa um certo espaço, ou seja, uma identidade cultural, onde ocorrem interações sociais e de certa forma a manifestação do poder.

As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação dos aspectos distintos dos diversos momentos da história do homem, isso resulta no aparecimento de grupos também distintos, ocupando específicas

parcelas da superfície da Terra, e aí imprimindo suas próprias marcas à paisagem, que nada mais é que uma expressão dos modos de vida (CORRÊA, 1986, p. 43).

No Brasil, as regiões são muito diferenciadas, pois devido à colonização por diferentes grupos de europeus, e os costumes africanos e indígenas, houve também a introdução dos traços culturais desses ao longo da história, incluindo modos de expressão, representação, culinária, lazer etc. Assim, concluímos como Gomes (1995) que a região é concebida por uma consciência regional a partir do sentimento de pertencimento de mentalidades regionais, e o espaço vivido é uma referência nas consciências regionais e é também uma construção abstrata, simbólica, realçando valores.

2.1 TERRITÓRIO BRASILEIRO

O território brasileiro é considerado como sendo de país continental, devido a sua expansão territorial. Ao longo dos tempos, passou por muitas desigualdades com relação ao seu desenvolvimento, que começou no meio rural. Foram vários os fatores, incluindo a facilidade de acesso e principalmente a concentração econômica em determinadas áreas em relação a outras.

Após a descoberta do Brasil, período em que fomos colônia, o meio natural foi palco de atividade extrativista, que ocorreu de forma exploratória por parte de Portugal, e assim que a extração do pau-brasil entrou em decadência, a agricultura brasileira entrou em cena, tendo como primeiro produto cultivado a cana de açúcar, que por ser um produto raro e escasso, atraía olhares europeus.

Com a necessidade de se planejar melhor o desenvolvimento do país como um todo, descentralizar o poder para torná-lo, de certa forma, mais homogêneo, veio a necessidade de dividir, ou seja, regionalizar

o país.

Essas divisões seguiram vários critérios, sendo que os principais levados em consideração foram os geográficos, econômicos e políticos. Aqueles que apresentavam maiores semelhanças nos critérios anteriores eram agrupados em uma única região. O Brasil, por um longo período, viveu de ciclos, que de forma direta estiveram ligados à terra. A seguir, vamos conhecer brevemente mais especificamente cada região do país, além de ver que, de maneira significativa, nosso desenvolvimento econômico no princípio esteve ligado às regiões rurais e aos ciclos econômicos na área do extrativismo, mineração e da agropecuária.

2.1.1 Região Norte

Essa região é a maior em expansão territorial, mas possui a menor densidade demográfica. Seu desenvolvimento foi marcado especificamente por dois ciclos econômicos, sendo que o principal deles foi o ciclo da borracha com a extração do látex das seringueiras na floresta Amazônica. Os governos brasileiros começaram a traçar planos de desenvolvimento para esta região e começou então sua ocupação.

A região norte possui a maior extensão fronteira com países da América do Sul e também a maior floresta tropical do mundo, onde a natureza é abundante, embora hoje, no século XXI, já esteja um pouco sofrida.

2.1.2 Região Centro-oeste

Esta região do Brasil começou a ser ocupada primeiramente com os bandeirantes

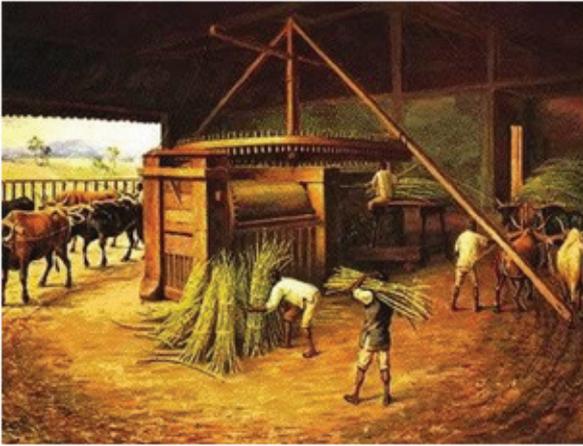
ainda na época colonial e logo depois expandiu-se com o ciclo da mineração. Em um momento oportuno, vários paulistas, gaúchos, catarinenses e paranaenses começaram a investir na compra de terras baratas, o que resultou na expansão agrícola da região.

Os estados começaram a prosperar com a implantação de colônias agrícolas que atraíam trabalhadores de outras regiões para o cultivo e a pecuária.

2.1.3 Região Nordeste

A ocupação nesta área iniciou-se quase que exclusivamente nas áreas litorâneas, e há registro sobre a seca no semiárido desta região desde a época do Brasil colônia. Mas foram Pernambuco e Bahia os principais palcos para o cultivo da primeira grande riqueza agrícola do Brasil: a cana-de-açúcar. Grandes extensões de terras passaram a ter este cultivo, de maneira que ainda sem a revolução industrial favorecendo a agricultura, utilizava-se mão de obra escrava.

FIGURA 1- CICLO DA CANA DO PERÍODO COLONIAL



FONTE: Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/ciclo-da-cana-de-acucar>>. Acesso em: 15 out. 2013.

O povoamento na região semiárida demorou muito, pois havia muita dificuldade para sobreviver, já que faltavam meios para o desenvolvimento de atividades rurais.

[...] o nordeste seco é a região geográfica de estrutura agrária mais rígida e antissocial das Américas, do que resulta que a capacidade de suporte populacional desta região tem de ser avaliada por critérios mais amplos e aprofundados, envolvendo tanto atributos endógenos e controles exógenos, quanto eventuais fatores extrínsecos que interferem no destino dos homens e comunidades regionais. (AB' SABER, 1999, p. 91)

É importante levar em consideração que a localização da região no globo terrestre, o solo, a vegetação, a distribuição hídrica, entre outros fatores, é o que explica estas características relacionadas à seca. Para Ab' Saber (1999, p. 26) “o nordeste seco segue tendo muito mais gente do que as relações de produção imperantes podem suportar”.

Assim, durante muito tempo, o nordeste oferecia mão de obra barata a outras regiões do Brasil, que saíam em busca de melhores condições de vida. No final do século XVIII, quando a mineração deixou de ser o ponto alto e a agricultura

voltou a ter sua importância, a Região Nordeste passou a cultivar algodão para ser usado na indústria têxtil.

2.1.4 Região Sudeste

Essa região é considerada a número um em importância para o país, e sua divisão territorial ocorreu a partir de diferentes ciclos econômicos, principalmente da mineração e do café, que para atingir seu ápice precisava de mão de obra escrava.

FIGURA 2 – O CAFÉ, DE CÂNDIDO PORTINARI



FONTE: Disponível em: <<http://www.rota173.blogspot.com.br/2011/03/mulheres-candido-candido-portinari-mulheres.html>>. Acesso em: 16 out. 2013.

A maior densidade demográfica do país concentra-se na Região Sudeste, onde também concentra-se a maior incidência de desigualdade social. Atualmente, é a região mais industrializada, e grande parte das regiões rurais foram engolidas por uma intensa urbanização e conseqüentemente o crescimento das cidades.

2.1.5 Região Sul

Na concepção popular, a região sul é a que concentra um desenvolvimento homogêneo, mas sabemos que o sul é, acima de tudo, uma região marcada por disputas, tragédias e conquistas. A cultura e a ocupação do espaço foram intensamente influenciadas pelos imigrantes,

que dominavam técnicas bem avançadas de agricultura e pecuária, principalmente.

A região recebeu colonização europeia, com grande capacidade técnica e com potencial de desenvolvimento. Possui grande diversidade econômica, e a agricultura bem desenvolvida, principalmente na área do agronegócio.

2.2 MUDANÇAS NO CAMPO

Com a Revolução Industrial, houve uma explosão na densidade demográfica principalmente dos grandes centros urbanos. O êxodo rural foi sendo favorecido pelo setor industrial e praticado por uma parcela da população que ia para as cidades em busca de oportunidades de trabalho que o campo não oferecia.

Isto porque, cada vez mais, o mundo tornava-se globalizado, onde relações internacionais, ciência, tecnologia eram fundamentais para a efetivação do conhecimento, que deveria ser aplicado em favor da sociedade. O mundo foi seguindo com múltiplas, constantes e desafiadoras transformações.

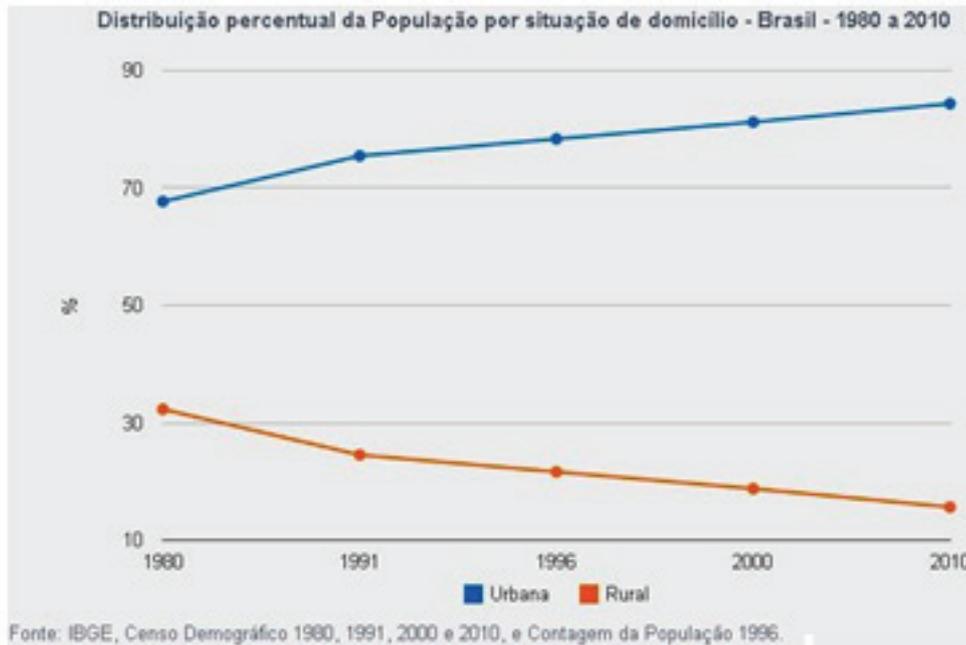
Por sua vez, estas transformações trouxeram desigualdade entre o meio rural e urbano, pois o produtor, que até então tinha o controle da produção e da comercialização de seus produtos do setor primário, agora estava preso a uma intensa urbanização, que passou a controlar a produção agrícola através do consumo: abastecimento e estocagem de alimentos.

O fascínio por regiões urbanas manteve as regiões interioranas desvalorizadas por um longo período e até hoje possuem seu lugar no cenário nacional, visto que a maior fonte de riqueza social é construída nos grandes centros e não na agricultura, embora uma parcela dessa também seja importante.

A população rural, de acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, é 30 milhões de pessoas, embora o número de pessoas que trabalham diretamente na agricultura seja menor, afinal, muitas pessoas que encerram carreira na cidade têm ido em busca de velhos hábitos, costumes e relações do passado vinculados à terra, passando a desfrutar da vida de forma mais tranquila em sítios e chácaras de maneira prazerosa. Isto se deve ao envelhecimento da população não só brasileira, mas mundial, com qualidade de vida, tanto financeiramente, quanto fisicamente beneficiados pelos avanços nas pesquisas médicas.

Em regiões precárias do Brasil e desprovidas de condições climáticas que favoreçam o trabalho com a terra, como é o caso de boa parte da região rural nordestina, a aposentadoria dos pequenos agricultores é o que por vezes anima famílias inteiras.

GRÁFICO 1- DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL BRASILEIRA



FONTE: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Principalmente a partir da década de 90, muitas políticas públicas foram criadas para favorecer uma parte importante da população, e algumas atividades econômicas simples passaram também a fazer parte do cenário rural, entre elas, o ecoturismo, pequenos comércios, serviços na área da construção e transportes escolares, que percorrem grande parte das estradas poeirentas interioranas.

Desta forma, o meio rural foi sendo inserido cada vez mais na produção de bens e serviços, apresentando uma face importante da capacidade que possui: a de satisfazer tanto economicamente como culturalmente aqueles que continuam optando por uma vida longe das aglomerações urbanas.

O meio rural é capaz de produzir inúmeras atividades, que, como falamos anteriormente, a partir da década de 90 passaram a ser mais intensas e valorizadas. Talvez isto se deva a grandes manifestações de grupos ambientalistas, defensores do meio natural, que buscam através de seus manifestos conscientizar a população a tomar atitudes ecologicamente corretas, e estas,

sem dúvida, estão ligadas à terra. Aproveitar o natural, sem agredir.

Foi nesta mesma época que houve uma certa estabilização da população rural, certamente motivada por estas novas atividades e visões ambientais.

Contudo, essas novas atividades ofertadas para o trabalho no campo não mais se entendem como mão de obra para a produção direta na terra, no sol a sol, como dizem alguns ex-trabalhadores rurais que residem nas cidades, mas como atividades que surgem a partir de novas funções do uso do solo no campo, explorando, sobretudo, as potencialidades de cada região, motivados pela tendência do ecoturismo (TONIOLO, 2013, p. 187).

FIGURA 3- ECOTURISMO NA AMAZÔNIA



FONTE: Disponível em: <<http://www.espacoturismo.com.br/ecoturismo/ecoturismo-na-amazonia>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

2.3 AS ÁREAS CULTIVADAS

As atividades agropecuárias estão diretamente ligadas à terra e por isso sofrem a influência de elementos associados ao clima, como chuva e temperatura, além do solo é claro. As condições técnicas oferecidas na atualidade podem suportar muitos fatores negativos, mas o custo poderia tornar inviável a comercialização do produto devido ao preço elevado causado por este tipo de intervenção em áreas de cultivo inviável, como no caso de irrigação em áreas de seca constante.

Assim, as atividades agropecuárias sofrem influência dos fatores físicos naturais, apesar de toda a modernidade tecnológica capaz de ampliar o domínio sobre a natureza. É natural que algumas plantas tenham capacidade de adaptação, mas muitas só se desenvolvem sob determinadas condições climáticas e estações favoráveis.

O que se deseja é que as regiões rurais tenham a capacidade de desenvolver funções que satisfaçam as necessidades de seus próprios habitantes, gerando qualidade de vida, diminuição das desigualdades entre o rural e o urbano, e fortalecendo a identidade da população interiorana, seja ela no aspecto agrícola ou de lazer, provendo também para as cidades aquilo que estas não podem produzir.

2.4 RELAÇÕES IMPORTANTES

As regiões rurais se propagam no meio popular ainda como locais de fornecimento de matéria-prima para a indústria, ou seja, ainda é encarado por muitos como exclusivamente um espaço de produção agropecuária.

A verdade é que o meio rural é muito mais do que isto e tem um papel importante na contemporaneidade em se tratando de desenvolvimento e preservação.

2.4.1 Relação com a natureza

A natureza e a biodiversidade encontradas nela são reconhecidas como garantia de condições de vida no planeta para as futuras gerações. Em contrapartida, nas décadas de 60 e 70 principalmente, essa mesma natureza era vista como um empecilho para o desenvolvimento. Nessa mesma época, muitos sulistas foram incentivados a migrarem para a região norte do país, a fim de colonizar a região do estado do Pará, levando desenvolvimento a áreas onde predominava a maior riqueza natural do país: a floresta Amazônica.

Só garantia o direito de posse das terras quem desmatasse pelo menos 50% de suas terras para produção agropecuária. Hoje, mais de 30 anos depois, a situação é bem diferente. São inúmeros os agricultores dessa região do país que acumulam dívidas impagáveis por não preservarem o bem natural em mais de 50% de suas extensões territoriais, que são ocupadas quase que exclusivamente por soja e gado.

Atualmente não podemos associar o meio rural apenas à agricultura, assim como também não associamos a cidade apenas à indústria. O que verdadeiramente ocorre é um contato mais real dos habitantes com o meio natural local, para práticas agrícolas ou não. Na atualidade, vem se falando muito em sistemas de preservação da biodiversidade e

diminuição dos impactos ambientais.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários em alguma medida nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial das áreas rurais, é necessária uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários, nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais, e mais especificamente, aquelas nas quais as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso do que no restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. (FAO; DAS, 1998 apud ABRAMOVAY, 2009, p. 26).

FIGURA 4- IMPACTOS DA AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA



FONTE: Disponível em: <<http://www.bocaferina.blogst.pot.com.br/2012.com.br/2012/03/do-codigo-florestal-para-o-codigo-da.html>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Ao longo do território brasileiro, muitas associações de trabalhadores rurais foram

criadas, incentivadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura. A iniciativa é para buscar desenvolvimento rural para centenas de famílias assentadas no Brasil, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis em cada região, tentando deixar no passado a ideia de que entre a população rural há falta de cidadania, atraso tecnológico e social, e carência de muitos serviços básicos, embora isto ainda seja verdade em algumas realidades.

2.4.2 Relação com outros seres humanos

As localidades rurais formam identidades territoriais. Aqui podemos ressaltar a identidade cultural. A valorização da cultura interiorana, assim como na urbana transfere para as gerações subseqüentes novos modos de se construir e entender a realidade, acompanhando as mudanças favorecidas pela influência da renovação da sociedade e dos valores implícitos ou explícitos. O relacionamento entre os humanos enriquece a cultura, um conjunto de saberes, crenças e técnicas, que, como falado anteriormente, passa para as gerações seguintes, ampliando a capacidade de crescimento intelectual, ao passo que estes dados cruzam-se e são vivenciados de maneira planejada ou espontânea.

Para Galston e Baehler (1995 apud ABRAMOVAY, 2009, p. 32), a relação com outros seres humanos consiste:

[...] em que os indivíduos e as famílias conhecem-se intimamente, assistem-se em tempos de necessidade e confiam uns nos outros para cooperar na busca de objetivos que não podem ser atingidos por meio de um esforço solitário. A antítese é a imagem da vida urbana como anônima, violentamente competitiva e desprovida do impulso sentido da ajuda mútua.

Em qualquer realidade as pessoas sentem a necessidade de relacionarem-se e acabam por se agrupar em comunidades. Por

isso, é comum a interação e a construção de uma identidade rural comum em diferentes localidades.

2.4.3 Relação com as cidades

O meio rural cada vez mais tem estabelecido relações importantes com o meio urbano, pois este mergulhou com todos os aparatos tecnológicos na vida do campo, oferecendo de forma real e promissora desenvolvimento e maior produtividade. Mais do que isto, o meio rural precisa ser reconhecido por ser um lugar que constrói laços sociais e que também é capaz de oferecer um futuro promissor e de sucesso às novas gerações que nascem nesse meio, deixando-se assim de construir a ideia de que só as metrópoles são capazes de oferecer tal sucesso.

No entanto, em contrapartida, somos levados a admitir a influência das cidades sobre a população regional.

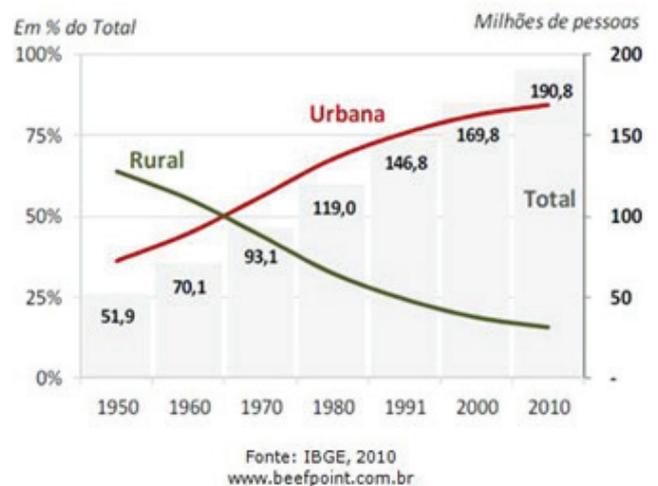
A cidade, seja qual for sua dimensão, oferece equipamentos e serviços que facilitam muito, tanto a vida cotidiana das pessoas quanto o funcionamento das empresas. Do transporte às telecomunicações, passando por serviços públicos essenciais, como saneamento, energia, educação e coleta de lixo, é óbvia a superioridade da infraestrutura urbana sobre a rural. Além disso, as amenidades urbanas que se manifestam, principalmente a oferta concentrada de bens culturais e esportivos, também atraem mais gente que as amenidades rurais, mais ligadas à oferta de bens naturais, como silêncio, ar puro, belas paisagens ou contato com animais (VEIGA, 2003).

Em dados do IBGE, é possível constatar uma população rural envelhecendo, pois a relação e a ideia das cidades serem capazes de ofertar sucesso, fazem com que os jovens em sua maioria migrem para os grandes centros em busca de qualificação profissional e de uma carreira promissora.

Poucos são os que retornam qualificados para continuar no campo. Gaston e Baehler (1995 apud ABRAMOVAY, 2009, p. 36) enfatizam:

O bem estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas. Não é uma coincidência que áreas rurais mais prósperas tenham estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos.

GRÁFICO 2- POPULAÇÃO URBANA



FONTE: IBGE, 2010.

É certo que o mercado consumidor é maior nas cidades, visto que a densidade demográfica é também maior nestes locais. Como pudemos observar no gráfico anterior, em dados do último censo demográfico, constatou-se que mais de 80% da população brasileira reside na zona urbana, por isso, o escoamento da produção agropecuária precisa tomar rumo em direção aos grandes centros urbanos, onde a matéria-prima vira produto industrializado pronto para ser distribuído ao comércio e posteriormente consumido. Cabe lembrar que estes produtos chegam a qualquer parte do mundo, através de importações e exportações, visando às importantes relações de compra e venda estabelecidas pelos países.

Muitos pesquisadores chegaram à conclusão de que a relação entre o urbano

e o rural é muito intensa, pois ambos os setores se complementam. Um não pode sobreviver sem o outro. A intensa exploração da terra gera maior produtividade, gerando modificações importantes nos setores industriais capazes de aquecer o mercado consumidor.

Analisando a realidade e a tendência para o futuro, podemos pensar como Abramovay (2009, p. 39) que “O destino das próprias áreas rurais está diretamente ligado ao tipo de região a que se ligam”. Em outras palavras, não é mais possível ter desenvolvimento rural de maneira rudimentar como até a metade do século anterior. Quanto mais o meio rural estiver ligado às regiões metropolitanas ou ainda a cidades medianas que ofereçam infraestrutura, mais promissor será seu futuro.

FIGURA 5 – PROXIMIDADE DO CAMPO COM A CIDADE



FONTE: Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/marco_2007/ju352pag11.html>. Acesso em: 5 jun. 2014.

2.5 IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO

A expansão do modelo capitalista e da população passou a exigir do campo um sistema de produção cada vez mais rápido e eficiente, e os métodos impostos à agricultura para um intenso processo produtivo não respeitam em grande parte dos casos o ciclo natural.

Nas últimas décadas do século XX, a

revolução verde trouxe, ao mesmo tempo, inovação tecnológica para a agricultura, ao tornar viável a utilização de maquinários, como também uma degradação ambiental crescente, devido ao uso de fertilizantes e pesticidas, que, sem dúvidas, passaram a contribuir para uma maior produtividade. Em contrapartida, esses atingem o solo, a água e o ar, com queda de fertilidade, poluição das fontes hídricas e poluição do ar através de diferentes gases que tem causado uma diminuição importante na Camada de Ozônio.

De acordo com informações da Embrapa, são três os fatores mais importantes na degradação do solo:

- O cultivo e uso excessivo de pastagens.
- Intenso preparo do solo para o cultivo e a pecuária.
- Monocultura.

Em entrevista com o pequeno produtor rural R.H., de 55 anos, que faz uso da terra para sobrevivência de sua família há mais de 25 anos, foi possível confirmar os dados apresentados anteriormente. Segundo ele, há alguns anos, a terra produzia sem tantos estímulos de fertilizantes e pesticidas. Hoje, a produção só é garantida com uso de calcário no preparo da terra, adubos e um rigoroso controle das pragas com defensivos agrícolas.

A agricultura de subsistência, por este motivo, é quase extinta, passou-se a produzir para comercializar, ficando, assim, a necessidade de se adquirir na cidade produtos que antigamente eram cultivados na propriedade, ou seja, a atividade agrícola passou a ser intensa e mecanizada.

A produtividade de uma determinada área rural, independente do sistema agrícola adotado, está vinculada aos principais fatores: trabalho, terra e instrumentos para o trabalho.

Na contemporaneidade, a mecanização

é o principal instrumento de trabalho com constante aperfeiçoamento tecnológico, e para aumentar a produção agrícola, são necessárias duas condutas. Primeira, ampliar as áreas de cultivo, e segunda, empregar máquinas em maior quantidade e melhor qualidade das sementes. É possível verificar isto claramente na imagem registrada na propriedade do entrevistado (FIGURA 6). Assim torna-se possível produzir mais em uma área menor.

FIGURA 6 - COLHEITA DE ARROZ



FONTE: A autora.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido com base em leituras e pesquisas realizadas em várias referências bibliográficas referentes ao ensino de geografia, bem como troca de experiências e entrevista com pessoas físicas. Também foi levada em consideração a análise das paisagens abordadas e, além do mais, artigos sobre o assunto registrados na internet.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa realizada e na vivência conquistada, foi possível perceber que todos os seres humanos de maneira mais direta ou até mesmo indireta possuem ligação com a terra, e que essa ligação ocorre com maior ou menor proporção à medida que os anos se passam.

Também foi possível perceber que os

seres humanos são intensos modificadores do meio natural em prol do desenvolvimento, e que este desenvolvimento, aliado à tecnologia, traz sem dúvidas benefícios, mas também malefícios, à natureza e aos seres humanos.

Diante da incógnita do desenvolvimento e da necessidade de sobrevivência, passamos a questionar-nos: Qual realmente tem sido o papel da sociedade e dos governantes, para que a terra continue tendo seu valor como no passado, fazendo com que pessoas amem seus espaços e façam deles um aporte de vida e felicidade? Cada vez que olhamos para nosso mundo capitalista parece ser este um sonho distante. Mas ao passo que a população cresce e que as necessidades orgânicas são reais, vemos a nossa geração tentando tomar um rumo, decidindo assim o futuro das próximas, que implacavelmente precisarão do meio rural como primordial para a existência.

5 CONCLUSÃO

A educação é a única forma de fazer com que as pessoas passem a valorizar desde muito cedo as realidades sociais e físicas do planeta, tanto na esfera rural, como na urbana, já que existe interdependência entre ambas, pois ela é capaz de nos remeter ao passado e associando-o ao presente, nos faz enxergar claramente as transformações ocorridas impulsionadas pela tecnologia e pela sabedoria ou não de muitos governantes.

Quando tratamos de região rural, estamos falando de riqueza. Riqueza cultural, mas principalmente de bens naturais, que infelizmente em sua grande maioria não são eternamente inesgotáveis. Assim, percebemos uma grande complexidade em fazer o uso sabiamente do solo, da água, entre outros, com o propósito de perpetuar a raça humana.

O homem precisa refletir mais sobre suas experiências e dependência do meio

rural, levando em consideração suas relações com a natureza, com a urbanização e com outros seres humanos, independentemente do local que habitam e da função que exercem, com o propósito de escolher ações sustentáveis capazes de construir valores importantes para toda uma sociedade.

São necessárias análises profundas e interpretações corretas das informações acumuladas, nos fazendo assim aprender mais sobre as mais variadas características do espaço rural, das paisagens e do povo que as constituem, e das relações importantes que estes constroem com a modernidade urbana.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, 152 p.
- AB`SABER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos**: Uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados. São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, maio/ago. 1999a.
- AB`SABER, Aziz et al. **Nordeste sertanejo**: a região semiárida mais povoada do mundo. Estudos Avançados. São Paulo, v. 13, n. 36, p. 60-68, maio/ago.1999 b.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1991.
- EMBRAPA. **Degradação do Solo**. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/eventos/2000/drecuperacao/pesquisa.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito da região e sua discussão. In: CASTRO, I.E. et al. (orgs.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAVEMANN, Rony. **Entrevista concedida por produtor rural**. Cerro Grande do Sul, 10 out. 2013.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia-visualiza.php?id_noticia=1766>. Acesso em: 20 out. 2013.
- PRADO. Caio Júnior. **A questão Agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- SILVEIRA, Maria Laura. A invenção da região. In: SOUZA, Maria Adélia de. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.
- TONIOLO, Marilza Luzia Soria. **Geografia Rural e Urbana**. Indaial. UNIASSELVI, 2013.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2003.

POR UMA GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA

Juliana Dummer

Tutora Externa: Tereza Ness

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Licenciatura em Geografia (GED 0082) – Trabalho de Graduação
03/12/13

RESUMO

O presente trabalho de conclusão discorrerá sobre a importância das atividades práticas utilizadas no ensino e aprendizagem em geografia que sobressaem aquelas realizadas no espaço de sala de aula objetivando: realizar um levantamento das práticas realizadas por professores de geografia; apresentar a prática campo ligada ao cotidiano do aluno como método de apoio eficiente não só ao ensino e aprendizagem na disciplina de geografia, mas como recurso essencial na inserção da pesquisa científica no Ensino Médio. As entrevistas realizadas confirmaram que o Trabalho de Campo tem sido cada vez mais deixado em segundo plano dentre as práticas de ensino em Geografia. Tal realidade reafirma uma atual desvalorização do trabalho de campo, que mostra estar relacionada principalmente à inexistência desta prática durante a formação dos professores e a crescente expansão das tecnologias, estendida também às escolas. Tais recursos devem ser vistos como soma das metodologias desenvolvidas pelos professores, mas de forma alguma como capazes de substituir o estudo do meio e a observação direta através da prática de campo.

Palavras-chave: Geografia. Atividades. Sala de aula.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto professores, devemos estar preocupados que nossos alunos recebam um conjunto de informações específicas e, assim, possam lidar com o conhecimento de maneira “aceitável” e cativante. Necessitamos repensar, qualificar e desenvolver novas reflexões e ações pensando em metodologias de ensino que promovam a análise geográfica e que possibilitem fazer desta uma disciplina atraente. Cabe também a nós educadores e futuros educadores, mediar o processo de aprendizagem, procurando estimular os alunos a buscarem novos significados, “olhar” o que está contido em uma paisagem, até então indiferente a eles.

Desta forma, uma geografia vista

além das paredes escolares é fundamental. Segundo Castrogiovanni et al. (2012), muitas vezes, sabemos coisas do mundo, admiramos paisagens de cidades distantes, mas não sabemos o que existe e o que está acontecendo no lugar em que vivemos. Além disso, compreender o lugar, em Geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive, é uma possibilidade de se saber tanto o local quanto o global, pois segundo Castrogiovanni et al. (2012), ao mesmo tempo que o mundo é global, as coisas da vida e as relações sociais se concretizam nos lugares específicos.

Observa-se, no entanto, que o ensino de geografia em muitas escolas de nível básico ainda limita-se às práticas de sala de aula ligadas à cópia de texto, leitura do

livro didático, ou produção de materiais. Portanto, não envolve de forma eficiente o aluno ao mundo do real, na contextualização da teoria com a prática e ao conhecimento do seu próprio lugar pela observação direta. Em nível superior, esta realidade muitas vezes não é diferente, estando os cursos de formação de professores muito distantes da realidade, da prática e da pesquisa de campo, proporcionando aos futuros professores vasto conhecimento teórico, no entanto, carentes de aplicabilidade, alheios à própria realidade local de ensino.

A área de concentração escolhida para este trabalho de conclusão está relacionada às Metodologias de Ensino e Aprendizagem de Geografia, cujo tema é “Por uma Geografia Além da Sala de Aula”. A área de concentração, bem como o tema, foi definida com base nos dados obtidos por experiência docente e observações nas práticas dos estágios realizados durante este curso de graduação.

Sendo assim, o presente trabalho de conclusão discorrerá sobre a importância das atividades práticas utilizadas no ensino e aprendizagem da disciplina de geografia que sobressaem aquelas realizadas no espaço de sala de aula, objetivando: realizar um levantamento das práticas realizadas por professores de geografia; apresentar a prática campo ligada ao cotidiano do aluno como método de apoio eficiente não só ao ensino e aprendizagem na disciplina de geografia, mas como recurso essencial na inserção da pesquisa científica no Ensino Médio.

2 O TRABALHO DE CAMPO POR UMA GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA

Diversas são as possibilidades de aprender/ensinar geografia, pois a geografia está presente em todos os lugares. Como afirma Pontuschka (2004), a rua, o córrego próximo, a população de um bairro, o distrito industrial, um parque, uma reserva florestal, um shopping, um hipermercado, a chácara do vizinho são elementos integrantes de um

espaço e podem ser o ponto de partida para um raciocínio geográfico.

Ao trabalhar conteúdos como a globalização relacionada à existência de uma padronização e homogeneização de condutas ou, até mesmo, de acessos proporcionados pelas tecnologias modernas, o professor de geografia assume um papel importante como facilitador do entendimento do que é global e do que é local. Neste contexto, a prática de campo surge como um instrumento de apoio fundamental na identificação e valorização de diferentes espaços, nas suas particularidades e identidades, pois, ao contrário do que a globalização quer impor, os espaços homogêneos não existem. Diversos autores têm salientado a importância das atividades propostas considerarem o lugar, pois é a singularidade dos lugares que os fazem nascer e existir mesmo que estes pertençam a um contexto maior (cidade, estado, país, mundo). Santos (1996, p. 30) já destacava a importância de ressignificar o lugar em que estamos inseridos:

Intermediário entre o Mundo e o Indivíduo o lugar é a sua maneira o mundo, mas também cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. [...] Impõem-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano.

Vivemos em um período de reestruturação do ensino Médio no Rio Grande do Sul, para uma tendência menos conteudista e mais cidadã, voltada ao mundo do trabalho e das relações sociais. Nesta perspectiva, o Ensino Médio tem como um dos seus fundamentos principais, a pesquisa como princípio pedagógico. Segundo Azevedo e Reis (2013), a pesquisa aumenta exponencialmente a geração de conhecimento e, como consequência,

a escola deixa de ser o único centro de geração de informações. Cabe ressaltar que a pesquisa que aqui se refere está muito além da biblioteca, ou do ato de baixar informações da internet, ou resumir e copiar textos dos livros didáticos. A pesquisa proposta aqui diz respeito à iniciação à atividade científica e, portanto, ao uso da técnica, ao levantamento de dados, ao estudo do meio, centrado no plano do “fazer pensado”. A prática de campo constitui-se desta forma em um instrumento fundamental nesta reestruturação do ensino, e deve estar prevista nos currículos escolares. Tratando-se de pesquisa científica, o trabalho de campo, segundo Venturi (2009), representa o contato imediato do pesquisador com a realidade, por meio de instrumentos ou por meio de técnicas de observação e interpretação.

Segundo Azevedo e Reis (2013), “derrubar” os muros da escola é a grande linha, e o Seminário Integrado, nova disciplina criada no currículo do Ensino Médio Politécnico no Rio Grande do Sul, se constitui nesse espaço articulador para a problematização e fundamentação dos fenômenos investigados a partir de um projeto de pesquisa que envolva conteúdos das demais disciplinas em atividades interdisciplinares. Desta forma, adotar ações além da sala de aula são mais que necessárias, sendo imprescindível que os educadores das diferentes ciências não só reformulem seus planos de trabalho, mas de fato modifiquem suas práticas, incluindo, entre elas, a prática de campo.

Braun (2005) já afirmava essa importância ao dizer que metodologias como a pesquisa da realidade ou estudo do meio através dos trabalhos de campo possibilitam compreender o mundo da vida indo além da simples transmissão de conteúdos, permite organizar e pensar o espaço e nele organizar-se e viver melhor. Segundo a autora, ainda há muitas incertezas e confusões frente à definição dos fundamentos para a compreensão de uma prática interdisciplinar que objetiva articular, interligar

as disciplinas sem que elas percam as suas especificidades. No entanto, Pontuschka (2004) chama a atenção para que antes de haver interdisciplinaridade, pense-se o espaço geográfico como um todo na sua disciplina. Nesta perspectiva, o trabalho de campo constitui-se como um caminho metodológico que possibilita a articulação entre os vários campos da geografia, bem como entre as diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de contribuir para a formação do cidadão do século XXI.

2.1 O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, ORIENTAÇÕES E SUGESTÕES

A atividade de campo é um instrumento histórico na análise geográfica, consolidado ao longo de sua trajetória por diferentes metodologias e enfoques. No ensino, surge como uma possibilidade de leitura do espaço que deve ir além da descrição, do pré-concebido, do estabelecimento de relações, historicidades e justificativas do que é visto. O trabalho de campo deve ser visto, ainda, como um instrumento de busca de novos significados aos conceitos teóricos trabalhados em sala de aula.

Muitos autores, como Dirce Suertegaray (2002), Ligia Cassol Pinto (2003), já evidenciam a necessidade da realização do trabalho de campo, contudo expressam a importância de se romper o caráter apenas descritivo destes e enfatizam a presença de objetivos sociais nas práticas educativas. Cabe também ressaltar que o trabalho de campo atualmente é um grande desafio ao professor, vistas as inúmeras responsabilidades recaídas a este, e a falta de recursos das escolas, principalmente quando o trabalho de campo envolve deslocamento a outra cidade. No entanto, não pode ser definido como impossível e inviável. É imprescindível um planejamento antecipado e uma capacidade de gerenciamento de tempo e pessoas para que os objetivos sejam satisfeitos.

Segundo Rodrigues e Otaviano (2001), o planejamento antecipado é essencial e nele pode ficar definido o sucesso e o insucesso de uma saída da escola, de maneira que sugere-se seguir alguns passos, como: (a) a definição dos objetivos, (b) a escolha do local, (c) a análise do calendário, (d) a realização de um levantamento de recursos e materiais necessários, (e) a busca pela interdisciplinaridade, (f) a motivação dos alunos.

A definição dos objetivos do Trabalho de campo é o primeiro e mais importante passo, pois irá determinar todos os demais. Para definir os objetivos, é preciso considerar a série (ano) em que estão os alunos, e, portanto, a maturidade destes, para assim pensar o que quer alcançar com o Trabalho de Campo, ou seja, pensar o objetivo geral (principal), como, por exemplo, a aquisição de um determinado conhecimento de um tema pela observação direta. Só então a partir da definição do objetivo principal deve-se partir para a definição do lugar e dos objetivos específicos do campo.

A escolha do local é outra etapa que deve ser cuidadosamente analisada. Deve ser escolhida a opção que melhor atenda e não o local que dará menos trabalho. Deve levar em conta também a possibilidade de desenvolvimento da interdisciplinaridade e em seguida reunir um banco de dados do local com: mapas, imagens de satélite, reportagens, etc. Sempre que possível, é importante que o professor conheça previamente a área ou que então reúna o maior número de informações e conhecimentos sobre o local a ser visitado.

A análise do calendário é o passo seguinte após se pensar na data do campo. Definida a data, deve-se consultar não só o calendário da escola, evitando coincidência com outras atividades, como deve ser feito o contato com a administração do local a ser visitado. Caso seja um museu, parque ecológico, entre outros, é preciso solicitar uma

autorização para visita. Desta forma, é válida a elaboração de um cronograma, prevendo também tempo para arrecadação do valor a custear as despesas com transporte, hospedagem e alimentação, aulas de preparação do campo propriamente e pelo menos uma aula para análise e avaliação do campo.

Quanto aos recursos materiais, o principal a ser assegurado é o transporte entre a escola e o local a ser visitado pois, tratando-se de escola pública, na maioria dos casos, nem a escola nem os alunos dispõem de condições para custear o valor. Algumas sugestões neste caso são recorrer a doações por entidades públicas, sendo, neste caso, primordial a elaboração de um documento bem fundamentado, contendo a apresentação do trabalho de campo, objetivos e roteiro. Neste caso, é possível não só conseguir doações de brindes para sorteios, como pastas e canetas para o material a ser entregue para os alunos no dia do campo, bonés, alimentos, entre outros. Outra opção é a promoção de torneios, rifas, pedágios, venda de lanches, que, dependendo da faixa etária dos alunos, pode ser executado por eles mesmos. A promoção de atividades como estas, muitas vezes, cobre não só os custos com transporte, como hospedagem, alimentação e fotocópias de textos, mapas e figuras a serem disponibilizadas para os alunos no dia do campo.

O trabalho de campo pode ser ainda uma excelente opção pela busca da interdisciplinaridade ou pelo menos do desenvolvimento de atividades multidisciplinares durante sua execução ou após esta, em colaboração à fase de apresentação dos resultados através de relatórios ou apresentações virtuais.

Outros aspectos não menos importantes, mas muito pontuais devem ser considerados, como:

- A elaboração de uma apresentação da

atividade aos pais, contendo datas, local, objetivo do trabalho, entre outros. Um modelo é disponibilizado no Anexo I.

- A confirmação de datas e roteiro com a empresa de ônibus e sempre que possível conhecer pessoalmente o ônibus que fará o transporte, assegurando a tranquilidade do campo, e questões como a disponibilidade de banheiro e frigobar quando se tratar de viagens longas, bem como de microfone em funcionamento, que facilitará as explicações do professor durante o percurso.
- A confirmação de datas e o recebimento de autorização para visita ao local escolhido.
- A elaboração de um documento de autorização detalhado para que os pais ou responsáveis assinem. Principalmente quando o trabalho de campo envolver um período maior de tempo (mais de um dia), sugere-se disponibilizar um espaço para que os pais ou responsáveis preencham no caso de cuidados especiais no que diz respeito à administração de medicamentos, casos de sonambulismo, convulsão, síndrome do pânico, entre outros. Um modelo é disponibilizado no Anexo II.¹
- A elaboração e produção do material de apoio ao campo, composto de uma apresentação com roteiro e objetivos, textos de apoio, mapas temáticos, imagens de satélite do local² entre outros.
- Entrega de uma lista de materiais necessários ao campo. Um modelo é disponibilizado no Anexo III.

Outra etapa essencial que antecede o trabalho de campo é a motivação dos alunos. De nada adianta um trabalho bem planejado, com objetivos bem definidos, sem que os alunos estejam de fato motivados a participar. O papel do professor e da escola é fundamental. O primeiro ponto a entender é que alunos não informados dificilmente

serão alunos motivados. O roteiro da viagem, bem como os objetivos do campo, deve ficar bem explicado aos alunos. Sugere-se, durante o preparo do campo, realizar uma formação com os alunos³, com uma sessão de projeção de slides com algumas fotos do local, para melhor exemplificação de como se procederá o campo. Quando se tratando de um local de difícil acesso, um tanto perigoso ou até mesmo muito diferente da realidade a qual os alunos estão acostumados, esta formação se torna indispensável. Há, no entanto, que se fazer uma advertência ao professor, para que este se limite a uma ou duas imagens, sem utilizar um volume exagerado de informações, afinal, este será o objetivo real do trabalho de campo.

Outra opção, que servirá não só de agente de motivação, mas contribuirá para o desenvolvimento de conceitos em geografia e otimização dos conhecimentos esperados para o campo, é o envolvimento dos alunos na preparação do material de apoio a ser disponibilizado no dia do campo. Estas atividades dependerão dos objetivos e do local a ser visitado, podendo envolver a produção conjunta do mapa do roteiro do campo, de perfis temáticos a partir das cartas topográficas⁴ sobrepostas a mapas de geologia, vegetação, geomorfologia, da obtenção e edição de imagens de satélite, da construção de mostruários de rochas, entre outros.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização deste trabalho, optou-se pelo método qualitativo exploratório. Para melhor compreensão, as etapas deste trabalho foram divididas em levantamento bibliográfico (pré-campo), levantamento de campo e análise e discussão dos dados.

¹ É importante lembrar, que é exigência do DAER (Departamento de Aviação e Rodovias), quando a viagem envolve transposição de estados, apresentação de autorizações autenticadas em cartório.

² Estas imagens podem ser obtidas gratuitamente no programa *Google Earth*®.

³ Sugere-se que esta formação seja estendida aos demais professores que farão parte da viagem e eventualmente irão ajudar na coordenação do campo, evitando desentendimentos e quebra do planejamento.

⁴ Cartas topográficas normalmente são encontradas nas prefeituras dos municípios, podendo constar na reestruturação curricular do Ensino Médio no Rio Grande do Sul, como: Azevedo e Reis (2013).

A etapa de levantamento bibliográfico compreendeu a consulta de livros, artigos e teses que tratam de metodologias de ensino e da prática do trabalho de campo em geografia como: Rodrigues e Otaviano (2001), Kaercher (2004) Braun (2005), Castrogiovanni (2012).

A etapa de campo compreendeu a realização de uma pesquisa das práticas de ensino utilizadas por professores em suas aulas de geografia através de entrevistas. Foram entrevistados 3 professores do município de Camaquã, de forma aleatória, evitando tendenciosidade e de maneira que se entrevistasse um professor por escola apenas, pública ou privada, sendo um ao menos da rede privada. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro previamente estabelecido, tendo como referência a metodologia utilizada por Kaercher (2004), com comentários de quadros sínteses disponibilizados no Anexo IV. O roteiro é composto primeiramente por questões gerais, que objetivam conhecer o professor, e depois questões sobre as suas práticas metodológicas de ensino. O roteiro tem o objetivo de gerar subsídios para compreender estas práticas, como questões que tratam das suas experiências acadêmicas e da sua formação. Sendo assim, foram entrevistados três professores que ministram aula de geografia, sendo dois na rede pública estadual de ensino e um na rede privada.

A etapa de análise e discussão dos dados envolveu a análise e discussão das entrevistas com base no referencial teórico, na vivência das práticas de estágio durante este curso, e na própria experiência de docência enquanto professora de geografia e seminário integrado na rede estadual de ensino. Por fim, esta etapa compreendeu a elaboração deste trabalho versando sobre o tema em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de dados via

entrevistas foi realizado com três professores de geografia que aqui serão tratados como P1, P2 e P3, a fim de preservar suas identidades. Dos três professores entrevistados, dois são do gênero feminino e um do gênero masculino, com idades que variam de 37 a 64 anos de idade. Todos ministram aulas de geografia, porém dois possuem formação em geografia e história, e um formação em história com especialização em geografia, sendo este último o único com pós-graduação. P1 possui 34 anos de experiência docente, é professora da rede estadual de ensino e relatou estar inclusive em processos de obtenção de licença prêmio por tempo de serviço. Já P2 é professor da rede estadual e em uma escola particular, sendo considerada nesta entrevista sua experiência como docente na rede privada. P2 possui seis anos de experiência docente. P3 é professora da rede estadual e possui 23 anos de experiência docente em geografia. Todos residem em Camaquã e foram formados em curso oferecido nesta cidade.

Quando questionado sobre o que os motivou a cursar geografia, todos afirmaram que o gosto pela disciplina foi a razão principal, sendo que P1 relatou ainda que este era um dos poucos cursos como opção na cidade. Os três professores trabalham com Ensino Médio Politécnico, conforme nova reestruturação curricular no Rio Grande do Sul, sendo que P2 trabalha com Ensino Fundamental e Médio normal e terceiro (terceiro ano intensivo para o vestibular) no ensino privado.

Visou-se neste momento, realizar um levantamento simplificado das práticas de ensino em geografia a partir da entrevista dos três professores que compuseram a base da pesquisa, sem o objetivo de julgar como sendo certo ou errado, por se tratar de algo ainda superficial e pontual através de um roteiro com perguntas, mas sim com o objetivo de realizar uma análise de maneira crítica e reflexiva. P1, professora da rede

estadual há 34 anos, disse utilizar-se de aulas expositivas e trabalhos em grupo, sendo os recursos mais frequentes o áudio, DVD de filmes e documentários e o livro didático. Já o P2, professor da rede privada disse que suas aulas são sempre virtuais, com uso de lousa digital, utilizando como recursos a música, *blogs*, redes sociais e o material elaborado pela instituição. P3 afirmou possuir como metodologia principal em suas aulas a leitura e discussão de trabalhos em grupo e a elaboração de resenhas, sendo o projetor multimídia, revistas, internet e livro didático os recursos materiais mais frequentes.

Cabe ressaltar que até este momento da entrevista nenhum professor citou a prática de campo como método ou instrumento de ensino em suas aulas de geografia. Quando questionados sobre a visão que possuem sobre o trabalho de campo, P1, um tanto surpresa com a questão, disse considerar importante porque os alunos se interessam mais pelas aulas, mas que a falta de recursos e a burocracia escolar que envolve solicitação de autorização aos pais é muito grande, torna-se uma prática inviável hoje em dia. Como disse P1: *“Trabalho de Campo é responsabilidade demais para o professor”*.

Quando P1 é questionada sobre realizar trabalho de campo, como foi e onde foi desenvolvido, responde: *“Já realizei sim, hoje não mais. Foi um sucesso, os alunos se integraram bastante. Já fiz saída com os alunos para Gramado, Santa Catarina, percursos a pé no centro da cidade, no lixão, na barragem de captação de água. Não realizo mais estas saídas de campo há uns 3 ou 4 anos porque é muita responsabilidade para o professor, tem que pegar autorização com os pais.”* P1 mostra-se desanimada e desiludida aos seus 34 anos de docência, não disposta a assumir riscos e compromissos com atividades como o trabalho de campo.

Já P2, quando questionado sobre a prática de campo em geografia, disse: *“É*

complicado sair, prefiro a sala de aula! Até acho importante, mas o meu perfil de aluno não se importa, não gosta. Lembro de um campo que eu propus um Trabalho de Campo na cidade e eu percebi que eles estavam se combinando para não ir aí eu cancelei a saída”.

A impressão que se teve é que de fato P2, por possuir um perfil de aluno de classe média a média alta, cercada de tecnologia, essa não é (ao menos que se prove o contrário), uma atividade que chame a atenção. No entanto, o professor demonstra não reconhecer a importância do trabalho de campo para o ensino de geografia, sobretudo no período que vivemos sob uma revolução de tecnologia, virtualidade e desvalorização do local. Isso reafirma-se no momento em que P2 diz que em seis anos de experiência docente realizou apenas uma saída de campo à Barragem do Arroio Duro, (barragem responsável pelo abastecimento de água da cidade) com o objetivo de visualizar a paisagem com uma turma do 7º ano.

Ao contrário, P3 disse considerar a prática de campo importante, pois torna o conteúdo “vivo”. Disse ainda ter realizado e realizar atualmente atividade de campo com frequência em locais como: Barragem do Arroio Duro, no lixão, na Barragem Maria Ulguim, no Arroio do Passinho, entre outros. No entanto, seus trabalhos de campo se constituem na entrega de um tema (problema de pesquisa) aos alunos, e estes devem então sair para pesquisa sem a intermediação e os conhecimentos prévios do professor ou tampouco munidos de recursos como roteiro, mapas ou imagens de satélite e/ou dados preliminares da área a ser visitada.

Com vistas a verificar a valorização do local a partir da prática de campo, foi perguntado aos quatro professores se os mesmos trabalhavam a realidade a qual estão inseridos seus alunos e como isto é feito. P1 respondeu: *“Sim! Normal. Gosto de trabalhar o local e depois o fora”*. “A

geografia abre horizontes...”. P1 disse obter essa prática por meio do uso de jornais e debates em sala de aula. P2 também disse contextualizar a realidade local dos alunos, porém com o uso de reportagens do Brasil em telejornais. Já P3 parece entender melhor a proposta de inserção do cotidiano do aluno aos conteúdos de sala ao afirmar que propõe temas de pesquisa por bairros. Cada aluno ou grupo de alunos faz a pesquisa em seu bairro de moradia.

No entanto, quando perguntados sobre a inserção do cotidiano do aluno a partir de trabalhos de campo, P1 disse não realizar atualmente, P2 citou seu único trabalho de campo a Barragem do Arroio Duro. Já P3 citou outros trabalhos, como, por exemplo, a respeito dos setores da economia em que os alunos deveriam realizar uma pesquisa no comércio local da cidade. No entanto, esta foi também uma atividade realizada pelos alunos de maneira autônoma, sem a mediação do professor.

Visando mais uma vez compreender as práticas de ensino de geografia pelos professores pesquisados, foi-lhes pedido que relatassem uma aula por eles ministrada e por eles considerada interessante. Para P1 Foi uma aula sobre meio ambiente. Eles escolhiam um tema, por exemplo, água, e tinham que fazer uma pesquisa e montar um material artesanal sobre esse tema. Para P2, foi uma aula com o terceiro, na qual os alunos assistiram a vídeos do Jornal Nacional com os debates políticos de cada candidato a presidente e os seus planos econômicos para posterior discussão. Para P3 foi a criação de um júri simulado em sala de aula para discutir determinado tema. Tais respostas sugerem que as atividades extra sala não estão entre as mais utilizadas, tampouco o trabalho de campo valorizado entre as práticas pedagógicas dos professores.

As questões que seguiram a entrevista tiveram como objetivo compreender a postura

metodológica dos professores pesquisados e assim poder refletir sobre todos aqueles enquanto professores de geografia. Para tanto, foi primeiramente pedido a cada um dos entrevistados que descrevessem as principais diferenças entre a geografia ensinada na escola e a geografia estudada na universidade.

P1 diz: *“Quando cheguei na faculdade, percebi que na escola não tive os conteúdos corretos. Na universidade é mais amplo”*.

Já P2: *“São bem diferentes. É outro curso. A geografia da universidade está fora da realidade, não nos prepara para darmos aula”*.

P3: *“Considero completamente diferentes! Na universidade há muito conhecimento teórico”*.

Ficam destas respostas outros questionamentos ainda sem resposta como: o que os leva a pensar assim? Estaria a geografia universitária de forma errada ou a geografia escolar distorcida? Estaria faltando demonstração prática e aplicabilidade nos cursos de formação de professores?

Os professores são questionados então sobre a experiência com o trabalho de campo durante a formação acadêmica, o que revelou que esta experiência é muito pequena, e aparentemente vaga, ou até mesmo nula. P1 afirmou nunca ter participado de uma saída de campo, viagem de estudos, levantamento de campo e/ou visita técnica durante a sua formação acadêmica. P2 lembrou-se de algumas visitas a museus durante sua graduação em história, porém em sua graduação em geografia nunca houve uma atividade prática além da sala de aula. P3 relatou uma viagem a um congresso de história no Rio de Janeiro como algo único e inesquecível.

Considerou-se, por fim, a

reestruturação curricular pela qual passam as escolas do Estado do Rio Grande do Sul, de um Ensino Médio normal a um Ensino Médio Politécnico que visa, entre outros, a inserção da pesquisa científica, para a qual a prática de campo se estabelece como instrumento fundamental no levantamento de dados, estudo e análise. Por isso, realizou-se as duas últimas questões que dizem respeito à experiência dos professores com projetos de pesquisa científica e de suas práticas em formação continuada e produção científica. Os professores afirmaram não possuir experiência com projeto de pesquisa. P1 nunca realizou ou colaborou com um projeto de pesquisa. P2 disse apenas recordar de um levantamento de dados via entrevistas para o seu trabalho de graduação em história. Já P3 nunca desenvolveu projeto de pesquisa científica, mas atualmente orienta projetos em nível superior. Quanto à participação em eventos, congresso de geografia e/ou compra de livros na área de ensino e/ou geografia P1 respondeu: *“Não participo. Também não tenho comprado livros. Graças a Deus vou me aposentar daqui a 6 dias”!*

P2 disse participar apenas dos seminários de formação da rede a qual a escola está vinculada e oferece, e que os livros que lê e adquire atualmente também são da mesma rede. P3 também relatou não participar de tais eventos nem comprar livros, pois utiliza com frequência as bibliotecas da escola e faculdade.

5 CONCLUSÃO

Ver possibilidades de ensino e aprendizagem de geografia além da sala de aula é necessário, ainda mais quando se objetiva a contextualização do espaço cotidiano, do lugar ao qual o aluno está inserido. O trabalho de campo, seja como método, com fins de ensino, ou como técnica na realização de pesquisas deve ganhar mais atenção dentro das práticas escolares de geografia, como também, em todas as ciências com vistas às reestruturações

curriculares e à inserção da pesquisa científica no ensino básico. É preciso, é claro, reconhecer que se trata de uma tarefa árdua e de muita responsabilidade do professor, mas muito gratificante, se realizada com planejamento e seriedade, seguindo alguns passos, como os descritos.

As entrevistas realizadas com três professores de geografia que compuseram a base da pesquisa, tendo o intuito de conhecer, mesmo que de maneira superficial, as práticas de ensino desenvolvidas por este, confirmaram que o trabalho de campo tem sido cada vez mais deixado em segundo plano dentre as práticas de ensino em Geografia. Ao ponto que dos três professores pesquisados, apenas um propõe pesquisas de campo, no entanto sem a sua participação. Tal realidade reafirma uma atual desvalorização do trabalho de campo, que mostra estar relacionada principalmente à inexistência desta prática durante a formação dos professores, que, por isso, não reconhecem a importância do trabalho de campo, ou simplesmente pela falta de experiência que possuem, julgam ser uma tarefa muito difícil.

Outro ponto fundamental à desvalorização das atividades além da sala de aula é a crescente expansão das tecnologias, estendida também às escolas, com o acesso facilitado a computadores, internet e lousas digitais. Tais recursos devem ser vistos como soma às metodologias desenvolvidas pelos professores no processo de ensino e aprendizagem, mas de forma alguma como capazes de substituir o estudo do meio e a observação direta através da prática de campo. O atual aluno quer cada vez mais saber o porquê se aprende o que se aprende e para que esse aprendizado servirá, tornando-se portanto, necessário superar a visão do trabalho de campo como um desafio impossível (como é visto por muitos professores).

Acredita-se ainda que este trabalho de conclusão tenha contribuído à valorização

das atividades de ensino e aprendizagem em geografia que sobressaem aquelas realizadas no espaço de sala de aula. E que, indo além, tenha possibilitado um maior aporte teórico e metodológico ao desenvolvimento de trabalhos de campo de maneira eficiente e multiplicadora do interesse pelo estudo, valorizando a experiência obtida durante a formação acadêmica como geógrafa e enquanto professora e amante dos trabalhos de campo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO C. de; e REIS, J. T. **Reestruturação do Ensino Médio:** pressupostos teóricos e desafios da prática. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.
- BRAUN, Ana Maria Swarowsky. **Rompendo os Muros da Sala de Aula:** O Trabalho de Campo como uma linguagem no ensino de Geografia. 161f. 2005. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *et al.* **Ensino de Geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- KAERCHER, Nestor André. **A Geografia escolar na prática docente:** a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica. 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2004.
- PINTO, M. L.C. **Trabalho de Campo e o processo de aprendizagem em busca de um método.** Espaços da Escola, o ensino da geografia na educação básica. Ijuí. UNIJUÍ, Ano 12, n. 47, p. 15-20, jan/mar. 2003.
- PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. **O ensino de geografia no século XXI.** Campinas: Papyrus, 2004. p. 249 -288.
- RODRIGUES, B. A. e OTAVIANO, A. C. **Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia.** Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10213>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. In: **Revista Geographia**, Niterói, vol. 7, 2002, p. 92-99.
- VENTURI, A. B. L. **Praticando a geografia:** técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

ANEXOS

ANEXO I - EXEMPLO DE INFORMATIVO AOS PAIS

VIAGEM DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA

Prezados pais ao cumprimenta-los informamos que nos **dias 27 e 28 de abril** será realizada uma viagem de estudos **aos Aparados da Serra** (Canyons Fortaleza e Malacara) **como complemento aos conteúdos desenvolvidos nas aulas de geografia** das turmas de Ensino Médio e EJA do turno da noite sob coordenação da professora Juliana Dummer. A saída ocorrerá no sábado as 4:30 da manhã em frente a escola, percorrendo as diferentes províncias geomorfológicas do nosso estado com paradas para observações no caminho e um passeio em trilhas nos Municípios de Cambará do Sul e Praia Grande (SC), onde nos hospedaremos na pousada Nativos dos Canyons. **O custo da viagem será de R\$ 80,00 para as meninas e R\$ 65,00 para os meninos** (os meninos devem providenciar barraca). Para tanto estamos organizando atividades para arrecadação de valores como ajuda de custos. Maiores informações com a Direção e Prof.^a Juliana Dummer na escola. Obs.: O ônibus dispões de 43 lugares para alunos. Reservas até dia 15 de março mediante pagamento de 50% do valor.



**ANEXO II- EXEMPLO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UM
TRABALHO DE CAMPO**

**Escola Estadual de Ensino Médio Professora
Alaídes Schumacher Pinheiro
Chuvisca/RS**

Autorização:

Autorizo meu/minha filho/filha _____,
RG N° _____ a viajar,
em excursão para Aparados da Serra, RS (trabalho de campo da disciplina
de geografia), nos dias 27 e 28 de abril de 2013, com saída da escola prevista
para às _____ horas do dia 27 de abril o e retorno previsto para as 23
horas do dia 28 de abril.

Telefone de contato da professora Juliana: 98593998 e 82573868

Ass. Pai/Mãe e/ou Responsável

Telefone para contato: _____

Solicito cuidado especial em relação a: _____

ANEXO III: EXEMPLO DE LISTA DE MATERIAIS PARA O CAMPO

Viagem de Estudos/Trabalho de campo de geografia

O que você precisa levar:

- Carteira de Identidade
- Lanche para o café e almoço de sábado
- Prancheta com folhas ou caderno para anotações (diário de campo)
- Lápis 3B para desenho
- Câmera fotográfica
- Boné, protetor solar, repelente e garrafas (600 ml) com água congelada.
- Uma mochila leve para carregar estes itens
- Tênis (de preferência dois pares), roupa confortável e simples para caminhada
- Materiais de higiene pessoal
- Muita disposição para caminhada sob sol quente ou chuva
- Responsabilidade e espírito de equipe

Obs.: Meninos devem levar ainda:

- barraca, colchão, roupa de cama e tolhas de banho.

O que você não pode levar:

- Preguiça e mau humor
- Facas, canivetes, objetos cortantes em geral
- Bebida alcoólica, cigarro ou qualquer item do gênero.

ANEXO IV- QUADROS SÍNTESE DAS RESPOSTAS OBTIDAS NAS ENTREVISTAS

QUADRO 1 – FORMAÇÃO DOCENTE

Prof.º	Gênero	Idade	Licenciado em	Experiência Docente (anos)	Pós-Graduação	Tempo na escola atual (anos)
P1	Feminino	64	Geografia/história pela UCPEL	34	-	25
P2	Masculino	37	História pela ULBRA Geografia pela UNIASSELVI	06	Gestão ambiental (interrompida)	03
P3	Feminino	44	História/Licenciatura – (UCPel)	23	- Metodologias do Ensino Geográfico. - Gestão em Educação. - Educação com Ênfase em Supervisão.	

QUADRO 2 – MOTIVAÇÃO PARA CURSAR GEOGRAFIA

Prof.º	O que motivou você a cursar geografia na Universidade?
P1	Eu gostava da disciplina quando estudante no ensino básico, e também porque era um dos poucos cursos disponíveis para se fazer na cidade.
P2	Sempre gostei das ciências humanas, principalmente de geografia.
P3	Não sou formada em geografia mas fiz pós-graduação em geografia porque é o que gosto mais.

QUADRO 3 – JORNADA DE TRABALHO

Prof.º	Séries/anos em que leciona	Turnos em que trabalha	Tipo de Escola
P1	1º e 2º ano do Ensino Médio Politécnico	Manhã	Pública/Estadual
P2	De 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio	Manhã	Particular
P3	1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio	Manhã	Esc. Pública Estadual

QUADRO 4 – METODOLOGIA DE ENSINO

Prof.º	Quais procedimentos você desenvolve com seus alunos? Por que este tipo de aula?
P1	Eu faço muita aula expositiva, trabalhos em grupos.
P2	Minhas aulas são quase sempre virtuais pelo <i>site</i> preze.com, através do <i>blog</i> na lousa digital. Utilizo esse tipo de aula para superar a questão do uso de celular pelos alunos em sala, é uma forma de “prendê-los” com a tecnologia.
P3	Leitura e discussão, trabalhos em grupo, elaboração de resenhas.

QUADRO 5 – OS MEIOS DE ENSINO

Prof.º	Quais recursos didáticos você utiliza?
P1	Áudio, DVD, Livro didático e às vezes projetor multimídia.
P2	Lousa, <i>sites</i> , <i>blog</i> , grupos de redes sociais, música (paródia), material didático disponibilizado pela escola.
P3	Projetor Multimídia, revistas, computador e internet e livro didático.

QUADRO 6 - A PRÁTICA DE CAMPO EM GEOGRAFIA

Prof.º	Como você vê a prática de campo na disciplina de geografia? Considera importante? Por quê?
P1	Considero importante mas falta recurso e a burocracia com a escola e os pais é muito grande. Trabalho de campo é responsabilidade demais para o professor.
P2	É complicado sair! Prefiro sala de aula. Até acho importante mas o meu perfil de aluno não se importa, não gosta. Lembro de um campo que eu propus na cidade e eu percebi que eles estavam se combinando para não ir aí eu cancelei a saída.
P3	Sim! Por que usa o recurso do cotidiano deles. Por que torna o conteúdo vivo.

QUADRO 7 - A PRÁTICA DA PRÁTICA

Prof.º	Você já realizou ou realiza atividade práticas de campo? Como? Onde? Por quê?
P1	Já realizei sim, hoje não mais. Foi um sucesso, os alunos se integraram bastante. Já fiz saída com os alunos para Gramado, Santa Catarina, percursos a pé na cidade, no lixão da cidade, na barragem de captação de água. Não realizo mais estas saídas de campo há uns 3 ou 4 anos porque é muita responsabilidade para o professor, tem que pegar autorização com os pais...
P2	Sim. Na barragem do Arroio Duro com uma turma de 7º ano para descrever paisagem.
P3	Realizo! Passo um tema de pesquisa e eles saem para pesquisar. Já propus pesquisas na Barragem do Arroio Duro, no lixão, para Barragem Maria Ulguim, no Arroio do Passinho, entre outros.

QUADRO 8 - CONSIDERAÇÃO AO COTIDIANO DOS ALUNOS

Prof.º	Você relaciona os conteúdos à realidade em que vivem os alunos? Como e por quê?
P1	Normal. Gosto de trabalhar o local e depois o fora. A geografia abre horizontes.
P2	Sim. É preciso. Com reportagens sobre o Brasil.
P3	Trabalho de pesquisa por bairros. Passo um assunto, e os alunos pesquisam nos seus bairros de moradia.

QUADRO 9- CONSIDERAÇÃO AO COTIDIANO DOS ALUNOS EM ATIVIDADE PRÁTICA FORA DA SALA DE AULA

Prof.º	Você já trabalhou a realidade em que vivem os alunos em atividade práticas de campo? Como e com que objetivo?
P1	Sim. Faço isso muito com jornais, notícias e debates em sala.
P2	Sim. Com esta saída na barragem do Arroio Duro.
P3	Sim. Um a pesquisa sobre os setores da economia a partir do comércio de Camaquã.

QUADRO 10 - AULA INTERESSANTE

Prof.º	Relate uma aula que você considera interessante, ministrada durante sua docência.
P1	Foi uma aula sobre meio ambiente. Eles escolhiam um tema, por exemplo, água, que tinham que fazer uma pesquisa e montar uma matéria artesanal sobre esse tema.
P2	Foi uma aula com o terceirão. Eles assistiram a vídeos do Jornal Nacional com os debates políticos de cada candidato a presidente e os seus planos econômicos.
P3	Juri Simulado.

QUADRO 11 – DIFERENÇAS ENTRE GEOGRAFIA ACADÊMICA E GEOGRAFIA ESCOLAR

Prof.º	Descreva as principais diferenças entre a geografia ensinada na escola e a geografia estudada da universidade
P1	Quando cheguei na faculdade, percebi que na escola não tive os conteúdos corretos. Na universidade é mais amplo.
P2	São bem diferentes. É um outro curso. A geografia da universidade está fora da realidade, não nos prepara para darmos aula.
P3	Considero completamente diferentes! Na universidade há muito conhecimento teórico.

QUADRO 12 – A EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE CAMPO DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA

Prof.º	Você realizou alguma viagem de estudos, levantamento campo e/ou visita técnica durante a sua formação acadêmica? Como você avalia esta experiência?
P1	Nunca. Não existia.
P2	Sim. Algumas visitas a museus durante o curso de história.
P3	Viagem para um congresso no Rio de Janeiro durante a formação acadêmica em história.

QUADRO 13– A EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA CIENTÍFICA

Prof.º	Você já desenvolveu/colaborou com algum projeto de pesquisa científica? Como foi esta experiência? Que tipo de levantamento de dados envolveu?
P1	Não. Nunca participei/trabalhei com um projeto científico.
P2	Nunca trabalhei com projeto de pesquisa científica. Agora, lembrei que durante o curso de história para o meu trabalho de conclusão eu fiz umas entrevistas.
P3	Só atualmente com orientação em curso superior.

QUADRO 14 – EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS ATUAIS

Prof.º	Atualmente você tem participado em eventos, congressos em sua área de formação? Têm comprado livros acadêmicos de geografia e/ou ensino?
P1	Não. Também não tenho comprado livros. Graças a Deus vou me aposentar daqui a 6 dias.
P2	Sim, seminário que a escola me proporciona. Compro livros do sistema Positivo e Coque que são os livros que a minha escola trabalha.
P3	Não. Utilizo muito as bibliotecas.

SUSTENTABILIDADE

Marcelo Altevir dos Passos

Tutora Externa: Uziara Muniz

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Licenciatura em Geografia (GED0120) – Trabalho de Graduação

10/12/2013

RESUMO

O desenvolvimento deste estudo está relacionado à área de geografia com ênfase em educação ambiental e sustentabilidade. Buscou-se alicerçar este trabalho numa abordagem teórica, onde discorreu-se sobre aspectos das edificações construídas no perímetro urbano. Os estudos sobre sustentabilidade visam ampliar a temática ambiental na educação formal, sensibilizar gestores responsáveis por políticas públicas produtoras de grande impacto ambiental e ampliar alianças e parcerias com a sociedade civil.

Palavras-chave: Geografia. Educação Ambiental. Sustentabilidade. Construção Civil.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um fator de suma importância para o desenvolvimento dos seres humanos. Sabendo que suas consequências têm resultados perceptíveis na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na transformação da sociedade e no crescimento dos países como um todo, faz-se necessário o aprimoramento de técnicas de reaproveitamento para obtenção de resultados satisfatórios.

Leff (2002, p. 9) relata a importância da sustentabilidade quando diz que:

[...] a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o signifiicante de uma falha fundamental na história da humanidade; crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental. A sustentabilidade é o tema do nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e inacabada para uma pós- modernidade

incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia.

Miguel (2010) expõe a sociedade, a economia e o ambiente como pilares de estudo da sustentabilidade, partes fundamentais para o entendimento da degradação e exploração ambiental que vem ocorrendo ao planeta.

Para que haja uma minimização desses impactos, é necessário que a sociedade se envolva, pois só com a mudança de comportamento e o entendimento do contexto sustentável serão capazes de reverter o rumo para o qual caminha a humanidade e todas as formas de vida na Terra. (MIGUEL, 2010)

No que diz respeito ao papel transformativo da sociedade, pode-se atribuir como principais responsáveis as empresas de ordem pública ou privadas, pois através das atividades corporativas e dos investimentos em educação social, pode-se criar expectativas de mudança e um novo olhar para o destino da vida no planeta.

Em se tratando de edificações, Matos (apud SCHMIDT, 2009, p. 13) cita que:

A sociedade está buscando saídas através do desenvolvimento de produtos que não agredem o meio ambiente, estímulo do consumo consciente, reúso de recursos e reciclagem de materiais. A área da construção civil vem oferecendo soluções práticas e econômicas. É possível tirar proveito de recursos naturais (como iluminação e ventilação), racionalizar o uso de energia, usar sistemas para reduzir o consumo de água, definir áreas para coleta seletiva de lixo (reciclagem), e buscar soluções termo acústicas. Além disso, uma construção sustentável deve utilizar materiais que não agredam ao meio ambiente.

Ainda, segundo Colaço (apud SCHMIDT, 2009, p. 16) “as metas do desenvolvimento sustentável representam a solidariedade para as gerações futuras, a preservação dos recursos naturais e elaboração de um sistema social baseado nos direitos humanos, que luta por uma qualidade de vida cada vez maior”.

Esta pesquisa tornou-se relevante para o acadêmico, uma vez que é uma forma de compreender a complexidade que envolve a geografia e a educação ambiental, por se tratar de uma ferramenta que visa contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, onde foi possível refletir sobre a análise da construção de prédios sustentáveis e os diversos aspectos que os envolvem, considera-se ainda que este estudo é apropriado para o Centro Universitário Leonardo Da Vinci, pois poderá servir de base para que os próximos acadêmicos o analisem e utilizem em comparações futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta fase da pesquisa, realizou-se um estudo bibliográfico para uma melhor compreensão dos conteúdos aqui abordados.

Este trabalho contou com a leitura dos seguintes temas: construção civil e sustentabilidade.

2.1 CONSTRUÇÃO CIVIL

A maioria da população mundial mora no perímetro urbano, cujo espaço é constituído por edifícios, espaços verdes e de circulação, atividades econômicas, lugares onde existem desperdícios, ruídos, *stress* e poluentes. No entanto, também é composto por espaços interiores, onde as pessoas passam mais de 80% do seu tempo, por vezes, sem as adequadas condições de higiene e conforto. Segundo Lamberts et al. (2007, p.1) “a busca por um desenvolvimento sustentável traz a indústria da construção civil a foco”.

Keller e Burke (2010, p. 49) relatam que

[...] o conceito de edificação sustentável advém naturalmente da história fértil do ambientalismo. [...] Durante as décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, palavras como gearquitectura, autossuficiência e ecologia eram associadas às edificações sustentáveis. Hoje em dia, porém, palavras como integrada, eficiente, de alto desempenho, elegante e resiliente são aplicadas a elas com frequência.

Bourdieu (apud LAMBERTS et al., 2007, p. 1) “considera este setor da sociedade de tal importância que a maioria das outras áreas industriais perde em comparação. As habitações e as necessárias infraestruturas para transportes, comunicação, suprimento de água, esgoto e energia para atender as necessidades da crescente população do mundo propõem o desafio central da construção sustentável”.

Nesta perspectiva, entre o espaço que se pode ver e o que não se pode, estão os edifícios, considerados também criadores do ambiente, afinal são os maiores consumidores de energia, a qual é uma das causas de degradação ambiental.

A edificação faz parte de um dos setores mais importantes da economia e, de

acordo com Alvarez e Leite (s/d):

A atividade da construção civil representa um dos principais ramos da indústria de transformação com grande importância na economia do país e, apesar de sua relevância, não vem acompanhando o desenvolvimento dos outros segmentos industriais. Caracterizada pela baixa produtividade, retrabalhos e desperdícios, a construção civil, de uma forma geral, ainda é fortemente influenciada pela cultura conservadora dos empresários e funcionários, pela falta de mão de obra especializada e pelos projetos ineficientes ou ausentes principalmente nas pequenas e médias construções.

Entende-se que os edifícios e suas atividades são uma das principais causas da poluição enquanto utilizadores de materiais e recursos ambientais naturais (paisagem, energia, água, solos) e causa de destruições ambientais (lixos, poluição da água, do ar, entre outros). Karpinski et al. (2009, p. 11) dizem que:

A indústria da construção civil é responsável por impactos ambientais, sociais e econômicos consideráveis, em razão de possuir uma posição de destaque na economia brasileira. Apesar do número elevado de empregos gerados, da viabilização de moradias, renda e infraestrutura, faz-se necessário uma política abrangente para o correto destino dos resíduos gerados.

Conforme Silva (2003), este tipo de indústria - particularmente a de operação e demolição de edifícios - representa a atividade humana com maior impacto sobre o meio ambiente. A dimensão dos impactos sociais e econômicos posicionam estrategicamente o setor, em caráter mundial, como um motor potencial para o atendimento de metas de desenvolvimento sustentável.

As edificações são grandes consumidoras dos recursos naturais. Elas usam, segundo Goulart (2010, p. 3):

16% do fornecimento mundial de água

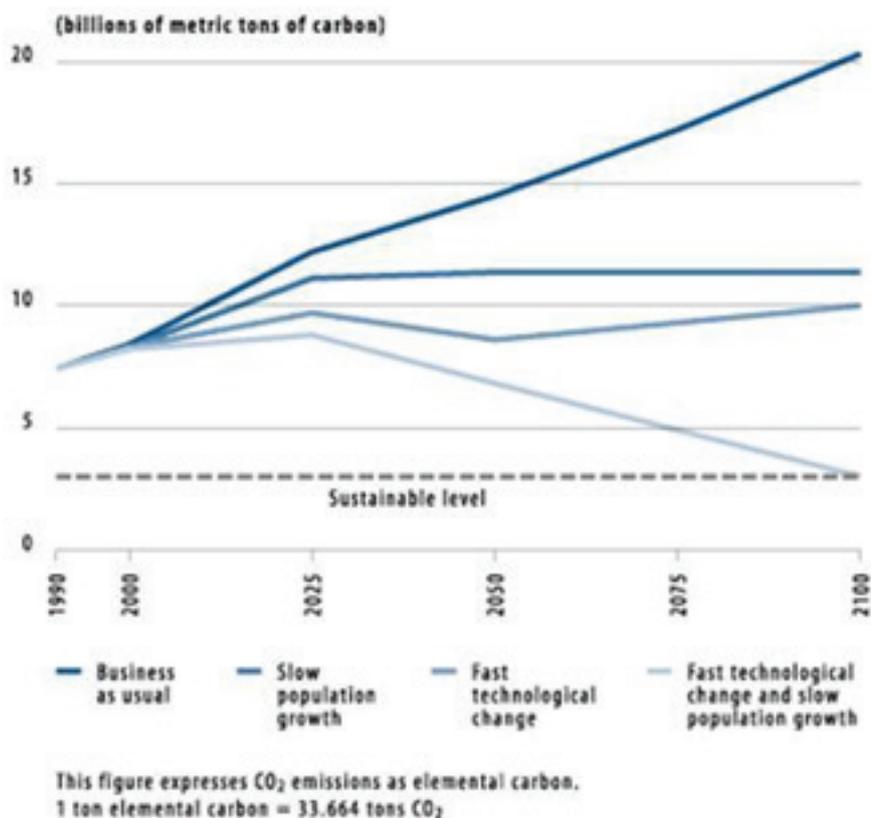
pura, 25% da colheita de madeira, e 40% de seus combustíveis fósseis e materiais manufaturados. Na Europa, aproximadamente 50% da energia consumida é usada para a construção e manutenção de edifícios e outros 25% são gastos em transporte. Esta energia é gerada na sua grande maioria por fontes de combustíveis fósseis não renováveis que estão diminuindo, provocando também, os resíduos da conversão destes recursos em energia, um impacto ambiental negativo alto, como o efeito estufa que desencadeia o aquecimento global. Razão pela qual muitos dos esforços na redução do consumo desses recursos devem estar focados nos projetos, para torná-los mais eficientes. Fazendo com que as edificações utilizem menos recursos naturais, materiais e energia na sua construção e operação, e sejam confortáveis e saudáveis para viver e trabalhar.

Em conformidade com Viggiano (2010, p. 9) “o edifício **sustentável** é aquele capaz de proporcionar benefícios na forma de conforto, funcionalidade, satisfação e qualidade de vida sem comprometer a infraestrutura presente e futura dos insumos, gerando o mínimo possível de impacto no meio ambiente e alcançando o máximo possível de autonomia”.

Alguns recursos, como energia e água, consumidos nos edifícios, destinam-se às cozinhas, à higiene, à iluminação, às comunicações e ao conforto térmico (aquecimento, resfriamento, ventilação).

Lamberts et al. (2007), conforme Figura 1, relata que os dados do último relatório do *International Panel on Climate Change* – IPCC – apresentado em maio de 2007, em Bangkok, Tailândia, mostram que as emissões globais de gases causadores do efeito estufa vêm aumentando desde a era pré-industrial, com um crescimento de 70% entre 1970 e 2004. Com as atuais políticas sobre mudanças climáticas e práticas de desenvolvimento sustentável relacionadas, estas emissões continuarão a crescer nas próximas décadas.

FIGURA 1: EMISSÃO DE CO₂



FONTE: Lambert et al. (2007)

A expressão *Green Building* foi cunhada para englobar todas as iniciativas dedicadas à criação de construções que utilizem recursos de maneira eficiente, com claro foco em uso de energia; que sejam confortáveis; e que tenham maior longevidade, adaptando-se às mudanças nas necessidades dos usuários e permitindo desmontagem ao final do ciclo de vida do edifício, para aumentar a vida útil dos componentes através de sua reutilização ou reciclagem (SILVA, 2003, p. 33).

Silva (2003) menciona que o conceito de análise do ciclo de vida forneceu a base conceitual para o desenvolvimento de métodos para avaliação ambiental de edifícios, com o objetivo de encorajar a demanda do mercado por níveis superiores de desempenho ambiental.

De acordo com Viggiano (2010), os sistemas sustentáveis conferem ao edifício um grau de autonomia e economia

de insumos e/ou redução do impacto ambiental com minimização das emissões de carbono atmosférico. Entretanto, a venda de aparelhos de ar condicionado tem feito aumentar o consumo energético dos edifícios, ainda que atualmente, já tenham formas mais econômicas (como os painéis solares ou a utilização da energia eólica), mas que são pouco utilizadas.

Goulart (2010) diz que um projeto sustentável deve ser ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável, envolvendo com isto muitas variáveis, entre as quais o uso racional da energia se destaca como uma das principais premissas. A autora relata alguns aspectos principais que podem ser destacados na dimensão ambiental:

• Água:

- Permeabilidade do solo.
- Utilização de águas pluviais.

- Limitação do uso de água tratada para irrigação e descarga.

- Redução na geração de esgoto e a demanda de água tratada.

- Introdução de equipamentos economizadores de água.

• Energia:

- Otimização do desempenho energético, através do bom desempenho térmico da edificação, uso de aparelhos energeticamente eficientes e uso da iluminação natural e sistemas de iluminação eficientes.

- Uso de energia renovável.

- Minimização dos problemas de ilhas de calor e impacto no microclima.

- Estratégias de ventilação natural.

- Conforto térmico.

• Seleção de materiais:

- Reúso da edificação.

- Gestão de resíduos da construção.

- Reúso de recursos.

- Conteúdo reciclado.

- Uso de materiais regionais.

- Materiais de rápida renovação.

- Uso de madeira certificada.

- Uso de materiais de baixa emissão de gases.

Silva (2003, p. 34) esclarece que “atualmente, praticamente cada país europeu - além de Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Hong Kong - possui um sistema de avaliação e classificação de desempenho ambiental de edifícios.” Esses métodos são expostos através de quadro elaborado pela referida autora:

QUADRO 1: PRINCIPAIS SISTEMAS EXISTENTES PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE EDIFÍCIOS

País	Sistema	Comentários
Reino Unido	B r e e a m (<i>B R E Environmental Assessment Method</i>)	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> , para várias tipologias de edifícios. Um terço dos itens avaliados são parte de um bloco opcional de avaliação de gestão e operação para edifícios em uso. Os créditos são ponderados para gerar um índice de desempenho ambiental do edifício. O sistema é atualizado regularmente (a cada 3-5 anos) (BALDWIN et al., 1998).
Reino Unido	PROBE (<i>Post-occupancy Review of Building Engineering</i>)	Projeto de pesquisa para melhorar a retroalimentação sobre desempenho de edifícios, através de avaliações pós-ocupação (com base em entrevistas técnicas e com os usuários) e de método publicado de avaliação e relato de energia (COHEN et al., 2001).

E s t a d o s Unidos	LEED (<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>)	Inspirado no BREEAM. Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> . O sistema é atualizado regularmente (a cada 3-5 anos) e versões para outras tipologias estão em estágio piloto. Na versão para edifícios existentes, a linguagem ou as normas de referência foram modificados para refletir a etapa de operação do edifício (USGBC, 2001).
E s t a d o s Unidos	MSDG (<i>Minnesota Sustainable Design Guide</i>)	Sistema com base em critérios (emprego de estratégias de projeto ambientalmente responsável). Ferramenta de auxílio ao projeto (CARMODY et al. 2000).
Internacional	GBC (<i>Green Building Challenge</i>)	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> hierárquicos. Ponderação ajustável ao contexto de avaliação (COLE; LARSSON, 2000).
Hong Kong	HK-BEAM (<i>Hong Kong Building Environmental Assessment Method</i>)	Adaptação do BREEAM 93 para Hong Kong, em versões para edifícios de escritórios novos (CET, 1999a) ou em uso (CET, 1999b) e residenciais (CET, 1999c). Não pondera.
Alemanha	EPIQR	Avaliação de edifícios existentes para fins de melhoria ou reparo (LÜTZKENDORF, 2002).
Suécia	EcoEffect	Método de LCA para calcular e avaliar cargas ambientais causadas por um edifício ao longo de uma vida útil assumida. Avalia uso de energia, uso de materiais, ambiente interno, ambiente externo e custos ao longo do ciclo de vida (LCC2). A avaliação de uso de energia e de uso de materiais é feita com base em LCA; enquanto a avaliação de ambiente interno e de ambiente externo é feita com base em critérios. Um <i>software</i> de apoio, no momento com base de dados limitada, foi desenvolvido para cálculo dos impactos ambientais e para apresentação dos resultados (GLAUMANN, 1999).

Suécia	Environmental Status of Buildings	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> , modificado segundo as necessidades dos membros. Sem LCA ou ponderação (GLAUMANN; VON PLATEN, 2002).
Dinamarca	BEAT 2002	Método de LCA, desenvolvido pelo SBI3, que trata os efeitos ambientais da perspectiva do uso de energia e materiais (GLAUMANN; VON PLATEN, 2002).
Noruega	EcoProfile	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> hierárquicos, influenciado pelo BREEAM. Possui duas versões: edifícios comerciais e residenciais (PETTERSEN, 2002; GLAUMANN; VON PLATEN, 2002).
Finlândia	PromisE Environmental Classification System for Buildings	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> , com ponderação fixa para quatro categorias: saúde humana (25%), recursos naturais (15%), consequências ecológicas (40%) e gestão de risco (20%) (AHO, 2002; HUOVILA et al., 2002).
Canadá	BEPAC (Building Environmental Performance Assessment Criteria)	Inspirado no BREEAM e dedicado a edifícios comerciais novos ou existentes. O sistema é orientado a incentivos, e distingue critérios de projeto e de gestão separados para o edifício-base e para as formas de ocupação que ele abriga (COLE; ROUSSEAU; THEAKER, 1993).
Canadá	BREEAM	Adaptação canadense do BREEAM (SKOPEK, 2002).
Áustria	Comprehensive Renovation	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> , para residências para estimular renovações abrangentes em vez de parciais (GEISLER, 2002).

França	ESCALE	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> . Pondera apenas os itens nos níveis inferiores. O resultado é um perfil de desempenho global, detalhado por sub-perfis (CHATAGNON et al, 1998).
Japão	C A S B E E (<i>Comprehensive Assessment System for Building Environmental Efficiency</i>)	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> . Composto por várias ferramentas para diferentes estágios do ciclo de vida. Inspirada na GBTool, a ferramenta de projeto trabalha com um índice de eficiência ambiental do edifício (BEE), e aplica ponderação fixa e em todos os níveis (JSBC, 2002).
Japão	BEAT (<i>Building Environmental assessment Tool</i>)	Ferramenta LCA publicada pelo BRI (<i>Building Research Institute</i>), em 1991.
Austrália	NABERS (<i>National Australian Building Environment Rating Scheme</i>)	Sistema com base em critérios e <i>benchmarks</i> . Para edifícios novos e existentes. Atribui uma classificação única, a partir de critérios diferentes para proprietários e usuários. Em estágio-piloto. Os níveis de classificação são revisados anualmente (VALE et al, 2001).

FONTE: Silva (2003, p. 37)

O CONAMA criou a Resolução 307/02, que responsabiliza os geradores de resíduos do processo de novas construções, como também de reformas, reparos e demolições de estruturas e rodovias, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos, por sua destinação final. Além disso, estabelece critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. (KARPINSKI et al., 2009, p.13)

Segundo Goulart (2010, p. 4):

o Edifício Verde incorpora uma vasta gama de práticas e técnicas para reduzir ou eliminar o impacto dos edifícios ao meio ambiente. No lado estético da arquitetura verde ou projeto sustentável está a filosofia de projetar um edifício que está em harmonia com as características e recursos naturais dos arredores do local onde ele vai ser implantado.

As vantagens da construção sustentável podem ser significativas. Existem estudos sobre indicadores de sustentabilidade urbana com a finalidade

de identificar os progressos atingidos, demonstrando que esforços de recuperação ou renovação do ambiente construído, em grandes projetos urbanos, geralmente são seguidos por valorização imobiliária, o que é um indicador do aumento da qualidade de vida e crescimento da atividade econômica em geral, com a atração de capitais e negócios externos (KARADIMITIOU; REBELO apud KARPINSKI, 2009).

Viggiano (2010, p.12) expõe que:

no projeto de arquitetura, o arquiteto deve estar consciente das implicações ambientais do futuro edifício, fazer com que os recursos sejam aproveitados de maneira eficaz, que o edifício esteja perfeitamente adaptado ao clima e seja eficiente em termos de consumo de energia e água.

É preciso haver uma integração com os projetos de todos os sistemas do edifício, tais como: hidráulico e sanitário, elétrico, cogeração e emergência, rede de dados e telefonia, climatização, automação e segurança, irrigação, águas pluviais, lixo e resíduos, infraestrutura urbana e sinalização. (VIGGIANO, 2010)

Lamberts et al. (2007) menciona que a construção civil pode exercer um importante papel na preservação do meio ambiente. De acordo com o autor, entre as principais ações destacam-se:

- Adoção de um novo paradigma de projeto, no qual as soluções são avaliadas considerando o ciclo de vida da edificação (incluindo custos de operação, uso, manutenção e desmontagem das edificações) e não apenas seus custos iniciais.
- Utilização de soluções que aumentem a flexibilidade das edificações e facilitem reformas e modernizações, como, por exemplo, a reposição de componentes e subsistemas.

• Utilização de materiais e componentes que

resultem em menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida.

- Introdução de melhorias nos projetos e na gestão da produção, reduzindo a geração de resíduos nos canteiros de obras e proporcionando uma destinação adequada àqueles que são inevitavelmente gerados.
- Reutilização ou reciclagem de resíduos industriais e agrícolas pela construção civil, incluindo os próprios resíduos produzidos na construção e demolição de edificações.

De outro modo, inclui-se como sistemas sustentáveis a geração de energia solar, o aquecimento solar da água, o aproveitamento da água da chuva, o reúso das águas servidas, o aquecimento passivo e o resfriamento evaporativo. Melo (2012, p. 4) ressalta que:

Se considerarmos o desempenho ambiental da arquitetura vinculado à eficiência energética ao conforto dentro do conceito da sustentabilidade, partindo da fase conceitual e da definição do partido arquitetônico de um edifício, o projeto deve incluir o estudo das características, condicionantes ambientais (vegetação, corpos d'água, ruído, etc.) e tratamento do entorno imediato; orientação solar e aos ventos; forma arquitetônica, arranjos espaciais, zoneamento dos usos internos do edifício e geometria dos espaços internos; tratamento das fachadas e coberturas, de acordo com a necessidade de proteção solar; materiais da estrutura, das vedações internas e externas, considerando desempenho térmico e cores; áreas envidraçadas e de abertura, considerando a proporção quanto à área de envoltória, o posicionamento na fachada e o tipo do fechamento, seja ele vazado, transparente ou translúcido; detalhamento das proteções solares considerando tipo e dimensionamento; e detalhamento das esquadrias.

Pinto (apud KARPINSKI, 2009), identifica algumas vantagens de se ter edifícios sustentáveis:

- Redução dos custos municipais com a

limpeza urbana, com a destinação dos resíduos e com a correção dos impactos ocorrentes na gestão corretiva.

- Melhoria da limpeza urbana.
- Disposição facilitada de pequenos volumes de RCD (Resíduos de Construção e Demolição) gerados;
- Descarte racional dos grandes volumes gerados;
- Incentivo à presença e consolidação de novos agentes de limpeza urbana;
- Incentivo a parcerias para a captação, reciclagem e reutilização de RCD;
- Incentivo à redução da geração de resíduos nas atividades construtivas;
- Preservação da paisagem e da qualidade de vida nos ambientes urbanos;
- Preservação ambiental com a redução dos impactos por má deposição, redução do volume aterrado e redução das resultantes da exploração de jazidas naturais de agregados para a construção civil.

Através da construção sustentável, de acordo com Viggiano (2010, p. 10) podemos ter uma “economia futura com o retorno do investimento obtido com o projeto diferenciado; redução do impacto ambiental e a minimização das emissões de carbono; e, por fim, a concretização das ideias e conceitos de economia mediante o exemplo para a sociedade do uso dos sistemas sustentáveis, disseminando, assim, o que chamamos de Cultura da Sustentabilidade.”

2.2 SUSTENTABILIDADE

Coimbra (2002) elenca que as preocupações que surgiram nos últimos trinta anos com relação à questão ambiental se referem à sobrevivência do ecossistema planetário, introduzindo profundas modificações nos paradigmas científicos e nas esferas política e econômica-social.

A expressão da sustentabilidade está presente em diversos setores da indústria, do comércio, na TV. Houve-se falar muito nesta palavra. Trata-se de uma conscientização gradativa da sociedade e das pessoas

consumidoras, devido à atual crise ambiental, consequência da falta de planejamento no passado de um melhor modelo econômico.

Conforme Neves (2011, p. 15):

O conceito de sustentabilidade tem origem em 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, G. Harlem Brundtland, apresentou para a assembleia geral da ONU o documento ‘Nosso Futuro Comum’, que ficou conhecido como relatório Brundtland. Nesse Relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo ‘aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’. Imediatamente, este conceito deu origem ao de *Sustainability*, que é uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios.

Para Leff (2002, p. 15) “o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade [...]”.

De acordo com Faria (2011) o conceito de sustentabilidade tem abordagens diversas, dentre as quais se destaca a abordagem econômico-liberal de mercado:

- **Concepção clássica ou tradicional:** supõe que a pressão da concorrência, o crescimento econômico e a prosperidade levam ao uso consciente dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente.
- **Concepção moderna:** defende a cobrança de custos através de impostos e taxas ambientais ou do comércio de títulos de poluição.

De outra forma, Oliveira (2008) diz que o meio ambiente, assim como a própria área de comunicação, precisa de um quesito

a respeito da construção de imagem: a exatidão de dados no que se refere aos objetivos e metas a serem alcançados, para que possa quantificar o impacto da gestão ambiental.

Ainda, segundo Almeida (apud BOELL, 2009, p. 31) “no novo mundo tripolar, o paradigma é o da integração de economia, ambiente e sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos básicos: empresários, governo e sociedade civil organizada”.

De acordo com Philippi Jr e Pelicione (2005, p. 68) “o consumo dos recursos naturais em bases insustentáveis resulta, portanto, na degradação dos sistemas físico, biológico e social e tem relação com o aumento do risco de agravo à saúde pública. [...]”

A dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável requer o equilíbrio entre proteção do ambiente físico e seus recursos, e o uso destes recursos de forma a permitir que o planeta continue a suportar uma qualidade de vida aceitável. A dimensão social requer o desenvolvimento de sociedades justas, que proporcionem oportunidades de desenvolvimento humano e um nível aceitável de qualidade de vida. A dimensão econômica, por sua vez, requer um sistema econômico que facilite o acesso a recursos e oportunidades e o aumento de prosperidade para todos, dentro dos limites do que é ecologicamente possível e sem ferir os direitos humanos básicos (CIB/ UNEP-IETC apud SILVA, 2003).

Já Hartmann (apud KARPINSKI, 2009) define desenvolvimento sustentável como exploração equilibrada dos recursos naturais, de maneira a satisfazer as necessidades e o bem-estar da presente geração sem comprometer as condições de sobrevivência das gerações futuras, incorporando, dessa forma, a variável ambiental.

Pode-se dizer que uma ecologia

urbana bem estruturada precisa reconhecer a importância da sua vegetação, fauna, do solo natural, clima e água. É possível, ainda, identificar quatro áreas fundamentais provenientes de poluição - o ar, a água, o ruído e os resíduos – que são associados ao tráfego e às emissões de poluentes vindos dos edifícios habitacionais. Do ponto de vista estético, inclui-se tudo aquilo que produza efeitos visuais negativos – áreas degradadas/ abandonadas, depósitos de lixo e entulho, cursos de água poluídos, má implantação de edifícios.

A sustentabilidade é um processo, um caminho a ser seguido. Nesta nova sociedade é visível o dever que as empresas têm em assumir a responsabilidade ambiental e social. O trabalho nesta área é feito a partir de intenções que são renovadas continuamente e que devem estar verdadeiramente compromissadas com os valores do cliente, a saber, o contratante, o usuário e a comunidade onde a obra está inserida. (GOULART, 2010)

2.2.1 Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável

Sabe-se que até o século XVI, as únicas formas de energia à disposição do ser humano para produção e transporte eram praticamente as energias manual, animal e, em alguns casos, a eólica. Isso limitava a ação humana. Com a máquina a vapor, a Revolução Industrial permitiu que o ser humano pudesse facilmente transformar combustíveis abundantes na natureza (carvão e depois outros fósseis e biomassa) em energia e utilizá-la. (COBRA, 2009)

Keller e Burke (2010) citam uma nota do *The Next Industrial Revolution*, de outubro de 1998, que diz:

Pode-se dizer que a infraestrutura criada pela Revolução Industrial do século XIX é muito parecida com aquele navio a vapor [O Titanic]. Ela é impulsionada por combustíveis fósseis, reatores nucleares e produtos químicos. Ela libera resíduos

nas águas e fumaça nos céus. Ela tenta trabalhar seguindo as regras que ela mesma estabeleceu, opondo-se às leis do mundo natural. E, embora nos pareça ser invencível, as falhas básicas de projeto prenunciam o desastre.

A poluição evidenciada neste pensamento mostra a destruição da natureza enquanto essência para a vida do homem. Loureiro (2003, p. 35) lembra que “no plano governamental, no cerne das discussões iniciadas pelos ambientalistas, a questão dos limites da humanidade e suas alternativas foi materializada com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, Estocolmo.”

Um estudo iniciado em 1968 comprova que uma associação feita entre cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição) terão como resultados uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100 (LOUREIRO, 2003).

Ao mencionar a conscientização ambiental, é necessário lembrar da Revolução Industrial. Keller e Burke (2010, p. 32) relatam que:

Em essência, a Revolução Industrial provocou a transição internacional da sociedade agrícola e agrária, que se baseava na comunidade rural em pequena escala e na economia de subsistência, para a sociedade industrializada, que vivia em ritmo muito mais rápido. Surgiu uma comunidade empobrecida e praticamente desconhecida, na qual mulheres e crianças eram fundamentais para a força de trabalho. Durante este período de transição, as condições de vida e trabalho eram escabrosas – e o mesmo se pode dizer das consequências ambientais dessa grande mudança. Por meio da retrospectiva, conseguimos entender tanto os malefícios como os benefícios históricos da contribuição da revolução para o crescimento das cidades modernas; das tecnologias de comércio, importação/exportação e fabricação; e, em última análise, da

melhoria da saúde pública.

Lamberts et al. (2007, p. 7) evidencia que “[...] A partir dos anos 70, observa-se a evolução de uma preocupação internacional em relação às consequências da então atual forma de desenvolvimento, em virtude da constatação da velocidade de deterioração, e até mesmo da eliminação, de alguns recursos ambientais”.

Já para John (apud KARPINSKI, 2009), a visão de desenvolvimento sustentável surge como decorrência da percepção sobre o desenvolvimento e a preservação ambiental se perpetuarem e até mesmo garantirem a sobrevivência da espécie humana.

Com a preocupação ambientalista sobre o futuro do planeta, começaram a surgir acordos entre países, para adequar o uso dos recursos naturais, conforme mostra o Quadro 2.

QUADRO 2: CONFERÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

1972	Conferência de Estocolmo	Elaborou-se um plano de ação que trata de questões de recursos naturais, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e normas ambientais para cada país.
1984	Comissão de Brundtland	Destacaram-se questões de população, alimentação, segurança, saúde das espécies e dos ecossistemas, energia, indústria e uma ampla variedade de desafios urbanos.
1987	Protocolo de Montreal	Exigiu a eliminação gradual de substâncias que destroem a camada de ozônio.
1992	Cúpula da Terra do Rio de Janeiro (ECO-92)	Evidenciou questões fundamentais, entre elas: energias alternativas, a produção de toxinas, o transporte público, a falta de água e o direito dos povos autóctones.
1997	Protocolo de Quioto	Exige que os países se comprometam com a redução dos gases de efeito estufa, incluindo o dióxido de carbono (CO ₂), ou comercializem suas emissões quando necessário.
2002	Cúpula da Terra do Rio de Janeiro (Rio+10)	Resultou na Plano de Implantação de Joanesburgo, que se concentra em questões sociais, como a erradicação da pobreza, a melhoria das condições de saúde e a promoção do vigor econômico nos países em desenvolvimento.
2007	Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Bali	Reuniu participantes do evento em Quioto, para discutir uma proposta internacional que visa reduzir as emissões de carbono de acordo com o mandato de Quioto. Ficou conhecido como “Mapa de Bali”.
2012	Cúpula da Terra do Rio de Janeiro (Rio+20)	O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

FONTE: Keller e Burke (2010)

Verdum e Basso (2002, p. 80) afirmam que

[...] no Brasil, na década de 70 e 80 do século passado, o Banco Mundial financiou projetos rodoviários e de assentamentos agrícolas, principalmente na região norte do país, assim como a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) que impulsionou neste período a construção de reservatórios para a geração de energia, fazendo uma revisão de suas ações em função dos impactos ambientais produzidos pelos empreendimentos implantados.

Para Ramazzo (apud KARPINSKI, 2009), a partir da percepção do nível dos desgastes ambientais, faz-se necessário trabalhar um projeto de desenvolvimento global, mesmo que regional, que contemple a dimensão ambiental no sentido de conceber um novo e mais eficaz método de administrar os recursos do ambiente para aquela região.

2.2.2 Legislação ambiental no Brasil

Em resumo, a legislação ambiental brasileira é composta por um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias, federais, estaduais e municipais, dentre as quais se destacam a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), a Política de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/97), Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000), e o Princípio de observância do desenvolvimento sustentável (Lei nº 12.349 de 2010) (GONÇALVES; ALVES, s/d).

2.2.2.1 Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81)

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições

ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1981):

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas;
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

2.2.2.2 Política de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/97)

Esta lei institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997). Baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos

deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Tem como objetivos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

2.2.2.3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000)

Através da Lei nº 9.985 de 2000, fica instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000):

- Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

- Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu

potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

- Diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

- Recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

- Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

- Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

- Conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

- Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

- Uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

- Uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

- Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

- Extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais

renováveis;

- Recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;
- Restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;
- Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;
- Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;
- Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e
- Corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

2.2.2.4 Princípio de observância do desenvolvimento sustentável (Lei nº 12.349 de 2010)

O princípio de observância obrigatória do desenvolvimento nacional sustentável foi incluso pela Lei nº 12.349 de 2010, no Art.3º da Lei de Licitações (PICININ, 2012):

Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir** a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta

mais vantajosa para a administração e **a promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Picinin (2012) expõe as manifestações do Supremo Tribunal Federal a respeito da lei:

O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações.

2.3 GESTÃO

O ambiente de negócios está passando por mudanças, de uma visão tradicional da importância com resultados econômicos, para uma visão atual de uma postura socialmente responsável. Essa mudança de direção busca atender às cobranças da sociedade, de organizações não governamentais e do poder público, entre outros (WISSMANN apud NEVES, 2011, p. 160).

De outra forma, o desenvolvimento, em abordagens mais amplas, apresenta o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, como possibilidade de inclusão das alterações da composição do produto e a alocação de recursos por diferentes

setores da economia, de modo a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA apud OLIVEIRA e SOUZA-LIMA, 2006).

Na gestão de negócios também se insere o termo sustentabilidade, que acaba por promover uma imagem positiva da empresa. Segundo Bosquetti (2011, p. 23) “[...] empreender significa fazer coisas novas, ou desenvolver formas diferentes de fazer as coisas. Portanto, a inovação de um empreendimento pode estar na forma de oferecer o serviço ou de utilizar o recurso e não necessariamente na criação de produtos de alta tecnologia, [...]”

Ainda conforme Bosquetti (2011), não é importante se uma ideia é única ou não, o que importa é como os empreendedores a utilizam, de forma a transformá-las em um empreendimento de sucesso.

Assim, em concordância com Bellen (2010, p. 17) “a definição de crise ecológica, de acordo com sua utilização mais comum, compreende não apenas a degradação dos sistemas naturais, mas coloca o homem como parte dessa natureza, podendo ser entendida como uma crise socioambiental.”

Entretanto, Oliveira e Souza-Lima (2006) mencionam que o desenvolvimento de uma região resulta da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e atividade social:

- Alocação de recursos: o desenvolvimento está associado à quantidade de recursos disponíveis.
- Política econômica: relaciona-se com as políticas macroeconômicas e setoriais, ou seja, depende da ação do governo central, que pode intervir positiva ou negativamente na região.
- Atividade social: é necessária a participação da população local para

criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento.

Tashizawa (apud BELLEN, 2010) afirma que o novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada às expectativas de interagir com organizações éticas e que atuem de forma ecologicamente responsável. Assim, a gestão de negócios, com preocupação ambiental, torna-se um importante instrumento para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento no mercado.

Fazer do edifício sustentável uma solução ambiental, social e economicamente viável no contexto global da sustentabilidade, deveria ser o objetivo maior. Assim, as noções de impacto ambiental não podem ser resumidas às questões de consumo de energia, e sim deveriam ser ampliadas para os contextos local e global.” (MELO, 2012, p. 14).

No nível urbano, as vantagens da construção sustentável também são significativas. Há estudos sobre indicadores de sustentabilidade urbana com a finalidade de identificar os progressos atingidos; demonstrando que esforços de recuperação ou renovação do ambiente construído, em grandes projetos urbanos, geralmente são seguidos por valorização imobiliária, o que é um indicador do aumento da qualidade de vida e crescimento da atividade econômica em geral, com a atração de capitais e negócios externos (KARADIMITIOU; REBELO apud KARPINSKI, 2009).

2.3.1 Responsabilidade social corporativa

Há alguns anos, responsabilidade social empresarial ainda se confundia com investimento social privado. Era necessário explicar que se tratava de um estágio superior de gestão e, não raro, esta explicação caía no vazio, porque faltavam ferramentas que dessem consistência e credibilidade a esta forma de administração (LOUETTE, 2007, p. 32).

Melo e Schlickmann (2010) discorrem

sobre as grandes descobertas em inúmeras áreas da ciência, como a da medicina e da biologia. Mas buscam respostas a algumas perguntas relacionadas ao desenvolvimento:

- Até que ponto esses avanços ocorreram sem que tenha ocorrido também retrocessos?
- Até que ponto esse desenvolvimento beneficiou a sociedade como um todo?
- Até que ponto vai prevalecer a ideia de que o avanço das organizações empresariais vai ecoar num avanço da sociedade em que estão inseridas?

Guimarães (apud MELO e SCHLICKMANN, 2010) relata que questionamentos como esses emergiram uma cobrança em torno dos proprietários de empresas para uma maior amplitude de responsabilidade sobre diversos aspectos das atividades empresariais.

Para Aligleri, Aligleri e Krugliankas (2009), as mudanças do ambiente apontam para estratégias preocupadas com *stakeholders*, o crescimento, a sustentabilidade

e a transparência dos negócios. Diz que a gestão social e ambientalmente responsável induz ao compartilhamento, aprendizagem, comprometimento e práticas entre pessoas e áreas organizacionais, o que caracteriza um desafio aos profissionais das empresas para articular interesses.

Já para Marcovitch (2012, p. 145):

As iniciativas particulares e públicas, no Brasil, têm induzido uma nova geração de empresas a engajar-se no desenvolvimento e na adoção de tecnologias limpas. Alguns setores têm revelado pioneirismo e competência empreendedora, entre eles o automotivo, o alcooleiro, minerador, siderúrgico e de saneamento, este com referência aos aterros sanitários. Nestas e em outras áreas engajadas na adoção de tecnologias limpas, além dos incentivos à pesquisa e desenvolvimento é necessário o acesso a financiamentos de médio e longo prazo, cujo retorno esteja compatível com a maturação desses projetos.

O Quadro 3 mostra algumas empresas atuantes como socialmente responsáveis:

QUADRO 3: EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS.

COMGÁS	É a maior empresa de distribuição de gás natural no Brasil e trabalha para ser a melhor da América Latina. Investe fortemente na ampliação e modernização das redes de distribuição de gás natural canalizado.
AES Tietê	É uma das principais geradoras de energia elétrica no Brasil. Sua corporação é uma das maiores investidoras mundiais de energia elétrica.

Petrobras	Empresa integrada de energia, cujo prestígio internacional foi construído de acordo com uma gestão de negócios que respeita o meio ambiente e busca crescer com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.
Anglo American	Um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo.
Instituto Antakarana	Instituição não-governamental que tem por objetivo incentivar e promover atividades, consultorias e publicações que contribuam para a expansão da consciência global e o desenvolvimento das relações humanas.
CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável)	Tem a missão de integrar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável no contexto de negócio, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental.
CES (Centro de Estudos em Sustentabilidade)	Iniciativa dedicada a disseminar o conceito de sustentabilidade em suas várias dimensões – equidade, justiça social, equilíbrio ecológico e eficiência econômica.
ETHOS	Organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.
FDC (Fundação Dom Cabral)	Centro de desenvolvimento de executivos, empresários e empresas, que pratica o diálogo e uma escuta comprometida com as organizações, construindo com elas soluções educacionais integradas.

FIDES (Fundação Instituto Empresarial e Social)	Entidade privada de caráter educativo e cultural, sem fins lucrativos, visando à humanização das empresas e a sua integração na sociedade, com base nos princípios éticos envolvidos nas relações entre empresa e seus diferentes públicos externos e internos.
GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)	Primeira associação da América do Sul a reunir empresas que praticam investimento social privado.
AKATU	Organização sem fins lucrativos criada para educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente.

FONTE: Louette (2007, p. 26)

A responsabilidade socioambiental não deve ser interpretada como uma peça à parte da gestão de uma empresa, mas ser sua extensão, mantendo a preocupação com impacto social de sua atuação presente em todas as decisões e rotinas gerenciais do negócio. (ALIGLERI, ALIGLERI E KRUGLIANKAS, 2009, p. 17)

consequente, conduzi-se a diminuição do período de construção, permitindo uma maior rapidez na recuperação de investimento. Tudo isto, sem alterar significativamente os custos de construção. Mais tarde, com a introdução das preocupações ambientais, o conceito de qualidade na construção passou a abranger os aspectos relacionados com a qualidade ambiental.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia refere-se à maneira pela qual uma pesquisa foi realizada, ou seja, demonstra quais procedimentos metodológicos foram utilizados no estudo.

Segundo Zanella (2007, p. 43) “a pesquisa percorre um caminho que é constituído de três momentos intimamente relacionados e que, muitas vezes sobrepõem-se: planejamento, execução e comunicação dos resultados.”

Segundo Colaço (apud SCHMIDT, 2009), uma construção só era considerada competitiva se tivesse o nível de qualidade exigido pelo projeto, se utilizasse sistemas construtivos que otimizassem a produtividade durante a fase de construção e que, por

Apesar dos esforços já desencadeados e em curso, pensa-se que ainda há muitos desafios que as autarquias terão de fazer face para realizar um desenvolvimento sustentável, o que implica uma aplicação dos princípios da sustentabilidade em todas as vertentes do planejamento e gestão urbana (a ambiental, a econômica e a sociocultural).

Finalmente, todos, enquanto cidadãos, consumidores, técnicos ou empresários, também temos responsabilidades na construção de uma cidade sustentável, o que implica, não só uma maior participação na construção dos projetos para a cidade (através, por exemplo, de formas de parceria), como também uma alteração de comportamentos, consumos e atitudes, que sejam mais solidárias para com o ambiente urbano (SCHMIDT, 2009).

O presente trabalho é caracterizado por ser uma pesquisa científica aplicada e segundo Trujillo Ferrari (apud ZANELLA, 2007, p. 30), “não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento”.

Conforme a classificação preconizada por Gil (apud ZANELLA, 2007) quanto aos objetivos, ela é explicativa, quanto à abordagem é qualitativa, e quanto aos instrumentos utilizados para o desenvolvimento deste estudo, está a análise bibliográfica. Os dados relatados neste projeto foram coletados de fontes secundárias.

A pesquisa bibliográfica utilizou-se fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre os assuntos relativos a este trabalho.

Segundo Litton (1975, p. 2):

a finalidade da pesquisa é sempre acrescentar algo novo aos conhecimentos humanos. Por conseguinte, deve resultar em um trabalho original, seja no campo da ciência, da arte, da tecnologia, das humanidades, das ciências sociais ou qualquer outro.

A pesquisa bibliográfica é uma coleta de dados de fonte secundária, ou seja, alguém já pesquisou anteriormente.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 73):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...]. sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

A análise dos dados desta pesquisa se

deu a partir da interpretação dos documentos pesquisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muller (apud KARPINSKI, 2009, p. 18) comenta que:

o desenvolvimento sustentável diz respeito a uma sociedade ser capaz de manter, a médio e longo prazo, um círculo virtuoso de crescimento econômico e um padrão de vida adequado. Trata-se de melhorar os ciclos econômicos com suas flutuações, com realizações de melhoria no padrão de vida, a despeito das flutuações setoriais e crises econômicas localizadas, ou seja, a sustentabilidade é uma questão multidimensional e intertemporal.

Além das diversas indústrias e históricos da prática da sustentabilidade inserida nos processos das empresas, um desafio adicional à análise foi o contraponto entre empresas pioneiras no assunto e outras que estão – aparentemente – apenas no início. (IBGC, 2013)

Para Melo (2012, p. 5) “em se tratando de recursos tecnológicos envolvendo os sistemas prediais, são muitas as opções para minimizar o impacto ambiental dos edifícios, como o uso de painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas para geração de energia, painéis solares para aquecimento de água, sistemas de reaproveitamento de águas cinzas e outros.”

Esses feitos da tecnologia, quando apropriados, devem fazer parte das primeiras etapas de concepção do desenvolvimento do projeto do edifício, e não serem inseridos como “complemento” ou “acessórios”, para que possam contribuir efetivamente com o melhor desempenho do conjunto e um bom resultado arquitetônico. (MELO, 2012. p. 5).

Já Viggiano (2010, p. 11) diz que:

Devemos ter a consciência de que

todas as ações humanas geram impacto no meio ambiente. Minimizar esse impacto é tarefa de todos e obrigação do gestor público. A minimização ou eliminação dos impactos ambientais na construção de edifícios necessita de uma correta avaliação do local da obra, dos recursos naturais existentes, do clima, dos materiais e recursos locais disponíveis, das facilidades de transporte e dos recursos hídricos e energéticos. Com um eficiente projeto de arquitetura perfeitamente integrado aos sistemas e apto a alcançar a certificação de processos e produtos.

Existe uma discussão sobre a incorporação da sustentabilidade nos Conselhos de Administração das organizações, e é um tema que pode proporcionar uma oportunidade de refletir e entender como alguns de seus pares vêm lidando com desafios dessa natureza (IBGC, 2013).

Ainda sobre o ponto de vista do IBGC (2013, p. 7) “entende - se que cada empresa tem suas especificidades, e seria importante que cada uma incluísse a abordagem da sustentabilidade.”

De outro modo:

A literatura indica que uma parte fundamental da discussão sobre sustentabilidade refere-se ao ambiente construído e à atuação da indústria da construção civil. A atividade da construção civil tem grande impacto sobre o meio ambiente em razão do consumo de recursos naturais ou extração de jazidas; do consumo de energia elétrica nas fases de extração, transformação, fabricação, transporte e aplicação; da geração de resíduos decorrentes de perdas, desperdício e demolições, bem como do desmatamento e de alterações no relevo. Na análise sobre as características das "cidades sustentáveis" brasileiras, a indústria da construção foi indicada como um setor a ser aperfeiçoado” (BRASIL, citado por KARPINSKI et al., 2009).

Melo (2012, p. 6) diz que:

o benefício versus as avaliações de custo, nas quais o valor da qualidade ambiental é agregado ao valor total do edifício, definem a realização da reabilitação tecnológica contra a construção de edifícios novos. Notando que a quantidade de edifícios com mais de quarenta ou cinquenta anos nas cidades modernas, como é o caso de São Paulo onde as reabilitações tecnológicas em edifícios subaproveitados e degradados resultariam em ganhos econômicos e ambientais tanto para o edifício como também contribuiriam para a revitalização de áreas urbanas.

Segundo Goulart (2010), uma edificação residencial tem certamente o maior potencial de utilização de recursos naturais de condicionamento de ar e iluminação. Já em edifícios comerciais e públicos, geralmente o uso do ar condicionado é necessário, pois o desconforto pode significar perda de clientes e baixa produtividade. Entretanto, muito pode ser feito pelo projetista para reduzir a demanda de condicionamento artificial e o conseqüente consumo de eletricidade. As estratégias bioclimáticas podem não responder completamente à necessidade de conforto em virtude principalmente das grandes cargas internas provenientes de iluminação artificial, número de usuários e de equipamentos.

Na opinião de Viggiano (2010), todos os conceitos de sustentabilidade acrescidos aos edifícios terão a viabilidade maximizada se aplicados efetivamente em uma quantidade significativa de unidades. Para que as ideias se disseminem e sejam acessíveis à totalidade das obras, é necessário que se tenham tecnologias e sistemas disponíveis para o uso nos projetos. Além da acessibilidade, a viabilidade econômica é outro fator essencial para o sucesso da implantação das soluções.

Ainda segundo Viggiano (2010, p. 15):

A elaboração de projeto sustentável necessita de uma metodologia cíclica que possibilite a avaliação e reformulação

das soluções ao longo de todo o processo, permitindo a interação entre as equipes e fazendo com que todos os profissionais envolvidos participem efetivamente de todas as etapas da obra. Além de uma metodologia eficiente, é necessário que a equipe de projeto estabeleça uma agenda de trabalho que contemple os quesitos de sustentabilidade factíveis dentro da realidade do sítio e do projeto em questão.

5 CONCLUSÃO

No desenvolvimento da estratégia empresarial, os aspectos de curto e longo prazo precisam ser considerados. Especialmente no que diz respeito ao último, deve-se levar em conta os temas da sustentabilidade. Pode-se deduzir, então, que governança, estratégia e sustentabilidade se tornam inseparáveis: não se pode mais planejar estrategicamente sem levar em conta os temas da sustentabilidade (IBGC, 2013).

O IBGC afirma que pelos benefícios diretos na gestão e por facilitar o acesso ao capital, a boa governança corporativa vem sendo assimilada rapidamente pelas empresas e, por isso, pode funcionar como “porta de entrada” para a sustentabilidade no ambiente corporativo. Em um segundo momento, pode assumir o papel de “guardião” do alinhamento da empresa com a sustentabilidade.

Uma construção sustentável reduz a produção de resíduos, gasto de energia, água e materiais também durante a fase de obra. Edifícios bem projetados também ajudam a reduzir a quantidade de lixo gerado pelos ocupantes, fornecendo soluções locais tais como lixeiras para coleta seletiva de lixo, e com isso reduzindo a quantidade de resíduos que iriam para os depósitos de lixo. (Goulart, 2010, p. 5)

Para Karpinski et al. (2009, p. 122), é necessário “incentivar a reutilização e reciclagem dos resíduos de construção e

demolição (RCD), ou, quando inevitável, adotar a alternativa do Aterro de Resíduos de Construção Civil, indicada na Resolução 307/02 e normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).”

Já para o cidadão, a qualidade de vida é fruto de uma série de sinais vindos da comunidade e da cultura vigente, que vão sendo interiorizados e assimilados. Sabe-se que sua personalidade individual é predominante, mas estes não são imunes à influência dos padrões de comportamento, o estilo de vida ou a classe econômico-social na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANKAS, Isak. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. 1 ed. 2 reimp. São Paulo: Atlas. 2009.
- ALVAREZ, Fabini H. B.; LEITE, Michael W. **A otimização do tempo em projetos de construção civil**. Disponível em: <[http://www.ucp.br/html/joomlaBR/images/REVISTA_CCOSA/2_Edicao/otimiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20tempo%20em%20projetos%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20ci vil%20fabini.pdf](http://www.ucp.br/html/joomlaBR/images/REVISTA_CCOSA/2_Edicao/otimiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20tempo%20em%20projetos%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20civil%20fabini.pdf)> Acesso em: 16 set. 2012.
- BELLEN, Hans Michael van. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.
- BOELL, Débora Carolini. **Moda no século XXI : sustentabilidade e consumo responsável**. Lages: Ed. Do autor, 2009.
- BOSQUETTI, Marcos Abilio. **Cultura Empreendedora e Criativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.
- COBRA, Marcos. **Administração de**

marketing no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COIMBRA, Ávila. **O outro lado do meio ambiente.** Campinas, SP: Millennium, 2002.

CONAMA. **Resolução CONAMA nº 307**, de 5 de julho de 2002. Publicada no DOU no 136, de 17 de julho de 2002, Seção 1, páginas 95-96. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008030504.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

FARIA, José Henrique de. **Sustentabilidade.** Curitiba: Jaruá, 2011.

GONÇALVES, Daniel Bertoli; ALVES, Francisco José da Costa. **A legislação ambiental e o desenvolvimento sustentável no complexo agroindustrial canavieiro da bacia hidrográfica do rio mogi-guaçú.** Disponível em: <<http://www.freewebs.com/danielbertoli/textos/texto08.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

GOULART, Solange. **Sustentabilidade nas Edificações e no Espaço Urbano.** Florianópolis: UFSC, 2010.

IBGC. **Sustentabilidade nos Conselhos de Administração:** Práticas de algumas empresas listadas brasileiras. São Paulo: IBGC, 2013.

KARPINSKI, Luisete Andreis et al. **Gestão diferenciada de resíduos da construção civil:** uma abordagem ambiental. 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/gestaoderesiduos.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2013.

KELLER, Marian; BURKE, Bill. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis.** São Paulo: Bookman, 2010.

LAMBERTS, Roberto et al. **Sustentabilidade nas edificações:** contexto internacional e algumas referências brasileiras na área. 2007. Disponível em: <http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/documents/sustentabilidade_nas_edificacoes_contexto_internacional_e_alguas_referencias_brasileiras_na_areasustentabilidade_nas_edificacoes_contexto_internacional_e_alguas_referencias_brasileiras_na_area.pdf>. Acesso em: 6 maio 2013.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LITTON, Gaston. **A pesquisa bibliográfica** (em nível universitário). São Paulo: McGraw- Hill do Brasil, 1975.

LOUETTE, Anne (org.). **Compêndio para a sustentabilidade.** Ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. Uma contribuição para o desenvolvimento sustentável. 1 ed. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCOVITCH, Jacques. **Para mudar o futuro:** mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais. 1 ed. 1 reimp. São Paulo: USP, 2012.

MELO, Juliana Jardim Soares. **Edificações Sustentáveis:** Um estudo sobre a integração entre ambiente, projeto e tecnologia. 2012. Disponível em: <<http://www.ipog.edu.br/uploads/arquivos/9901536c36db142c272fc3d8ff9c59f2.pdf>>. Acesso

em: 5 maio 2013.

MELO, Pedro Antônio de; SCHLICKMANN, Raphael. **Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor**.

Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

MIGUEL, Tiago R. F. **Sustentabilidade Social**. 2010. Disponível em:

<<http://admsustentavel2010.blogspot.com.br/2010/10/sustentabilidade-social.html>>.

Acesso em: 29 nov. 2013.

NEVES, Santos Lafaiete (Org.).

Sustentabilidade: Anais de textos selecionados do V Seminário sobre Sustentabilidade. Curitiba: Juruá, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONE, Maria Cecília Focesi. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Barueri, SC: Manole, 2005.

PICININ, Juliana de Almeida.

Desenvolvimento Nacional Sustentável e a Lei nº 12.349/10: um novo olhar sobre as licitações. 2012. Disponível em: <<http://www.esamg.org.br/paginas/index/chave/857>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº**

6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.

SCHMIDT, Franciele Taise Manica.

Aplicação do conceito de sustentabilidade em uma edificação residencial unifamiliar. Ijuí: Departamento de Tecnologia/Curso de Engenharia Civil, 2009.

SILVA, Vanessa Gomes da. **Avaliação da sustentabilidade de edifícios de escritórios brasileiros**: diretrizes e base metodológica. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49306964/Avaliacao-de-sustentabilidade-escritorios-brasileiros-Diretrizes-e-base-metodologica>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto. **Rima**: Relatório de impacto ambiental: legislação elaboração. 4.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

VIGGIANO, Mário Hermes Stanziona. **Edifícios públicos sustentáveis**. Brasília: Senado, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci
Rodovia BR 470, Km 71, no. 1040, Bairro Benedito
Caixa Postal: 191 - 89.130-000 - Indaial / SC
Fone (47) 281-9000/281-9090
www.uniassevi.com.br
editora@uniassevi.com.br
